



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
CAMPUS JORGE AMADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

ALESSANDRA BARBOSA ADÃO

(RE)CONTANDO HISTÓRIAS CAPIXABAS:
A Escrivência como ponte para a escrita feminina e negra

ITABUNA - BA
2021

ALESSANDRA BARBOSA ADÃO

(RE)CONTANDO HISTÓRIAS CAPIXABAS:
A Escrivência como ponte para a escrita feminina e negra

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais/PPGER, área de concentração em Relações Étnico-Raciais, Interculturalidades e Processos de Ensino-Aprendizagem, para a obtenção do título de Mestre, com orientação do Prof. Dr. Guilherme Fóscolo de Moura Gomes.

ITABUNA - BA
2021

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

A239r Adão, Alessandra Barbosa, 1985-

(Re)contando histórias capixabas : a escrevivência como ponte para a escrita feminina negra / Alessandra Barbosa Adão. – Itabuna: UFSB, 2021.
-
149f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia,
Campus Jorge Amado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências,
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, 2021.
Orientador: Dr. Guilherme Foscolo de Moura Gomes.

1. Literatura capixaba. 2. Negras na literatura. 3. Literatura brasileira – Espírito Santo. I. Título.

CDD – B869.93



Universidade Federal do Sul da Bahia
Instituto de Humanidades, Ciências e Artes
Mestrado Profissional Ensino e Relações Étnico-Raciais
– P P G E R –



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ata da defesa de dissertação de mestrado de Alessandra Barbosa Adão, realizada virtualmente no dia 23 de novembro de 2021 às 14h.

Aos 23 de novembro de 2021, entre as 14h e 18h, na Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, em sessão virtual, no link <meet.google.com/kir-tvtg-rzi>, realizou-se a Banca de Defesa de Mestrado da dissertação intitulada “(Re)contando histórias capixabas: a escrevivência como ponte para a escrita feminina e negra”, e do produto final (livro) intitulado “Quem vai contar nossas histórias negras? Revisitando histórias capixabas”, de autorias da mestranda Alessandra Barbosa Adão, discente do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER/UFSB Campus CJA, em nível Mestrado. A Comissão Examinadora esteve constituída pelas/os professores/as: Orientador-Presidente Prof. Dr. Guilherme Fóscolo de Moura Gomes (UFSB/PPGER); examinadora externa Profa. Dra. Débora Cristina de Araújo (UFES/PPGEMPE/PPGE); examinadora interna Profa. Dra. Cynthia de Cássia Santos Barra (PPGER/UFSB). Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a candidata foi considerada aprovada pela Comissão Examinadora. Foi concedido um prazo de 60 dias para que a candidata entregue o trabalho em sua redação definitiva na Secretaria Acadêmica e na Biblioteca do Campus Jorge Amado/UFSB. Para constar, se lavrou a presente ata, que vai assinada pelos/as integrantes da Banca.

Parecer sintético da Comissão Examinadora:

Aprovada com indicação de publicação dado o ineditismo da proposta que articula políticas públicas, crítica literária e criação literária; por tais motivos, a banca também recomenda encaminhamento à submissão para editais de premiação de dissertações.

Prof. Dr. Guilherme Foscolo (Presidente PPGER/UFSB)

Profa. Dra. Débora Cristina de Araújo (Examinadora externa UFES/PPGEMPE/PPGE)

Profa. Dra. Cynthia de Cássia Santos Barra (Examinadora PPGER/UFSB)

Itabuna, 23 de novembro de 2021

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar o campo da Literatura Capixaba com foco na autoria negra, tendo como base as Leis de Incentivos Culturais e Artísticas dos municípios de Serra, Cariacica e São Mateus, no Estado do Espírito Santo. Como metodologia, partimos de uma pesquisa bibliográfica-documental e da Escrevivência, conceito gestado por Conceição Evaristo, pois é a partir do juntar de informações, fatos e de minhas memórias que o processo escreviente se sedimenta, criando possibilidades de forjar a identidade, de refutar a historiografia literária e de recontar nossas histórias negras brasileiras, em particular para jovens capixabas. Para isso, nos apoiamos nos constructos de Conceição Evaristo, Luiz Silva (Cutí), Ana Rita Santiago, Kiusam de Oliveira, Ione Jovino, Ivana Esteves Passos de Oliveira, Reinaldo Santos Neves e tantos outros e outras intelectuais. Por fim, após conhecer o cenário literário capixaba e ter analisado as Leis de Incentivo dos municípios de Serra, Cariacica e São Mateus percebeu-se, ainda na atualidade, a escassez de publicações de nossas histórias negras, um discurso de inferiorização para os personagens negros, e também a não implantação da Lei, caso de São Mateus, o que impacta a possibilidade da valorização dos bens literários, artísticos e culturais da população negra dessa localidade. Devido a isso, tendo como produto final, essa dissertação se propõe a recontar em um livro três histórias negras brasileiras, que são: João Bananeira, a Revolta de Queimados e de Zacimba Gaba, que no espaço-tempo capixaba ocorreram respectivamente nos municípios de Cariacica, Serra e São Mateus.

Palavras-chave: Escrevivência; Literatura Negra; Literatura Capixaba; Histórias Capixabas.

ABSTRACT

The present work aims to investigate Capixaba Literature with a focus on the black authorship, taking into consideration the cultural and artistic incentive laws of the municipalities of Serra, Cariacica and São Mateus, in the state of Espírito Santo. The research methodology is based on a bibliographic and documental survey and on “Escrevivência”, a concept conceived by Conceição Evaristo, for it is from the gathering of information, facts, and my memories that the writing process takes shape, creating possibilities to forge identity, to refute literary historiography, and to retell our black Brazilian stories, particularly for young people from Espírito Santo. To this end, we rely on the constructs of Conceição Evaristo, Luiz Silva (Cutí), Ana Rita Santiago, Kiusam de Oliveira, Ione Jovino, Ivana Esteves Passos de Oliveira, Reinaldo Santos Neves, and many other intellectuals. Finally, after getting to know the capixaba literary scenario and having analyzed the Incentive Laws in the municipalities of Serra, Cariacica and São Mateus, the scarcity of publications of our black stories was still noticed today, a discourse of inferiority for black characters, and also the non-implementation of the Law, in the case of São Mateus, which impacts the possibility of valuing the literary, artistic and cultural goods of the black population in that location. Due to this, this work will retell three Brazilian black stories, having as its final product the publication of a book with the stories of João Bananeira, the Revolta de Queimados, and Zacimba Gaba, which in the space-time of Espírito Santo occurred respectively in the cities of Cariacica, Serra, and São Mateus.

Keywords: Escrevivência; Black Literature; Capixaba Literature; Capixaba History.

SUMÁRIO

Manifestações Iniciais	13
Introdução	19
Parte 1 : Eu quero narrar a vida, a possibilidade, o respiro, o sonhar ...	
Capítulo 1 – Dialogando com e sobre Conceição Evaristo: caminho teórico-metodológico...	24
Parte 2 : Eu quero narrar o dia em que os meus e as minhas...	
Capítulo 2 – Literatura Negra e o devir	41
2.1 – A Literatura Negra e o público juvenil	52
Parte 3 : Quero narrar o máximo para nós, mas que para alguns tem sido o mínimo no cotidiano...	
Capítulo 3 – Existe Literatura Negra no território Capixaba?	60
3.1 – Brevíssimo panorama da Literatura Negra Capixaba e o público juvenil na atualidade.....	72
3.1.1 Serra: Análise da Lei Chico Pregó de 2000 a 2015	82
3.1.2 Cariacica: Análise da Lei João Bananeira de 2008 a 2018	88
3.1.3 São Mateus: Análise da Lei Graciano Neves de 2009 a 2018.....	94
Parte 4: Eu quero poder narrar	
Capítulo 4 – Produto Educacional: Livro “ Quem vai contar nossas histórias negras?”	99
Considerações finais	125
Referências	127
Anexos	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Livros infantis e juvenis publicados pela Lei Chico Prego (2000 a 2015).....86

Tabela 2 – Livros infantis e juvenis publicados pela Lei João Bananeira (2008 a 2018).....93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Igreja de São José do Queimado.....	83
Figura 2 – João Bananeira	90

Manifestações Iniciais

Eu quero narrar a vida, a possibilidade, o respiro, o sonhar.

Eu quero narrar o dia em que os meus e as minhas, e é bom demarcar de quem estou falando: crianças negras, mulheres e homens negros, meus e minhas pares indígenas, quilombolas, pobres, periféricas, que estão em situação de rua, que moram do lado de vielas, nos alagadiços, becos, palafitas, onde a água encanada e a luz elétrica nem chegou...

E aqui farei outra demarcação, usarei as palavras na versão feminina. Isso porque é uma mulher negra e periférica que está escrevendo; E, também quantas outras mulheres foram silenciadas e apagadas da história e ainda assim resistiram e possibilitaram que eu chegasse até aqui.

Com as devidas ressalvas feitas, sigo na intenção de narrar o cotidiano, não apenas o cruel – que já está presente na TV, no rádio e agora, multiplica-se pela internet afora. Por isso, quero narrar o cotidiano, o brincar, o viver e o existir das minhas.

Quero narrar as minhas que jogam bola e comemoram o gol, debaixo de um sol escaldante e num terreno descampado.

Quero narrar o correr pra pular na água do mar, pra se deleitar nas salgadas águas.

Quero narrar o sorrir das crianças que curtem o dia de domingo na rua, pulando, correndo, cantando, inventando brincadeiras.

Quero narrar a adolescente, com todas as suas complexidades da idade, querendo ler um livro, se divertir ou ir ao shopping com suas colegas... que quer ser adulto, ainda que seja criança.

Quero narrar o amor, não aquele romantizado pela TV brasileira, quase uma Suíça. Mas, aquele que envolve troca, cuidado, carinho, afeto. Aquele que diz: “se cuida”, “não demore”, “quando chegar avisa”, “cada coisa no seu tempo”.

Quero narrar um mundo se amarras, sem sufoco, sem aperto...no metro quadrado, no metrô, no dia que eu uso uma roupa mais curta ou colada.

Quero narrar o “aproveite o seu dia” em sua plenitude.

Quero narrar o máximo pra nós, mas que para alguns tem sido o mínimo no cotidiano.

Quero sonhar com dias melhores, entendendo que o que estamos vivendo hoje e agora é um dia/semana/mês ruim...e que nem tudo dura para sempre.

Não há de durar! Não há! Não!

Eu quero narrar desde mim, mas de outros e outras que partilham e partilharam essa caminhada comigo. Edite, Antônia, Ana Lúcia, Ana Maria, Adriana, Silvana. Thais. Mariana. Aline. Edivanda. Joseane.Cristina. Cantílio. Jorge. Alexandre. Weverson. Thalles.

Eu quero narrar o pouco que cada um desses e dessas deixaram e depositaram sobre mim e sobre a minha narrativa-escrita-vida-viva.

Eu só quero poder narrar.

Eu quero poder narrar.

Eu quero poder.

Eu quero.

Eu!¹

Esse texto sintetiza e instiga uma proposta que já venho pensando e fazendo desde a infância, passando pela adolescência e se materializando na vida adulta. Sabe aquelas perguntas: o que você quer ser quando crescer? É daí que parto! Mas antes quero conduzi-los por minhas memórias. Quando criança, meu primeiro impulso inventivo, ou que consigo

¹ Esse texto foi escrito por mim, durante a Oficina Ação Formativa “Narrativas Possíveis:(Des) Construindo o olhar”, aprovada pela Lei Aldir Blanc do Sesc/Pará, ministrada pelo Profº Rafael Fernando, durante o mês de Maio/2021,realizado remotamente. Além disso, parte desse texto foi publicada na Coletânea “Narrar Afetos: Encruzilhadas e Encontros” (2021), por iniciativa independente do Profº. Rafael Fernando.

lembrar, é de uma noite chuvosa em casa. Chovia e relampejava muito. Estávamos sentados no sofá, meu irmão e irmã mais velha e eu. Para distrair, meu irmão deu a ideia de fazermos bonecos na parede, na sombra da luz, com as mãos. Dessa brincadeira, saíram coelhos, cachorros e outros animais.

Rimos, brincamos e nos divertimos, e nem nos demos conta que a chuva já tinha passado. Foi desse episódio que comecei a criar e imaginar histórias e possibilidades para sonhar. Ah! Sabe aquela pergunta ali em cima, parte da resposta está aí: eu queria contar histórias, ou seja, ser Escritora. Mas também queria ser Jornalista ou Astronauta. Esta última, com o passar do tempo fui descartando. Mas as outras, não. Na adolescência, lá pelos 11 e 12 anos, é que comecei a escrever. E lembro como se fosse hoje: sala de aula, sala cheia, professora falando e eu pouco escutando, barulho de pátio, conversas paralelas, uma menina negra sentada perto da janela, olhando para o céu lá fora e rascunhando/imaginando/planejando formas outras de registrar meus sentimentos e sensações em narrativa, em poesia, em experiência e de chegar no aqui-agora. A poesia foi a porta de entrada para a minha escrita.

Ainda nessa época, lembro também que era comum nos juntarmos, entorno da mesa lá de casa, minha mãe, Ana Lúcia, meu irmão, Alexandre, e minha irmã, Adriana, para contarmos o que aconteceu no dia, de debatermos sobre as notícias e falarmos sobre amenidades da vida, da família etc; independente de ser domingo ou não. Esses momentos me possibilitaram desenvolver o senso crítico e político, ainda bem nova.

Após esse período, tive um hiato na escrita, pois aos 14 anos comecei a trabalhar para ajudar em casa. Como consequência disso, me desfiz de todas as poesias. Mesmo assim, não abandonei meus sonhos de ser Escritora e Jornalista, e fui em busca deles. Assim, aos 21 anos ingressei na faculdade de Jornalismo, como bolsista do Prouni Metropolitano (plano criado pela faculdade particular que ingressei, que concedia bolsas parciais e integrais para alunos de baixa renda). Sempre fui muito sonhadora, e acreditava que eu, mulher negra periférica, poderia mudar o mundo com o que escrevia ou viria a escrever.

No tempo do curso de Jornalismo, me aproximei de possibilidades que eu acreditava que poderiam mudar o mundo, como a Rádio Escola, ofertada em escolas da periferia de Vitória. Lá não apenas ensinava-se as crianças a estruturar notícias para a Rádio, mas também a refletir criticamente sobre todo o processo de construção da notícia, não apenas a que veiculávamos. Eu adorava tudo o que construíamos ali, nas Escolas Izaura Marques da Silva, no bairro Andorinhas, e na Adevalni Sysesmundo Ferreira de Azevedo, em Jardim Camburi. Essa foi minha primeira experiência como regente em sala de aula, ainda que estivesse como

estagiária. Após formada em Jornalismo, atuei por 9 anos na área, em atividades no jornal impresso, rádio e em assessoria de imprensa. Mas continuei querendo mudar o mundo, pois acreditava que com o conteúdo e conhecimento que gerava, de alguma maneira estava possibilitando a formação da opinião pública crítica e consciente. Mesmo que fosse apenas de meus familiares e amigos.

Durante minha última atuação na área de jornalismo, em assessoria de imprensa, iniciei a Licenciatura em Letras-Português, no Instituto Federal do Estado, aos 29 anos. Foi aí que a materialização da escritora – Alessandra Barbosa Adão – se deu. Não só de conseguir ampliar meu olhar para a escrita, indo além da poesia, mas lapidando o propósito do ato de escrever.

Daqueles impulsivos inventivos iniciados na infância e na adolescência, eu só queria narrar o melhor da vida, falar de amor, de tristeza, de angústias, de viagens, do cotidiano das pessoas. Mas também queria falar de como uma criança negra se percebe nesse mundo, sem deixar de lado o encanto, com a possibilidade de ter uma outra perspectiva da vida. Sim, a escrita não é apenas um deleite ou uma maneira de deixar minha lágrima, meu sorriso frouxo ou meu ódio engasgado, mas um ato político e necessário para mim. Escrevo, pois é uma forma de sentir o pulsar da vida nas veias. Escrevo, porque é uma das maneiras que achei para extravasar as vicissitudes da vida, porque sou sonhadora e tenho esperança de ver um mundo melhor, principalmente para a população negra e indígena.

Além disso, escrevo porque não estou satisfeita com o modo que somos negligenciadas e apagadas da História do/no Brasil nas salas de aula, da infância ao Ensino Superior. Porque estou revoltada. E, por conta dessa revolta, durante uma aula da disciplina de Literatura Portuguesa é que voltei a escrever. Por não me ver representada na bibliografia de uma disciplina que sempre gostei. Por perceber que ao levantar a mão para fazer uma pergunta, o professor simplesmente ignorou e fingiu não ver. Escrevia de raiva, para jogar na folha em branco o meu descontentamento. Por conta disso, passei a buscar fora do espaço acadêmico meus pares e uma escrita que me representasse mais. É desse intento, minha participação nos eventos e ações: Rodas Bakhtinianas e os Encontros de Estudos Bakhtinianos (EEBA), no período de 2014 a 2016, estreitando laços com a análise de discurso e com a escrita-viva/vida; no 1º Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN), em 2016 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o Coletivo Negrada (UFES); tive minha primeira poesia, intitulada “Dia a Dia”, publicada na Coletânea “I Litero – Rodas (2016)”, essa ainda ganhou o 1º lugar na Categoria Poesia no I Concurso Literário do VI Círculo – Rodas de Conversa Bakhtiniana; e, ainda, as poesias “Confusões e Inquietações” e “Livre

(mente) Assim” na Coletânea “De Zacimbas a Suelys – Coletânea Afro-Tons de Expressões Artísticas de Mulheres Negras no Espírito Santo” (2017), organizada pelo Coletivo Afro-Tons, e também participei de saraus e outras atividades artísticas-culturais no ES.

Uma iniciativa que foi muito significativa na minha trajetória foi ter dado aula de Português, Gramática e Literatura no Cursinho Popular Risoflora, localizado no bairro Goiabeiras, em Vitória, em 2019 e 2020, de forma presencial e remota, respectivamente. O curso é um preparatório gratuito para o ENEM, destinado às pessoas de baixa renda, preferencialmente negras. Além de ensinar aos alunos conteúdos dessas matérias, era muito prazeroso trazer uma perspectiva afro referenciada de tudo o que discutíamos em sala. Apesar dos poucos dias letivos, já que as aulas eram aos sábados, foi nesse espaço que tive contato com a história da Insurreição de Queimado, de Serra, e a oportunidade de solidificar laços com um propósito que acredito, tendo a educação popular e comunitária como premissas. Preciso ainda mencionar a importância dos Estágios Supervisionados obrigatórios, em salas do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Proeja e de ter participado em Programas de Iniciação Científica no Instituto Federal do ES.

Uma das minhas maiores satisfações foi, ao final da Licenciatura, defender o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A Literatura Infanto-juvenil a Serviço da Educação Antirracista: Um estudo sobre a Obra Omo-Oba Histórias de Princesas, de Kiusam de Oliveira” e, junto ao meu orientador Prof. Emanuel Vieira de Assis, ter contado com a presença da Prof^a Kiusam de Oliveira na minha banca. Uma satisfação imensa. Esse trabalho foi tão prazeroso para mim, como se fosse um abraço quentinho e me deixava de sorriso frouxo, que submeti parte dele para o Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (campus Jorge Amado/Itabuna) no edital de julho de 2019. A felicidade foi imensa. A poucos minutos de fazer a apresentação do TCC, no dia 6 de setembro de 2019, recebi a notícia que havia passado no PPGER. Lembro que em companhia de minha amiga, Mariana, pulamos muito na biblioteca do Instituto de tanta alegria. Inclusive, temos um vídeo desse momento mágico.

Antes de falar de minha trajetória no PPGER, deixo registrado aqui meu agradecimento ao Prof. Guilherme Fóscolo e à Profa. Cynthia Barra que compuseram a banca da minha entrevista de entrada no Programa. Quem diria que, posteriormente, o Prof. Guilherme se tornaria meu orientador. Agradeço demais pela atenção e cuidado em nossas conversas de orientação, ainda mais em meio ao contexto pandêmico de 2020-2021. Agradeço também à Profa. Cynthia por sempre ter uma palavra amiga e acolhedora. Igualmente agradeço minha

rede de apoio no Mestrado, que se não fosse por elas – Edivanda Jesus da Silva, Aline Madalena Oliveira, Joseane Costa Santana e Cristina Jesus dos Santos –, muito do que está sendo escrito aqui não seria possível.

O Mestrado me ajudou muito a moldar e ter mais certeza do que queria escrever, ou até mesmo entender por que escrevia. O apoio dos professores, cada texto lido e debatido, cada papo de corredor e de angústias partilhadas, cada descolonização da mente. Não é à toa que nas primeiras semanas de aula no Programa participei do III Colóquio Internacional da Red Latinoamericana de Investigaciones en Prácticas y Medios de la Imagen: Tecnoculturas, Alteridades e Resistências Minoritárias, realizado no Teatro de Ilhéus, em Setembro/2019. Nesse evento, em conjunto de minhas colegas – Gilsária Teixeira e Renata Bernardes –, criamos o poema “Ágatha Félix”², estimuladas pelos professores Alex Martoni e Fernando Pérez Villalón durante o Workshop “Poesia, som, performance e resistência”. Após algumas adaptações, esse poema foi o vencedor do 1º lugar na categoria Video-Poema, do I Festival de Escrivências da UFSB – Artes do Corpo em Cena CFA/UFSB (2019). Essa vídeo-poesia, ainda, foi publicada no “NA REDE: Mostra Online das Artes” (2020), plataforma que recebeu e organizou a produção artística de estudantes dos três campi da UFSB e dos Colégios Universitários (CUNIs), realizado pelo Centro de Formação em Artes.

Após as reverberações dessa escrita, mesmo no cenário da crise sanitária (Covid-19), de março de 2020 até os dias atuais, continuei a escrever, ler e produzir, pois, é na escrita que me encontro. Foi nesse período e contexto que mais produzi e que mais publicizei minhas poesias e, mais recentemente, a prosa. Talvez, ao perceber que os arcaísmos teórico-prático e vivencial, advindos da infância e adolescência, foram melhor moldados a partir do Mestrado, tenham me feito enxergar a escritora que habita em mim. Assim, foi em companhia de Glória Anzaldúa, Angela Davis, Lélia González, Sojourner Truth, Chimamanda Adichie, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus e tantas outras mulheres e dos que mencionei na poesia inicial, que reconheci e admiti que poderia expandir minha escrita-vida. Após essa constatação, me joguei na/pela escrita, e tive a poesia intitulada “O horizonte é você”, publicada na Coletânea Poesia Contemporânea – Desenvolvimento e Humanidades: Além do Isolamento Social, organizado pela UNEB (2020); e mais recentemente, minha primeira prosa o conto “O sequestro”, publicada na Antologia das Mulheres Pretas, pela Editora Mirada Janela (2021). Além, é claro, de outras publicações acadêmicas, que invariavelmente

² Ágatha Vitória Sales Félix, Presente! A história dessa linda menina, de 8 anos, moradora do Rio de Janeiro, se finda no plano terreno, quando em um determinado dia, em setembro de 2019, voltava para casa com sua mãe e, em decorrência desse governo necropolítico, sua vida foi ceifada.

dialogam com meus encontros, afetos e atravessamentos do que considero um projeto político e literário de narra-ativa.

Por fim, e quase voltando ao começo desse memorial, quero lembrar aqui uma fala da Profa. Cynthia Barra em um dos Seminários Avaliativos do PPGER, realizado no primeiro semestre de 2021. Na ocasião, a Profa. mencionou que “quem se propõe a submeter um projeto para o PPGER é por que quer ver e fazer mudanças no campo do Ensino e da Educação”. É isso! Sempre quis mudar o mundo, e é pela minha escrita que vislumbro e possibilito isso. Não apenas para mim, mas para quem encontro nesse percurso, que não finda na entrega dessa dissertação. Está muito além dos cantos dessas páginas!

Introdução

A inquietação que conduz essa dissertação parte de uma mulher negra, periférica e capixaba, olhando para a seguinte questão: quem vai contar (está contando) nossas histórias negras? Diante disso, meu foco é a autoria negra na Literatura Capixaba, e conseqüentemente as histórias negras e/ou afro-brasileiras e indígenas do território do Estado do Espírito Santo³. E preciso dizer que essa pergunta já vem martelando na minha cabeça há algum tempo. Pelo menos, desde metade do curso de Licenciatura em Letras-Português, no Instituto Federal do ES. Me incomodava olhar para as ementas, ir à biblioteca e participar dos eventos acadêmicos nesse espaço, e perceber a raríssima presença da autoria negra e de nossas histórias. Por muitas vezes, cheguei a me questionar: não existe Literatura Negra Capixaba e/ou autores negros e negras que escreveram/escrevem literatura no Espírito Santo?

Isso me perturbava, ainda mais quando pensava que seríamos futuros professores de Língua Portuguesa e Literatura, e que de alguma maneira o que aprendíamos nesse espaço auxiliaria na formação de crianças, jovens e adultos. Nesse sentido, a cabeça chegava a dar um nó, pois me perguntava a todo momento: que tipo de literatura ou conhecimento eu quero repassar? Que tipo de história gostaria que os alunos apreendessem? Foram essas e outras questões que pulularam na minha cabeça durante o desafio que me propus nesta pesquisa, mas sem perder de vista nossa problemática.

Assim, essa dissertação intitulada “**(Re)Contando Histórias Capixabas: A Escrevivência como ponte para a escrita feminina e negra**”, tem como objetivo geral: investigar o campo da literatura capixaba, com foco na autoria negra, a partir das Leis de Incentivo à Cultura dos municípios de Serra, Cariacica e São Mateus. Meu olhar se direciona para essas Leis, pois entendo que um dos principais objetivos dessas políticas públicas é o de incentivar e fomentar o patrimônio cultural local através da literatura, da arte, dança, música etc. Nesse sentido, tenho como objetivos específicos: conhecer e traçar o cenário literário capixaba da autoria negra; revisitar e recontar nossas histórias negras e, por fim, propor um texto literário, em forma de livro, voltado para o público juvenil, para quem pensamos o produto educacional, resultante desta pesquisa.

Para atender meu propósito, priorizei a pesquisa bibliográfica-documental como metodologia. Esse método me possibilitou ter contato com as Leis de Incentivo à Cultura dos municípios de Serra (Lei Chico Prego), de Cariacica (Lei João Bananeira) e São Mateus (Lei

3 O Estado do Espírito Santo localiza-se na região sudeste do Brasil, possui 78 municípios e uma população estimada, de acordo com o IBGE (2021), de 4.108,508 de pessoas.

Graciano Neves), além do acesso às bibliotecas, arquivos públicos, artigos, livros, Teses e Dissertações, muitos desses consultados virtualmente devido à crise sanitária que assola o mundo (Covid-19). Comparo esse momento a um trabalho de escavação, já que durante a pesquisa, não localizei nenhum estudo que focasse essa temática no Espírito Santo, tendo que cavucar por dentre/entre outras áreas, como, por exemplo: Arquitetura e Urbanismo, História, Educação, Antropologia, Letras e Humanidades. Ainda assim, encontrei algumas produções intelectuais que dialogavam, em alguma medida, com minha pesquisa, com destaque para os trabalhos de Emanuel Vieira de Assis (2017), Lavínia Coutinho Cardoso (2008), Ivana Esteves Passos de Oliveira (2015), Edileuza Penha de Souza (2005), Thaiza Cardoso Carlos (2017) e Wesley Pereira da Silva (2019).

Ainda como metodologia optei por me apoiar no conceito de Escrivivência, gestado pela escritora Conceição Evaristo, quando produziu em 1995 a dissertação intitulada “Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade”, como aporte teórico-metodológico, pois é a partir do juntar de informações, fatos e de minhas memórias que o processo escrevivo se sedimenta, criando possibilidades de forjar a identidade, de refutar a historiografia literária e de recontar nossas histórias negras brasileiras, em particular para jovens capixabas. Vale dizer que não olho para os documentos, arquivos e produções, apenas como fontes secundárias, pelo contrário, enxergo o arcabouço pessoal de seus autores e de mim, já que são temas que me (co)movem para um projeto político e literário de narra-ativa.

A Escrivivência decorre da iniciativa de mulheres negras, principalmente pela via da escrita, e essas partem de uma condição, corpo e experiência negra vivenciada no Brasil. O intento dessas mulheres, em que me incluo, visa subverter a ideia que esse “corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria” (EVARISTO, 2007a, p. 54). Ao fazermos essa movimentação, em particular pela Literatura Negra, almejo falarmos por nós mesmas, para romper o apagamento epistemológico e ontológico de nossas histórias e saberes, já que “resistir por meio da literatura é também reexistir, e para um povo cuja voz foi e é constantemente sufocada, a Escrivivência se torna um recurso de emancipação” (MELO e GODOY, 2017, p. 1289).

A luta que travamos, também nessa pesquisa, é por existência e para assumirmos nossa fala, com todas as implicações inerentes, visto que o epistemicídio tem incidindo sobre a produção intelectual e saberes de negros e negras e não apenas de temas negros. Nesse sentido, como aporte teórico trago Conceição Evaristo, Luiz Silva (Cuti), Kiusam de Oliveira,

Ione Jovino, Miriam Alves, Ana Rita Santiago e tantas/os outras/os. Por conta disso, optei por compor a maioria de minhas referências bibliográficas por intelectuais e teóricas negras e negros, evidenciando seus nomes por extenso e/ou grafando seus primeiros nomes, depois mulheres e homens brancos. E, quando estes últimos aparecem, tento trazer meus pares para dialogar em conjunto.

Outro ponto que chamo a atenção é que no decorrer da pesquisa alterno as vozes do discurso na escrita, em vários momentos uso a primeira pessoa do singular, marca que integra tanto a Escrivência quanto a Literatura Negra. Mas em outros, escolho a primeira pessoa do plural, pois ainda que a pesquisa parta de um posicionamento pessoal e individual, nosso discurso amplia-se, coletivizando, pluralizando e partilhando vozes e conhecimentos com meus pares. Além disso, essa assunção de um “eu” enunciador demarca minha postura política de me autodefinir, nomear-me, e não mais ser falada pelo outro.

Com as devidas ressalvas feitas, cabe dizer que a dissertação está estruturada em 4 capítulos. No primeiro, **Dialogando com e sobre Conceição Evaristo: caminho teórico-metodológico**, são discutidas teorias e conceitos que considero relevantes para a construção dessa pesquisa, como: o epistemicídio, embasado em Boaventura de Sousa Santos (1995) e Sueli Carneiro (2005); lugar de fala, a partir do proposto por Djamila Ribeiro (2017); e, ainda, a importância do feminismo negro e/ou enegrecimento do feminismo, tendo como aporte as discussões de Sueli Carneiro (2003; 2011), Grada Kilomba (2019) e Lélia Gonzalez (1984; 2018). Além disso, discorro sobre o conceito de Escrivência, ora o aproximando e ora o afastando da vida e obra de Conceição Evaristo, e também, trago noções importantes para pensar a escrita escreviente, como a memória, a ancestralidade, a identidade, a oralidade etc.

No segundo capítulo a **Literatura Negra e o devir** discorro sobre as bases da Literatura Negra, doravante LN, tendo como aporte Luiz Silva (Cuti) (2010), Ana Rita Santiago (2012), Conceição Evaristo (2009a; 2010) e Zila Bernd (1988). Mostro também o que entendo por Literatura Negra, trago uma perspectiva feminina e discuto criticamente sob as assunções, posturas e devir político por trás dessa. Entendendo que a Literatura é um direito humano, almejo restituir a humanidade da população negra, articulando-a numa escrita antirracista, tendo como apoio, também, a Literatura Negra-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil (LINEBEIJU), desenvolvida por Kiusam de Oliveira (2019;2020). Ainda nesse capítulo, apresento a proposta de LN que me proponho a edificar, principalmente para o público juvenil – foco de nosso produto educacional –, dialogando com as premissas da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório nos currículos da Rede de Ensino do país os conteúdos de História e Cultura

Afro-brasileira, o Parecer (2004) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Na primeira parte do terceiro capítulo, intitulado **Existe Literatura Negra no Território Capixaba?**, apresento o cenário literário capixaba e tento mapear, minimamente, registros de vozes antes silenciadas no ES, do final do século XIX até meados do século XX, tendo como base as obras de Reinaldo Santos Neves (2019) e Francisco Aurélio Ribeiro (1996). Também trago um brevíssimo panorama da Literatura Negra Capixaba e o público juvenil⁴ na atualidade, tensionando quais estratégias as/os autoras/es negras/os utilizam para ressoar suas narrativas, principalmente fora dos espaços hegemônicos, como os da Educação não-formal e Informal, e nos Espaços Afirmativos.

Ainda nesse capítulo analiso os livros infantis e juvenis publicados através das Leis de Incentivo à Cultura dos municípios de Serra (Lei Chico Prego: de 2000 a 2015), Cariacica (Lei João Bananeira: de 2008 a 2010, 2013, e de 2015 a 2018) e São Mateus (Lei Graciano Neves: de 2009 a 2018), a partir dos seus títulos, narrativas e autorias. E, também exponho dados desses municípios, conto do meu contato com as histórias revisitadas nesta pesquisa – Insurreição de Queimado (Serra), João Bananeira (Cariacica) e Zacimba Gaba (São Mateus) –, e traço um panorama para saber se essas histórias (as nossas histórias) foram revisitadas/publicadas pelas Leis de Incentivo e, ainda, que histórias negras foram publicadas para nosso público-alvo, olhando atentamente às autorias destas.

Após conhecer o cenário literário capixaba e ter analisado as Leis de Incentivo à Cultura dos municípios de Serra, Cariacica e São Mateus percebeu-se, ainda na atualidade, a escassez de publicações de nossas histórias negras e um discurso de inferiorização para os personagens negros, caso de Serra. Em contrapartida, no município de Cariacica, observamos muitas publicações, não apenas no campo Literário, que valorizam os bens culturais da cidade e uma maior equidade (muitas mulheres, negras) na autoria das histórias recontadas. Além disso, identificamos que não houve a implantação da Lei no município de São Mateus, o que impacta a possibilidade da valorização dos bens literários, artísticos e culturais da população negra dessa localidade.

Por fim, no quarto capítulo, intitulado **Produto Educacional: Livro “Quem vai contar nossas histórias negras?”**, optamos por trazer o produto junto da escrita dessa dissertação, já

4 Cabe situar o leitor que quando menciono a literatura juvenil me refiro a dimensão e contextualização de minha pesquisa, já que o produto final se volta para esse público. Mas, quando em vários momentos cito a literatura infantil, em conjunto da juvenil, refiro-me ao aspecto histórico do campo literário para esse público, que invariavelmente estão imbricados.

que um não está apartado do outro. Além disso, apresento o “porquê” da escolha do livro como produto educacional, e é claro, trago as histórias recontadas – Zacimba Gaba, Chico Prego e os revoltosos, e João Bananeira. O livro contém ilustrações, produzidas pela artista visual – Ione Reis -, além de fotos/desenhos que representam os territórios capixabas retratados nas histórias.

O material que compõe esse capítulo é o livro/e-book, em sua versão final após as considerações da banca, no formato digital/pdf contendo aproximadamente 25 páginas. Inicialmente se encontra nesse formato, mas futuramente, e em breve, a intenção é submeter o e-book as Leis de Incentivo à Cultura do ES e distribuí-lo em bibliotecas comunitárias, Estaduais e municipais, e também em eventos culturais no Estado.

PARTE 1

Eu quero narrar a vida, a possibilidade, o respiro, o sonhar...

Capítulo 1 – Dialogando com e sobre Conceição Evaristo: caminho teórico-metodológico

O esforço empreendido nesse capítulo parte da vontade de dialogar, não apenas, com e sobre Conceição Evaristo, mas também com outras mulheres negras que me antecederam e fortaleceram meus passos até aqui, no Mestrado. Por isso, convidei Lélia Gonzalez (1984; 2018), Carolina Maria de Jesus (1996), Djamilia Ribeiro (2017), Grada Kilomba (2019), Sueli Carneiro (2003; 2005; 2011) e tantas outras e outros para essa conversa. Tento também, a partir da luz que essas intelectuais lançam para mim, traçar caminhos para a pesquisa, tendo a Escrivência como caminho teórico-metodológico. Não é à toa que, desde que o conceito foi gestado em 1995, na dissertação da autora intitulada “Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade”, tem sido estudado por pesquisadoras/es de diversas áreas, ultrapassando as fronteiras dentro e fora do Brasil, e indo além da própria autora.

Confesso que quando tive contato com pesquisas que tinham tal conceito como base (PEREIRA, 2016; MACHADO, 2014; LIMA, 2009), li os livros, artigos e acompanhei as lives de Conceição minha cabeça deu um nó. Eu queria falar dela, de como a Escrivência tem muita relação comigo e com a produção de várias intelectuais. Enfim, eu precisava me organizar e achar o rumo! Nesse sentido, a Escrivência tem possibilitado tomar várias direções, atravessando os caminhos literário, histórico, político, emancipatório, ligados à oralidade e a tantos outros saberes.

Vale mencionar que entendo a Escrivência como um conceito que, na sua feitura, entrelaça “razão e emoção”, concebendo possibilidades de escrever, distanciando-se da lógica que preconiza que é apenas a branquitude⁵ que produz conhecimento/razão, enquanto aos negros, em particular as mulheres, atribui-se a emoção. Nesse sentido vislumbro, nessa acepção, a possibilidade de restituição da humanidade e de autoridade daquilo que a população negra produz. De tal modo que, desde o processo de colonização, tanto razão quanto a emoção vêm sendo postos em cheque, fazendo com que os saberes e conhecimentos dessa população sejam destituídos, aniquilados ou considerados menores. E aqui faço um

5 Entendemos branquitude a partir do trabalho de Maria Aparecida Bento que versa sobre a identidade racial do branco brasileiro, pormenorizado no ideário do branqueamento que decorre de um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, fortalecendo a auto-estima e o auto-conceito do grupo branco em detrimento dos demais. (BENTO,2002).

adendo necessário para dialogar sobre o conceito de epistemicídio, cunhado por Boaventura de Sousa Santos (1995) e pelo o que Sueli Carneiro nos apresenta em sua tese de doutorado “A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser” (2005).

A autora – na busca por entender a construção do “Outro” enquanto sujeito racializado por uma articulação de dispositivos e biopoder que privilegia discursos e práticas, inclusive epistemicidas – nos atenta que as universidades brasileiras são um lócus para isso. Nesses espaços, o epistemicídio ocorre “no dualismo do discurso militante *versus* discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro” (CARNEIRO, 2005, p.60). Mais do que isso, como Boaventura de Sousa Santos menciona, no período colonial decorre um processo violento, que

[...] o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (SANTOS, 1995, p. 328).

Dessa maneira, ao trazermos para o centro de nossa pesquisa a escrita feminina e negra, confrontamos e resistimos ao epistemicídio imposto desde o período escravocrata, e me esforço para subverter a lógica mulher-objeto para sujeito-mulher-sujeito possibilitando falar por nós mesmas, e não mais sermos faladas pelos outros. Além disso, parte daí nosso interesse em evidenciar a escrita de pesquisadoras/es e ativistas negras/os, maioria em minha bibliografia, mas também de tensionarmos o epistemicídio na literatura brasileira, quando propomos nesta dissertação a produção de um livro, tendo como base o recontar de histórias negras.

Desse modo, entendo que a produção de singularidades e subjetividades a que se propõe a Escrivência potencializa sujeitos que antes tiveram seus conhecimentos e saberes obliterados, principalmente na escrita, mas logo extrapolando esse campo. E isso fica explícito quando Conceição Evaristo dimensiona a leitura e a escrita no seu labor, ressoando em outras mulheres negras:

O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semi-alfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita? Tento responder. Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. (EVARISTO, 2007b, p.21).

Esse ato de autoinscrição e de insubordinação em que as mulheres negras enfrentam, ao longo da historiografia literária e da História, com H maiúsculo, denota um intento que tem sido muito caro ao feminismo negro: do não apagamento e silenciamento/epistemicídio de suas trajetórias e de contarmos nós mesmas as nossas histórias. O enegrecimento do feminismo, conforme nos atenta Sueli Carneiro (2011), vai possibilitar a politização desses sujeitos fazendo com que assumam as palavras, a dança, a literatura, a performance, a oralidade e tantos outros saberes como formas de rasurar o que fora introjetado sobre e sob seus corpos e conhecimentos.

E quando assumimos nosso lugar de fala, e aqui dialogo sobre esse conceito com Djamila Ribeiro, evidencio que a disputa é por existência. Além, é claro, de compreendermos as relações de poder que nos afastam de determinados espaços na sociedade, enxergando-o para “refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência” (RIBEIRO, 2017, p.64). Contudo, a Escrivivência tem oportunizado essa transcendência, ampliando a imanência da fala, coletivizando-a, mas também confrontando visões universais de mulher, de negritude, da identidade (RIBEIRO, 2017).

Opera-se nessa tensão a quebra do silêncio, o estilhaçamento das máscaras (KILOMBA, 2019; FANON, 2008), o abalo necessário, e muitas vezes desconfortável, do discurso hegemônico. Desse movimento encabeçado por mulheres negras, historicamente silenciadas e apagadas, é que se remontam saberes e potências outras, formando contranarrativas e discursos ao que está posto. A retomada de si, muitas vezes, se dá através da escrita entendida como ato político e insurgente, como salienta Grada Kilomba em *Memórias do Plantation: episódios do racismo cotidiano*, quando diz que um texto “pode ser entendido como uma forma de “tornar-se um sujeito” [...] baseada em nossos relatos subjetivos, auto-percepções e narrativas biográficas” (KILOMBA, 2019, p.29).

Ao entenderem a linguagem como espaço de disputa e de poder, essas mulheres com

mais frequência buscam autodefinir-se e nomear-se para contar suas histórias de dentro, e não mais pelo olhar do outro, de fora, do discurso hegemônico. Fazendo isso, elas trazem novas perspectivas estéticas, literárias e insurgentes, a partir de suas subjetividades, experiências e vivências na sociedade brasileira, resistindo ao exaustivo discurso imposto sobre seus corpos que reverberam o racismo e o sexismo. Comungando dessa tese, Lélia Gonzalez no texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), chama a atenção para a tarefa árdua de nomear-se, confrontando a ideia de que o negro está na lata de lixo da sociedade:

[...] o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 1984, p. 225)

É isso, vamos falar! A partir dessa prática dialógica, desse escrever + viver e escrever + vivência, do ato político de narrar a vida, em que escrever/falar transforma-se em ação, inicialmente individual, mas logo torna-se coletiva, é que tal conceito partilha um *continuum* comum de falares, vivências e cumplicidades da/na vida. Pois enxergamos nesses dinamismos que “resistir por meio da literatura [escrita/leitura/voz] é também reexistir, e para um povo cuja voz foi e é constantemente sufocada, a Escrevivência se torna um recurso de emancipação” (MELO e GODOY, 2017, p. 1289).

Para além dos pontos que tratamos até aqui, o labor escrevvente abraça outras questões como o recontar das histórias, o juntar de fatos e memórias, a reescrita de si/ desde si, o refutar da historiografia literária eurocêntrica, o forjar da identidade e o olhar atento e cuidadoso para outros saberes e fazeres, que nos ajudam a refletir sobre o caminho teórico-metodológico da pesquisa em conjunto dos conceitos de memória e ancestralidade. Alguns desses já mencionamos, mas outros desdobraremos, ao longo do capítulo, junto do percurso de vida e obra de Conceição Evaristo e da Escrevivência.

Entendemos que falar de Conceição perpassa, fundamentalmente, pela vivência ao lado de sua mãe, Joana Josefina Evaristo Vitorino, sua tia, Maria Filomena da Silva, seu tio, Antônio João da Silva (Totó), dentre outros entes queridos. Em outras palavras, é o acúmulo dessas e de outras pessoas e histórias marcadas no corpo, memória e na alma, e ainda, da consciência de sua condição e da experiência como mulher negra e pobre, que vão (con)formar a narra-ativa viva do que é a Escrevivência e o projeto literário da autora.

Rodeada pelas palavras, Conceição Evaristo trilha um percurso de vida e obra que se inicia pela oralidade, por dentro/entre as paredes de sua casa e familiares, mas que logo

transporta-se para o papel. São várias as histórias que conta dos tempos que ajudava a mãe e a tia no ofício de lavadeira, do lavar, contar e entregar as roupas para as madames, do hábito da tia que recaiu sobre ela de “anotar resumidamente, em folhas de papeis, datas e acontecimentos importantes, desde fatos relacionados à economia doméstica a acontecimentos sociais ou religiosos” (EVARISTO, 2007b, p. 18). Tem-se aí o impulso literário de Conceição.

Outro momento que integra as memórias da autora, tem relação com a escola, de quando começa a frequentar esse espaço e tem que se deparar com questões tão perversas, ainda menina, no tocante a discriminação racial e social, como relata:

Foi em uma ambiência escolar marcada por práticas pedagógicas excelentes para uns, e nefastas para outros, que descobri com mais intensidade a nossa condição de negros e pobres. Geograficamente, no Curso Primário experimentei um 'apartaid' escolar. O prédio era uma construção de dois andares. No andar superior, ficavam as classes dos mais adiantados, dos que recebiam medalhas, dos que não repetiam a série, dos que cantavam e dançavam nas festas e das meninas que coroavam Nossa Senhora. O ensino religioso era obrigatório e ali como na igreja os anjos eram loiros, sempre. Passeio o curso primário, quase todo, desejando ser aluna de umas das salas do andar superior. Minhas irmãs, irmãos, todos os alunos pobres e eu sempre ficávamos alocados nas classes do porão do prédio. Porões da escola, porões dos navios. (EVARISTO, 2009b, p.2).

Apesar desse doloroso relato ao se perceber negra e pobre, Conceição tenta, através da escrita, sair do porão da escola e dessa condição para uma nova história. Ao fim do primário, em 1958, Evaristo logra ao receber o primeiro prêmio de literatura quando participa do concurso de redação da escola, que propunha a seguinte indagação: *Por que me orgulho de ser brasileira?*. Os professores foram unânimes quanto à beleza da redação, porém, devido ao comportamento dela, levantaram-se dúvidas sobre se merecia ou não tal distinção. Foi necessário a intervenção da professora Luiza Machado Brandão para que realmente recebesse a premiação. (PEREIRA, 2016).

Apesar dessas intempéries, Conceição já estava ciente da razão das dúvidas terem surgido. Mesmo assim, continua seu caminho pelas letras e leitura. Por isso, no percurso delineado até tornar-se escritora recorre à memória, em particular quando a literatura entra em sua vida. Em uma dessas lembranças, recorda do contato com escritoras/es mineiras/os como Alaíde Lisboa de Oliveira, Lara Resende, Eduardo Frieiro, Luiza Machado Brandão, Lucia Casasanta, quando circulava pelas cozinhas e casas alheias que as mulheres de sua família trabalhavam, como empregadas domésticas. Além disso, é através da tia, que na época trabalhava para Etelvina Viana, responsável pela Biblioteca Pública de Belo Horizonte, que Conceição tem acesso irrestrito aos livros. (PEREIRA, 2016).

Outro momento marcante para a autora é quando a família, e em particular a mãe, tem

contato com o livro de Carolina Maria de Jesus – *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*. Há uma identificação instantânea com a obra de Carolina e, também, é a partir desse episódio que a mãe de Conceição começa a escrever um diário. Desse modo, são esses atravessamentos da leitura e da escrita que vão impulsionar Conceição Evaristo no seu labor literário, mesmo após migrar de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, na década de 1970.

Em terras cariocas, Evaristo torna-se professora de supletivo e, em 1975, ingressa no curso de Letras na UFRJ, casa-se e tem sua filha, Ainá. Conclui o Mestrado em Literatura Brasileira pela PUC/RJ com a dissertação “Literatura negra: uma poética da nossa afro-brasilidade” (1996), e o Doutorado em Literatura Comparada, na UFF, com a tese “Poemas malungos – cânticos irmãos” (2011). Assim, é esse laço antigo e anterior que possibilita que Maria Conceição Evaristo de Brito, mineira, nascida no dia 29 de novembro de 1946, advinda de uma família pobre e de 9 irmãos, possa ser esse expoente da Literatura Brasileira, mais precisamente, da Literatura Negra. São essas lembranças, vozes e histórias que vão fortalecer seu projeto político-literário em torno do conceito de Escrivivência.

Diante disso, não nos surpreende que Conceição associe tal conceito à imagem da mãe, e especificamente da “mãe preta”, uma figura do passado colonial que atendia aos mandos e desmandos dos senhores e senhoras da casa-grande, não apenas isso, ensinava tudo o que sabia aos sinhozinhos. Um saber próprio e ancestral. Lélia Gonzalez (1984; 2018) e Patricia Hill Collins (2016) também enxergavam potência nessa figura materna, em que a primeira aborda o signo da “mãe preta”, e a segunda, traz o conceito de *outsider within* (forasteira de dentro).

Em suma, são mulheres negras que estão no centro dessas noções, que além de serem mantenedoras da economia da sociedade e da família, e de sofrerem todos os tipos de castigos e sanções da dupla exclusão (por ser mulher e negra) vão germinar possibilidades individuais, esgarçando para o coletivo. Assim, tais concepções trazem pontos significativos para pensar a emancipação e autonomia: (1) por ensinarem os sinhozinhos da casa grande seus costumes, cultura, língua, no sentido estrito de ser mãe; e, (2) ao fazerem isso, estando por dentro do sistema que as oprimem e objetificam, utilizam-se de formas estratégicas e criativas para desafiar os mecanismos de poder. Nesse sentido, nos parece que Evaristo amplia o entendimento do abalo que as mulheres negras fazem na estrutura colonial.

Comungando e partilhando dessas ideias, essas três autoras entendem que as “mães pretas”, para além do açoite e do sofrimento, olham por cima do muro, criam arestas e fissuras para algo gestado no passado, mas que reverbera no presente-futuro. Essas mulheres dão

início, por dentro do sistema que as oprime, a um inculcar de ideias, uma criouliização⁶, e, por fora, forjam a rasura na historiografia do país, trazendo uma novidade estética, ética, literária e insurgente no seio da coletividade, partindo de suas vivências.

Emerge dessa movimentação a reversão em que “o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria” (EVARISTO, 2007a, p. 54). Por isso, elas tomam a rédea das lutas e dos direitos, em um primeiro momento na vida cotidiana, mas logo se expandindo para outras áreas, inclusive a escrita e a literatura. Surge daí o que Conceição Evaristo vai chamar de Escrevivência.

A autora enxerga e sente nesse movimento a potência, pulso e vida de mulheres negras numa retomada, numa puxada de alavanca para breca o imposto, o hegemônico:

Foi nesse gesto perene de resgate dessa imagem, que subjaz no fundo de minha memória e história, que encontrei a força motriz para conceber, pensar, falar e desejar e ampliar a semântica do termo. Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita nos pertence também. Pertencem, pois, nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potencial de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumo e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: "a nossa Escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-la de seus sonos injustos". (EVARISTO, 2020, p.30).

A Escrevivência é mais que a junção das palavras escrever + viver/vivência, ou de qualquer arranjo linguístico, já que engloba a insubordinação da escrita feminina e negra em um projeto que extrapola a escrita, e a própria Conceição. Pensando nisso, trataremos de conceitos que pelo nosso olhar compõem e são fundamentais no labor escreviente, como a memória e a ancestralidade. Além desses, serão tratados em conjunto ou de forma completar a condição do sujeito, a identidade, a oralidade, o corpo, a experiência e a emancipação.

A memória nos parece ser a base do que se configura o projeto literário e político de Conceição Evaristo. Isso vem formatando a Escrevivência, tão pulsante em suas obras desde a publicação, em 1990, nos *Cadernos Negros*, abarcando a escrita de *Ponciá Vicêncio* (2003); *Becos da Memória* (2006); os *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008);

⁶ Tanto Lélia Gonzalez, quanto Edouard Glissant vão discorrer sobre o processo de criouliização que são formas de resistência, muitas vezes através da linguagem e das artes em geral, em que negras e negros escravizados/as vão inserir seus trejeitos, costumes e maneiras de falar na língua do colonizador nas Américas. No Brasil, temos o “pretuguês”, no Caribe a língua crioula.

Insubmissas lágrimas de mulheres (2011); *Olhos d'água* (2014); *Histórias de leves enganos e parecenças* (2016) e *Canção para ninar menino grande* (2018).

Compreendemos que a noção de memória abarca a lembrança e a rememoração do passado, e se esgarçarmos um pouco mais, o resgate de memórias impregnadas no tempo-espaço, nas pessoas, nos acontecimentos, nas cidades, nas instituições, na natureza (POLLAK, 1992). Conceição traz essas nuances em sua escrita, como quando através da personagem Maria-Nova, no livro *Becos da Memória*, é confrontada pela história da escravidão na escola:

[...] pensou em Nego Alírio e reconheceu que ele agia querendo construir uma nova e outra História. Maria-Nova olhou novamente a professora e a turma. Era uma História muito grande! Uma história viva que nascia das pessoas, do hoje, do agora. Era diferente de ler aquele texto. Assentou-se e, pela primeira vez, veio-lhe um pensamento: quem sabe escreveria esta história um dia? Quem sabe passaria para o papel o que estava escrito, cravado e gravado no seu corpo, na sua alma, na sua mente. (EVARISTO, 2006, p.138)

Nessa passagem, nota-se como tal narrativa, que já era uma memória cravada na personagem, e em consequência na autora, traz reflexos de uma memória viva e vivida. Corroborando para o que Michael Pollak indica, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis” (POLLAK, 1989, p. 7). À exemplo de Lima Barreto no livro *Diário Íntimo* e de Carolina Maria de Jesus no célebre *Quarto de Despejo*, Conceição quer usar a força das palavras para transpor essas lembranças ao registro escrito e para cravar o lugar da narrativa de seus descendentes. E, ainda, quer utilizar-se do papel para se vingar, para borrar o apagamento e a falsa história (re) contada sobre os afro-brasileiros.

Ao dedilhar essas memórias, a autora nos aproxima da discussão proposta por Lélia Gonzalez no texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984) a respeito da consciência e da memória. A par dessas noções, Lélia indica que a consciência é o local do esquecimento, do desconhecido e até da alienação, muitas vezes associada à ideia de mestiçagem e do mito da democracia racial, impregnado na sociedade. Na outra ponta, a memória seria o lugar da verdade e da indenização da história.

Nesse embate, a “consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante [...] numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade” (GONZALEZ, 1984; 2018, p.194). Como nos diz Lélia, é necessário ser astuto com o jogo das palavras. Porque a dialética vai incidir sob a memória dos afro-brasileiros, e em

decorrência do embate com a consciência, tenta apagar o saber. Partindo daí a consciência vai entrar nesse jogo para ganhar, porém, a escrita entra em cena para resistir e gravar nossa história. Conceição sacando desse confronto e da importância de se registrar o que antes fora apagado e silenciado, utiliza a escrita para narrar a vida, a Escrivivência. Isso se evidencia nas seguintes proposições: “afirmo que nada que eu escrevo é inocente. É muito bem pensado” (EVARISTO, 2020, p.40), e, ainda,

[...] é uma literatura em que a escolha semântica está profundamente relacionada com a minha situação social ou com a experiência social que já vivi. Penso que a Literatura Brasileira está precisando de obras que provoquem a academia para rever até o próprio conceito do que seria literatura. Talvez, a minha obra dê para pensar isso também. Por exemplo, quando se fala de uma obra memorialística, há a tendência em dizer que a obra de autoria negra é sempre memorialística. Acreditam, então, que o livro Ponciá Vicêncio é a história da minha vida. Não é. Sempre preciso afirmar que Becos da Memória são ficções da memória, apesar de Maria Nova ser uma personagem muito próxima da autora. (EVARISTO, 2020, p.40).

Essa postura vem sendo assumida com mais veemência, do lado de cá do Atlântico, por vários autores e autoras, como, por exemplo, Édouard Glissant. O autor ao olhar para a figura do “migrante nu” – “aquele que foi transportado à força para o continente e que constitui a base do povoamento dessa espécie de circularidade fundamental que, no meu entendimento, o Caribe constitui” (GLISSANT, 2005, p.17) –, enxerga que há a tentativa de reconstituir e recriar, a partir da memória, os rastros-resíduos. Ainda que escreva de terras caribenhas, Glissant, ao tratar do conceito de rastros-resíduos, traz importante discussão para compreender a composição da memória de negras e negros. É sobre o espectro da imprevisibilidade que o “migrante nu”, principalmente no campo da poética e das artes em geral, vai arquitetar a linguagem crioula e várias formas de arte para todos, como, por exemplo, no jazz, nos ritmos africanos e com os vários instrumentos adotados.

Através de vestígios, traços e fragmentos os africanos vão, por meio dos rastros-resíduos, “constituir uma dimensão nova daquilo que é necessário opormos, na situação atual do mundo, ao que chamo de pensamentos de sistema ou sistemas de pensamento” (GLISSANT, 2005, p.20). É nessa retomada e reconstituição que estes sujeitos formatam a cultura e suas identidades, antes dilaceradas, já que esse processo tende a explodir e desestabilizar as seduzentes normas (GLISSANT, 2005).

No que tange a identidade, o próprio Glissant vai dizer que não é mais possível que se sustente uma identidade de raiz única, fixa, intolerante e enclausure o que somos. O autor entende a identidade embasada na ideia de rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guattari, da obra *Mil Platôs*. Isto é, olhando para a diversidade e com a maior incidência da crioulação no

mundo, no cerne dos rastros-resíduos, o sujeito despojado de um aparato linguístico, cultural e identitário vai se perfazendo, ao passo que a raiz rizoma vai ao encontro de outras raízes, outras identidades. Essa perspectiva com ares de alteridade dialoga com o trabalho de Stuart Hall, que consideramos relevante trazer à baila quando temos o sujeito negro sob os holofotes, já que é na diferença que este “eu” se constitui, na troca com o “outro”. Dessa maneira, para o sujeito pós-moderno a identidade fixa e rígida é uma fantasia, já que a “identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, [...] vistos por outros” (HALL, 2006, p.39).

Além disso, para as pessoas que experienciaram a diáspora, o caso dos negros escravizados, os deslocamentos, os sincretismos, os processos de miscigenação e a criouliização vão intensificar o abalo das identidades originais (HALL, 2003), tornando-se múltiplas. É nesse impulso, em sua maioria da ordem da força, ocasionado pelas desterritorializações, que as identidades são alargadas, conectando-se à memória individual e coletiva. É nesse trânsito que Conceição Evaristo busca em si, inicialmente, e, em seguida, em outras vozes e memórias, a constituição de sua identidade, conforme vemos no célebre poema *Vozes-Mulheres* do livro *Poemas de recordação e outros movimentos* (2008):

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si

as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade. (EVARISTO, 2008, p.10-11)

Entoando lembranças, Conceição Evaristo traz para a cena poética a bisavó, a avó, a mãe, a filha e ela própria para tecer os vínculos individuais e coletivos criados das memórias que a cerca. Relembra a vida de lavadeira e empregada doméstica da mãe, a subordinação da avó e o lamento transportado da bisavó no navio negreiro, algo similar ao apresentado no livro *Becos da Memória* (2006), que transita das personagens Maria-Velha para Maria-Nova. Ainda que o poema não se refira diretamente à autora, nos parece que esse discurso é recorrente em outros textos afro-brasileiros, na reconstituição da imagem desse povo (DUARTE, 2006).

Para além disso, a rememoração dessas vivências nos aponta de que condição partem essas mulheres, em suma, ex-escravizadas, negras e periféricas quem tem por intermédio da voz, da evocação, a possível restituição desses sujeitos subalternizados. Condição e experiência ressaltada a todo momento pela autora. Ainda é latente a retomada do passado, nem tão remoto e distante, para a redefinição do presente, culminando na filha, nessa esperança, na vida-liberdade.

Essa análise nos faz olhar com mais atenção a conexão entre memória individual e memória coletiva, conceitos basilares da Escrivivência. A respeito disso, dentre os vários estudiosos e pesquisadores desse conceito, Maurice Halbwachs (1990) traz interessante reflexão em que discutiremos sobre a memória individual e coletiva como intrínsecas e partilhadas por um grupo. Para o autor, o posicionamento e o lugar que se ocupa dentro de um grupo e/ou sociedade é que vai inferir na memória coletiva, sinalizando que a memória é social. A zona de intersecção entre memória individual e coletiva se dá quando recorremos às lembranças dos/com outros, das palavras, das ideias, do passado que incide no presente, indicando que a questão individual não é fixa, fechada em si.

Além disso, com exemplos que envolvem o contato com seus pais, amigos e momentos históricos, do início do século XX, Halbwachs traça essa lembrança coletiva, que “se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias”

(HALBWACHS, 1990, p.25). O autor, partindo do pensamento de Durkheim sobre fato social, expõe que mesmo se voltando para os membros do grupo e de outras testemunhas para lembrarmos de algo, se faz necessário, primeiramente, que as lembranças estejam marcadas em nosso espírito e no dos outros. Ao fazer esse paralelo, voltamos o olhar para o pertencimento deste sujeito no grupo, na sociedade, no espaço e tempo que ocupa, ainda que flutuante. Algo que é presente e pulsante no trajeto literário de Conceição.

A seta que nos aponta Halbwachs dialoga diretamente com a ancestralidade, abarcando o pertencimento étnico e cultural partilhado por afro-brasileiros, de um elo ancestral e profundo, quando se envolve o grupo, aproximando-os. Decerto, o que seria das religiões de matrizes africanas, da contação de história, da culinária e de tantas outras formas culturais e da tradição sem o laço com o grupo, com os seus? Certamente não seria nada, já que “a relação privilegiada com o passado tem sua razão de ser: ela permite uma relação especial com os ancestrais” (OLIVEIRA, 2006, p. 52). Em vários trechos de suas histórias e poemas, e ainda, nos depoimentos e entrevistas, Conceição Evaristo ressalta esse laço ancestral com a família, a vida em comunidade e a religiosidade. Em uma dessas passagens, Conceição fala da influência da mãe na escrita da vida, ressaltando esses aspectos:

[...] não escrevia somente um sol, ela chamava por ele, assim como artistas das culturas tradicionais africanas sabem que as suas máscaras não representam uma entidade, elas são as entidades esculpidas e nomeadas por eles. E no círculo-chão, minha mãe colocava o sol, para que o astro se engrandecesse no infinito e se materializasse em nossos dias. (EVARISTO, 2007b, p. 15)

Os elementos da natureza, a suavidade em uma outra escrita da mãe, outro tempo e memória estão presentes nesse labor. A delicadeza com que a autora traz para o centro de sua escrita outras vozes, outras palavras e modos de ser, fazer e sentir literário, como um algo vivo, como uma palavra com todos os membros. Cabe dizer que entendemos a palavra, escrita/desenhada ou falada, na perspectiva de Hampâté Bâ, tida como algo pulsante, marcado no tempo e história dos afro-brasileiros e africanos na diáspora, apontando para algo ancestral que se mostra em um *continuum*. A materialização desta, por diferentes meios e suportes “cria movimentos, movimentos que geram forças, forças que agem sobre os espíritos que são, por sua vez, as potências da ação” (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p.174).

Essa movimentação potente, que se dá inicialmente na oralidade e, posteriormente, na escrita, é o fio condutor da Escrivivência de Conceição. No artigo “Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face” a autora salienta isso: “Do tempo/espaço aprendi desde criança a colher palavras. [...] Cresci possuída pela oralidade, pela palavra. [...] Tudo era narrativa,

tudo era motivo de prosa-poesia” (EVARISTO, 2005, p.201). A oralidade, para nosso trabalho, tem uma postura criativa que transcende algo que deve ir de boca para ouvido, afastando-se da dinâmica universal, envolvendo os aspectos sensoriais e o corpo de quem profere (GLISSANT, 2005; HAMPÂTÉ BÂ,2010). Nesse sentido, o corpo se posta a pronunciar, andar e gesticular a vida, as palavras, as Escrevivências, conforme ressalta Leda Martins (2003), para quem o corpo é o local da inscrição.

Mesmo que está se refira ao corpo como lugar da performance, direcionado ao campo artístico, essa analogia cabe ao que Conceição veicula, visto que este é o suporte e superfície por onde começa e atravessa a escrita Evaristiana. Além disso, tem-se ligação direta com a ancestralidade, já que “nas culturas predominantemente orais e gestuais, como as africanas e as indígenas, por exemplo, o corpo é, por excelência, o local da memória, corpo em performance, o corpo que é performance” (MARTINS, 2003, p.78). Logo, é através do corpo que esse conhecimento adquire continuidade, cria e recria outras formas de linguagem, de resistência e (re)existência.

Ainda dialogando sobre essa concepção de corpo que Leda Martins nos instiga, trago Carolina Maria de Jesus para essa prosa, já que nos faz pensar em como registramos as memórias, as histórias, os causos, as palavras. Além disso, Conceição em várias lives e artigos menciona como a rebeldia da escrita de Carolina a provoca a pensar/escrever, como ressalta na entrevista para a pesquisadora Bárbara Machado, “Quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado.[...]” (MACHADO, 2014, p.68).

Por esses termos, Carolina nos aponta uma ampliação da Escrevivência a partir da narração da vida, de si e dos seus. Não apenas por registrar o cotidiano da favela, mas por retratar as memórias e vozes de outras pessoas que a (con)formaram, dos momentos históricos, dos eventos, da tentativa incessante de se ver e ser escritora e poetisa. Desse intento, ela transfere para o papel, dos que encontra na tarefa de catar nas ruas, o sentimento latente e pulsante de seu tempo, com recordações de um passado recente para a autora.

Na ânsia por escrever registra tudo, ou boa parte, utilizando não apenas o papel em branco ou encardido, mas, também, utiliza-se do corpo que transita por diversos espaços sociais. Um corpo que se mostra ora visível, ora invisível, que circula no silêncio, no falar-escrever e que demarca uma passagem poética, melancólica e taciturna, por vezes. De tal modo, o corpo como local de inscrição (MARTINS, 2003) fala, ainda que em silêncio, pois “o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (ORLANDI,

2007, p. 31).

O perambular, o ir e vir da labuta diária fez com que Carolina registrasse na mente, nos olhos que enxergam a beleza e a maldade da sociedade e das pessoas, nas pernas cansadas e marcadas pela doença, na escuta atenta das notícias e falatórios que chegavam, nas mãos que carregavam o lixo e nos cadernos o melhor de sua poética escreviente. Um corpo inteiro, vivo e atento. A parte fundamental dessa inovação literária-viva, nesse fazer-se e ser feito na criação da poética é o corpo. Decerto, Carolina nos parece estar um passo à frente quando idealiza o sonho de ser escritora, corroborando com o impulso que Anzaldúa dá para que as mulheres do Terceiro Mundo escrevam “com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas” (ALZANDÚA, 2005, p.235). Isto é, seja na escrita, no corpo, ou de qualquer outra forma, repasse, como Carolina, sua mensagem na fissura que muitas mulheres negras fizeram.

Vale mencionar que essa circulação de Carolina, para além de ser corpórea, é partilhada com outros, com os filhos que aparecem diversas vezes nos registros, nas pessoas da favela, com os repórteres, com as personalidades que conhece em meio à fama e muitos outros que não são nominados. Como Conceição, Carolina Maria de Jesus entende a escrita e a leitura como algo emancipatório, perigoso e necessário, já que por várias vezes ameaçava seus vizinhos de incluí-los em seu livro. Mas do que isso, da junção dos fatos e memórias, Carolina (re) existia através do ato de escrever, pois, como dizia “[...] creio que não poderei viver sem escrever porque os dramas continuam a acontecer enquanto vivemos...” (JESUS, 1996, p. 54).

Não apenas o drama tinha lugar cativo nos versos de Carolina, mas também o amor, a solidão, a alegria, a tristeza e uma diversidade de questões sociais, existenciais, políticas etc. No livro *Antologia Pessoal* (1996) é possível encontrar uma dezena de poemas que tem como mote o amor, de variadas formas, sendo correspondido, como uma súplica, com a dor da incerteza, dentre outros. Por certo, Carolina se permitiu pela leitura do mundo e dos livros – mas principalmente pela escrita – viver os sentimentos, as experiências e as vicissitudes da vida. Não para fugir ou criar um mundo paralelo, mas sim para ressignificar essas emoções pela sua ótica, desde sua ciência de escritora e poetisa.

Para além disso, a Escrivivência Caroliniana apresenta o atravessamento dessa escrita testemunhal, que não é algo estanque localmente, ainda que aborde muitas vezes a visão da favela, da lavoura e da vida de empregada doméstica. É uma escrita que caminha, que trafega

por entre e dentre os gêneros literários com precisão e pelos espaços cedidos ou cooptados no entremeio da vida literária.

Desse modo, tal saber, cada vez mais, vem sendo desvelado no mundo, apresentando aspectos das culturas e civilizações orais. Nesse sentido, não nos surpreende que a cultura popular negra venha gerando produções expressivas, culturais e contranarrativas, permitindo “trazer à tona, até nas modalidades mistas e contraditórias da cultura popular *mainstream*, elementos de um discurso que é diferente — outras formas de vida, outras tradições de representação” (HALL, 2003, p.342-343), como na escrita Caroliniana e Evaristiana.

Assim, a palavra em África e que pululam por onde os povos africanos e hifenizados estão, têm um caráter sagrado e vital, pois, representa aquilo que o homem ou mulher é, testemunha viva dessa enunciação (HAMPÂTÉ BÂ, 2010). Nesse escrever, quando Conceição Evaristo tece, veicula ou lê seus escritos, ela não apenas se mostra ao mercado literário e acadêmico: a autora cria espaços desde sua experiência, transparecendo-se, para oportunizar a fala para e com outras mulheres, negras, pobres, periféricas, indígenas etc., materializando uma caminhada em conjunto, de partilha viva da Escrevivência com seus pares.

Além disso, outro aspecto marcante na escrita Evaristiana é a perspectiva da religiosidade, conectado à ancestralidade. Vale dizer que a autora vem de uma família católica, e que, após o contato com o Movimento Negro e da migração para o Rio de Janeiro, na década de 1970, é que desenvolve um maior interesse e proximidade com as religiões de matrizes africanas (MACHADO, 2014). Diante disso, vemos no livro *Ponciá Vicêncio* várias menções a cosmogonia africana, como o laço da protagonista ao barro, material que simboliza a orixá Nanã, e ainda ao angorô (arco-íris), que nos “terreiros de origem banta [é a] entidade correspondente a Oxumaré nagô” (LOPES, 2003, p.30). Na história a personagem-título tinha receio de passar por debaixo do angorô, pois, no dito popular, poderia transformar-se em menino.

Além dessa alusão, a autora no livro *Escrevivência: a escrita de nós* (2020) aproxima a tecelagem da Escrevivência às orixás Oxum e Iemanjá. Dialogando com a ideia de Oliveira (2006) em que a ancestralidade não é vivenciada desde um “eu” narcísico, Conceição traz a relação com os orixás para expandir a narração da vida, da resistência, partindo dela:

Afirmo que a Escrevivência não é uma escrita narcísica, pois não é uma escrita de si, que se limita a uma história de um eu sozinho, que se perde na solidão de Narciso. A Escrevivência é uma escrita que não se contempla nas águas de Narciso, pois o espelho de Narciso não reflete o nosso rosto. E nem ouvimos o eco de nossa fala,

pois Narciso é surdo às nossas vozes. O nosso espelho é o de Oxum e de Iemanjá. Nos apropriamos dos abebés das narrativas míticas africanas para construirmos os nossos aparatos teóricos para uma compreensão mais profunda de nossos textos. Sim, porque ali, quando lançamos nossos olhares para os espelhos que Oxum e Iemanjá nos oferecem é que alcançamos os sentidos de nossas escritas. No abebé de Oxum, nos descobrimos belas, e contemplamos a nossa própria potência. Encontramos o nosso rosto individual, a nossa subjetividade que as culturas colonizadoras tentaram mutilar, mas ainda conseguimos tocar o nosso próprio rosto. E quando recuperamos a nossa individualidade pelo abebé de Oxum, outro nos é oferecido, o de Iemanjá, para que possamos ver as outras imagens para além de nosso rosto individual. Certeza ganhamos que não somos pessoas sozinhas. Vimos rostos próximos e distantes que são os nossos. O abebé de Iemanjá nos revela a nossa potência coletiva, nos conscientiza de que somos capazes de escrever a nossa história de muitas vozes. E que a nossa imagem, o nosso corpo, é potência para acolhimento de nossos outros corpos. (EVARISTO,2020, p.38-39).

A Escrivência se mostra potente, solidária e formada por subjetividades, a partir do fazer-ser-sentir de mulheres negras. O labor proposto por Conceição Evaristo reflete laços ancestrais com outras vozes, palavras e saberes, e que, ao mesmo tempo, refrata o discurso hegemônico, do mesmo, do universal. Para além disso, o que a autora vem fazendo no campo literário tem provocado tensões e questionamentos no tocante à insurgência de mulheres negras e periféricas. Não apenas porque esses sujeitos têm contestado a premissa “pode o subalterno falar?”, da crítica indiana Gayatri Chakravorty Spivak, mas, também, por criar abalos no campo da escrita e da recepção literária, em que pese uma autocrítica dos intelectuais (SPIVAK, 2010).

Desse modo, como defendido por Spivak, e que tem sido tramado por esses sujeitos, já não cabe mais ser falado por outros, ditos intelectuais, e se faz necessária a reversão das normas sociais que implicam no silenciamento dos subalternizados. Ainda de acordo com a autora indiana, é importante uma postura crítica da história, para a efetividade da fala e da escrita do subalterno, para que seja realmente ouvida.

A partir desses embates, rasura-se os papéis oficiais, aglutinam-se compreensões e emergem outras vozes, um dos casos exemplares é da escritora Carolina Maria de Jesus e o conhecido *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. No período de seu lançamento, na década de 1960, na tentativa de deslegitimar sua produção, muitos questionaram como uma mulher negra e de pouca instrução escolar poderia escrever, e da interferência do jornalista Audálio Dantas em sua obra. Ainda assim, no artigo “Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade” Evaristo traz contundente apontamento sobre a relevância da insubordinação realizada por Carolina:

O que se torna interessante para discutir sobre a escrita de Carolina Maria é o desejo de escrever vivido por uma mulher negra e favelada. O desejo, a crença e a luta pelo

direito de ser reconhecida como escritora, enquanto tentava fazer da pobreza, do lixo, algo narrável. Quando uma mulher como Carolina Maria de Jesus crê e inventa para si uma posição de escritora, ela já rompe com um lugar anteriormente definido como sendo o dela, o da subalternidade, que já se institui como um audacioso movimento. Uma favelada, que não maneja a língua portuguesa – como querem os gramáticos ou os aguerridos defensores de uma linguagem erudita – e que insiste em escrever, no lixo, restos de cadernos, folhas soltas, o lixo em que vivia, assume uma atitude que já é um atrevimento contra a instituição literária. Carolina Maria de Jesus e sua escrita surgem “maculando” – sob o olhar de muitos – uma instituição marcada, preponderantemente, pela presença masculina e branca. (EVARISTO, 2009a, p.28)

Da mesma forma que Carolina e Conceição outras vozes negras, de homens e mulheres, tem tensionado por dentro ou por fora o campo literário para serem ouvidas, escritas etc. Nesse sentido, questionamos: quais as maneiras que as mulheres negras têm encontrado para insurgir na contemporaneidade e/ou resistir ao epistemicídio? A Escrivivência e as palavras das autoras apresentadas até aqui nos dão pistas preciosas dessa insurgência por via da literatura, da oralidade, do ressoar de outros saberes e conhecimentos.

Percebe-se, como dito anteriormente, na escrita o suporte para a emancipação, para narrar e autodefinir-se. Além disso, como nos diz Homi Bhabha, a literatura representa o direito de significar, mas também de “questionar o direito de nomeação que é exercido pelo colonizador sobre o próprio colonizado e seu mundo” (BHABHA, 1998, p.321). Consideramos, também, na escrita a possibilidade de expelir as agruras da colonialidade marcadas nos corpos, pele e alma de sujeitos subalternizados. E isso tem sido partilhado por várias mulheres negras, como Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Audre Lorde, Glória Alzandúa, Grada Kilomba e tantas outras, inclusive, por quem escreve essas páginas.

PARTE 2

Eu quero narrar o dia em que os meus e as minhas...

Capítulo 2 – Literatura Negra e o devir

Quero neste capítulo evidenciar como homens e mulheres negras tem feito para registrar suas subjetividades na prosa e na poesia, partindo de si e voltando-se para o coletivo numa (re) constituição de outras e múltiplas vozes, principalmente através da Literatura Negra, doravante LN. De tal modo, nos apoiamos nas pesquisas de Luiz Silva (Cuti) (2010), Ana Rita Santiago (2012), Conceição Evaristo (2009a; 2010), Zila Bernd (1988), dentre outras/os, no intuito de mostrar o que entendemos por LN, discutindo criticamente sob as assunções, postura e devir político por trás desta. Cabe dizer que ao me referir à LN utilizo a versão feminina, já que é uma mulher negra quem escreve essas linhas.

Para iniciarmos, Cuti no título do Capítulo 3 de seu livro *Literatura Negro-Brasileira* problematiza “Negro ou Afro não tanto faz” (2010, p.31). Percebemos aí as tensões, muitas vezes polêmicas, por trás do termo “negro”, que para essa vertente literária se apresenta com teor político e parte da tentativa de ressignificá-lo, quando da feitura de quem se compromete com esta. Nesse sentido, de forma isolada ou não, escritores/as como Luis Gama (1830-1882), Maria Firmina dos Reis (1822-1917), Cruz e Sousa (1861-1898), Auta de Souza (1876-1901), Machado de Assis (1839-1908) e, mais recentemente, Lima Barreto (1881-1922), Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Solano Trindade (1908-1974), Abdias do Nascimento (1914-2011), Joel Rufino dos Santos (1941-2015), Conceição Evaristo (1946-), Geni Guimarães (1947-), Luiz Silva (1951-), Esmeralda Ribeiro (1958-), Júlio Braz (1959-) e tantos outros e outras vão forjar e fomentar as bases da Literatura Negra no país.

Além desses, vale mencionar a influência de movimentos literários com forte cunho político e de ativistas, intelectuais e acadêmicos, dentro e fora do Brasil. A exemplo de movimentos, temos o reflexo do *Renascimento Negro* norte-americano, e suas diversas vertentes – *Black Renaissance*, o *New Negro* e o *Harlem Renaissance* – do início do século XX, liderado por Countee Cullen, Claude McKay e W.E.B. Du Bois; e o movimento *Negritude*, iniciado em Paris, nos anos de 1930, orquestrado por Leopold Sedar Senghor, Aimé Césaire e outros. Ambas as propulsões tinham como premissas estreitar laços com a África, fortalecer a consciência do ser negro, instigar tendências literárias, romper com a literatura da época e, conseqüentemente, denunciar as opressões acometidas à população negra (FONSECA, 2011).

Cabe dizer ainda, que o posicionamento de Patric Lumbumba, Black Panther, Luther King, Malcom X, Angela Davis e as notícias que chegavam a respeito das guerras de independência no continente Africano, já nas décadas de 1960/1970, vão ressoar e impactar a política, a educação e o movimento literário organizado por negros e negras no Brasil. Já por dentro do país merecem destaque a relevância e formação de grupos e ações que vão estremecer e alavancar esse engajamento entre as/os negras/os que aqui vivem, como: Frente Negra Brasileira (1937), o Teatro Experimental do Negro (1944), a Associação de Negros Brasileiros (1945) e o Teatro Popular Brasileiro (1950); e, a partir da década de 1970, especificamente 1978, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), a iniciativa de grupos e coletivos espalhados no Brasil, como exemplo, o Palmares (1971), em Porto Alegre, os Cadernos Negros (CNs) (1978), em São Paulo, o Negrícia – Poesia e Arte de Crioulo (1982), no Rio de Janeiro, o GENS – Grupo de Escritores Negros (1985) de Salvador etc (PROENÇA, 2004).

O caráter individual esgarçado acaba inundando a coletividade engajando muitos no proposto da LN, inclusive multiplicando-se antologias, coletâneas e eventos que se apropriam da terminologia “negra/o”, e não apenas isso, reconhecem a necessidade de notabilizar a escrita dessa população. Dentre alguns, citamos: *Axé: Antologia contemporânea da poesia negra brasileira* (1982), organizada pelo poeta Paulo Colina; *A razão da chama – Antologia de poetas negros brasileiros* (1987), organizada por Oswaldo de Camargo; *Poesia negra brasileira* (1992), organizada por Zilá Bernd; *O negro em versos* (2005), organizada por Luiz Carlos dos Santos, Maria Galas e Ulisses Tavares; e os próprios Cadernos Negros (1978), mencionados anteriormente (PROENÇA, 2004).

Somando-se a esse intento ainda temos o 1º Encontro Nacional de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros, em São Paulo, em 1985, ocasião em que Esmeralda Ribeiro e Roseli Nascimento levaram apontamentos da escritura feminina e negra; e o 2º Encontro, em Petrópolis, em 1986, em que, apesar das controvérsias, tais questões entraram na pauta oficial do encontro (ALVES, 2010). Inclusive, neste evento houve a tentativa, por parte de um escritor, de que apenas uma mulher falasse, sendo uma forma clara de restringir as manifestações das diversas mulheres presentes. Está claro quão significativa é a literatura para homens e mulheres negras, já que esta será e é “considerada uma contra-narrativa da nação porque abala a ideologia do nacionalismo e tem um olhar crítico sobre o Estado e a identidade nacional; e, ainda, por reescrever a seu modo a História” (ARRUDA, 2007, p.13).

Nesse ínterim, surge uma das principais articulações, antes individual, mas que agora

junta-se na intenção de reunir e encorajar a escrita, a fala e a verbalização das agruras dessa população. O que se busca é a pluralidade e, ainda, dar vazão as vozes silenciadas, na tentativa de romper o todo envolto no ilusório da história única (machismo/racismo/sexismo). Estamos falando dos Cadernos Negros. Essa iniciativa organizada por Luiz Silva (Cuti), Hugo Ferreira e Jamu Minka, na década de 1970, em meio à ditadura, é “seguramente o mais longo e produtivo coletivo de escritores brasileiros” (DUARTE, 2013, p. 151). A partir de 1982, os Cadernos passam a ser geridos pelo grupo Quilombhoje, alternando as publicações em contos e poesias, chegando à edição de número 42 e 43, respectivamente em 2020 e 2021 (LIMA, 2009).

A respeito da importância dos Cadernos, Conceição Evaristo em entrevista para Bárbara Machado ressalta a relevância desta iniciativa para sua experiência como escritora e para a literatura “eu digo que ele é um ritual de passagem para muitos de nós. [...] O dia que os críticos de literatura brasileira estiverem mais atentos pra escrever a história da literatura brasileira, [...] vão incorporar a história do grupo [...]” (MACHADO, 2014, p.76). Ainda que para a literatura hegemônica os CNs não sejam vistos como um movimento relevante, muitos estudiosos comprometidos, como a própria Evaristo e também Cuti, Zila Bernd e Kiusam de Oliveira compreendem nestes a possibilidade efetiva de retrospectiva e reescrita do passado para o campo da Literatura, e em particular da Literatura Negra-Brasileira. A partir de um impulso do passado no presente, os Cadernos Negros vão forjar novas e outras bases de discussão e criação literária que trazem para o centro escritores e escritoras negras, invertendo os lugares antes estereotipados e de exclusão.

Nesse sentido, Cuti alerta que os que se propõe a escrever desse ponto de emanção discursiva se comprometem à “gigantesca tarefa da reconstrução de um ‘eu’ coletivo que teve a sua humanidade estilçada pela escravização e pelo racismo. Por isso, dizer-se negro e posicionar-se como tal no âmbito do texto é importante no contexto da literatura brasileira” (SILVA, 2010, p.70). Esse autor ainda menciona que o empenho da Literatura Negra-Brasileira visa buscar recursos formais próprios e a mudança no padrão estético-ideológico (SILVA, 2010).

Mais do que isso, essa vertente questiona o laço com a Literatura Africana, visto que ao tentarem pará-la não se enfrenta o que ocorre na sociedade brasileira, em termos sociais, raciais, políticos. Além, é claro, de evidenciar um olhar raso e racista ao não se perceber as singularidades entre às duas bases literárias. Cabe reforçar que a LN “nasce na e da população negra que se formou fora da África, e de sua experiência no Brasil. A singularidade é negra e,

ao mesmo tempo, brasileira [...]” (SILVA, 2010, p.44).

Além disso, como Cuti nos instigou nas linhas iniciais deste capítulo, temos ciência do que está por trás dos termos “negro” e “afro-brasileiro”. De saída, do negro que escreve até ao que é descrito houve, e ainda há, um esforço para reverter o que dizem os dicionários, e não apenas neste espaço, sobre o “negro”, que dentre as significações, consta “*Fig.* Triste, melancólico, funesto[...]. *Ant.* Escravo” (LAROUSSE, 2005, p.552). Significado este que habita o imaginário social e a neurose brasileira (GONZALEZ, 2018).

O passo empreendido pela LN visa ressignificar não apenas tal termo, mas destituir seu caráter negativo, gerando conhecimento do que é ser negro na sociedade brasileira, da identidade e do pertencimento étnico-racial. Para além disso, confronta a identidade nacional e o mito da democracia racial, que perpassam o âmbito simbólico e discursivo. Essa postura é evidenciada no prefácio dos Cadernos Negros 1, publicado em 25 de novembro de 1978, a seguir na íntegra:

A África está se libertando! Já dizia Bésiva, um dos nossos velhos poetas. E nós brasileiros de origem africana, como estamos?

Estamos no limiar de um novo tempo. Tempo de África vida nova, mais justa e mais livre e, inspirados por ela, renascemos arrancando as máscaras brancas, pondo fim a imitação. Descobrimos a lavagem cerebral que nos poluía e estamos assumindo nossa negrura bela e forte. Estamos limpando nosso espírito das ideias que nos enfraquecem e que só querem nos dominar e explorar.

Cadernos Negros marca passos decisivos para nossa valorização e resulta de nossa vigilância contra as ideias que nos confundem, nos enfraquecem e nos sufocam. As diferenças de estilo, concepções de literatura, forma, nada disso pode mais ser muito erguido entre aqueles que encontram na poesia um meio de expressão negra. Aqui se trata de legítima defesa dos valores do povo negro. A poesia como verdade, testemunha do nosso tempo.

Neste 1978, 90 anos pós-abolição - esse conto do vigário que nos pregaram -, brotaram em nossa comunidade novas iniciativas de conscientização, e Cadernos Negros surge como mais um sinal desse tempo de África-consciência e ação para uma vida melhor, e nesse sentido, fazemos da negritude, aqui posta em poesia, parte da luta contra a exploração social em todos os níveis, na qual somos atingidos.

Cadernos Negros é a viva imagem da África em nosso continente, é a diáspora negra dizendo que sobreviveu e sobreviverá, superando as cicatrizes que assolaram sua dramática trajetória, trazendo em suas mãos o livro.

Essa coletânea reúne oito poetas, e a maioria deles da geração que durante os anos 60 descobriu suas raízes negríssimas. O trabalho para a consciência negra vem de muitos antes. Por isso, Cadernos Negros 1 reúne também irmãos que estão na luta há muito tempo. Hoje nos juntamos como companheiros nesse trabalho de levar adiante as sementes da consciência para a verdadeira democracia racial. (CADERNOS NEGROS 1, 1978, p.2-3).

Esse prefácio, com teor de manifesto, foi escrito por Henrique Cunha, Angela Lopes Galvão, Eduardo de Oliveira, Célia Pereira, Hugo Ferreira, Jamu Minka, Luiz Silva (Cuti) e Oswaldo de Camargo. O que nos salta aos olhos é o compromisso de/para um devir negro,

cravado, não apenas nesse prefácio, mas para quem se propõe a rasurar a literatura brasileira. Nesse sentido, enxergamos na Literatura Negra o afincado por romper o imaginário sobre quem produz e sobre o que se produz desse ponto de imanência, evidenciando que não é mais possível negar essa escritura e a existência de seus autores e autoras.

Quando falamos em devir, e principalmente do negro, colocamos em diálogo Deleuze e Achille Mbembe, que mais recentemente esgarça essa premissa. Desse modo, para o primeiro autor “Devir é nunca imitar, nem fazer como, nem se conformar a um modelo, seja de justiça ou de verdade. Não há um termo do qual se parta, nem um ao qual se chegue ou ao qual se deva chegar.” (DELEUZE apud ZOURABICHVILI, 2004, p. 24). Pondera-se aí que devir é a fuga do padrão, mas, é bom salientar que Deleuze inicia essa discussão a partir da literatura, feita por homens brancos, heterossexuais, cristãos, tidos como universal e hegemônico.

Assim, ao olhar para a LN percebemos que “[...] a ideia de “devir” está ligada à possibilidade ou não de um processo se singularizar. Singularidades femininas, poéticas, homossexuais ou negras podem entrar em ruptura com as estratificações dominantes [...]”. (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p.86). E, essa ruptura decorre de um movimento processual, para se criar e gestar algo novo, de trânsito, do porvir algo, principalmente, para fugir do padrão. Constituindo vários e singulares devires.

De tal modo, quando pensamos em devir negro nos apoiamos no que Achille Mbembe discute no livro *Crítica da Razão Negra* (2014). De acordo com o autor, a palavra “negro” advém do capitalismo, que impregna nesta a exclusão, embrutecimento e degradação, para não dissociar o invólucro da categoria de escravo. Desse modo, reduz o corpo desse indivíduo, conectando-se à raça, a um tom de pele, cabelo, objeto, mercadoria, coisificando o todo nessa representação, tida como algo físico, genético ou antropológico, que acaba se estendendo ao Continente Africano.

Mas é aí que Mbembe nos faz refletir sobre o devir negro, numa tentativa de reverter o espectro negativo universal que o capitalismo introjetou sobre o termo negro, o indivíduo e a própria identidade negra, que foi algo imposto. Nesse sentido, o autor pondera:

Humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital. Mas – e esta é a sua manifesta dualidade -, numa reviravolta espectacular, tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no acto de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo. (MBEMBE, 2014, p. 19).

Ora, se ao mesmo tempo o negro e tudo o que ele carrega é tido como ruim, pejorativo e objeto, o que será o desejo consciente de vida, senão o próprio devir? O que será a reviravolta espetacular, senão as formas que os negros têm encontrado para resistir e (re) existir engajados em atos de criação? E aqui saliento que o confronto empreendido é por romper não apenas o que o hegemônico dita como “literatura brasileira” e/ou LN, mas também como e quem pode fazê-la.

Assim, o autor afirma “há uma singularidade em devir que se alimenta simultaneamente de diferenças entre os Negros, tanto do ponto de vista étnico, geográfico, como linguístico, e de tradições herdeiras do encontro com Todo o Mundo.” (MBEMBE, 2014, p. 167). Voltando para a LN, quando os autores e autoras enxergam no campo literário o quebrar das máscaras, com vista a limpar o “nosso espírito das ideias que nos enfraquecem e que só querem nos dominar e explorar”, conforme aponta o prefácio dos CNs, pondo fim a imitação, evidencia-se aí o abrir para outras singularidades e subjetividades negras, logo, em vários devires negros.

Não é à toa, que quando Mbembe discorre sobre a dualidade do negro e do desejo consciente de vida, na citação supracitada, busca Aimé Césaire, Glissant e Patrick Chamoiseau para desdobrar a questão, como mostra em nota de rodapé. Ou seja, sinaliza que é a hora e o momento de se imaginar um outro mundo, que combata o capitalismo e as reminiscências do colonialismo. Mais do que isso, nos parece que ele reconhece na poesia e nas formas poéticas essa pulsão da vida, de reviravolta, através da linguagem e das artes.

Cabe mencionar que Césaire é um dos que impulsionou o movimento de Negritude⁷ e Glissant, como citado em capítulo anterior, instiga a imaginar possibilidades através das artes, e principalmente da apropriação da linguagem, expandindo o que ele chama de criouliização. E, entendemos que a negritude, enquanto conceito, torna possível a materialização dos devires negros na Literatura Negra, já que é por via desta que os/as autores/as reivindicam, retratam a vida e criam formas singulares de poética-narrativa.

A partir disso, a reconciliação, a reforma e a realização desses devires negros, proposta por Mbembe decorre de um choque e de um processo inevitável no globo, muitas vezes silenciosa e rasteira. Nesse ponto, lembramos do embate que Lélia Gonzalez menciona a

7 Dialogamos e concordamos com as duas categorias que Zila Bernd delimita a respeito do conceito de negritude: “(1) em um sentido lato, negritude – com n minúsculo (substantivo comum) – é utilizada para referir a tomada de consciência de uma situação de dominação e de discriminação, e a conseqüente reação pela busca de uma identidade negra [...]; (2) em um sentido restrito, Negritude – com n maiúsculo (substantivo próprio) – refere-se a um momento pontual na trajetória da construção de uma identidade negra, dando-se a conhecer ao mundo como um movimento que pretendia reverter o sentido da palavra negro, dando-lhe um sentido positivo” (BERND, 1988b,p.20).

respeito da cultura nacional brasileira, quando ressalta a importância das africanas na diáspora e afro-brasileiras neste confronto no Brasil. Assim, tudo que se refere a cultura nacional brasileira tem a/o negra/o no início, no meio ou no fim, conforme Lélia indica:

[...] as africanas [...] com sua força moral, tudo fizeram para sustentar seus companheiros e tratar da sobrevivência dos filhos, educando-os nas mais precárias condições de existência. Com isso, mantiveram viva a chama dos valores culturais afro-brasileiros, que transmitiam a seus descendentes. E nisso também influenciaram mulheres e homens brancos, a quem aleitaram e educaram. Graças a elas, apesar de todo o racismo vigente, os brasileiros falam português [português africanizado] e só conseguem afirmar como nacional justamente aquilo que o negro produziu em termo de cultura: o samba, a feijoada, a descontração, a ginga ou jogo de cintura, etc. [...]. (GONZALEZ, 2018, p.111)

Somando-se a isso, Lélia traz para o centro da discussão as formas de resistências e valores ancestrais, do que foi dito de boca para ouvido, da cabeça para o pé, do ouvir e repassar, da reversão do que vem a ser nacional, quando olhamos para o Brasil. É isso! Da mesma forma que o colonialismo, o racismo e o capitalismo se retroalimentam, o devir negro também (recriando formas outras de agir/viver/experienciar), e vai operando pelas brechas e fissuras escancaradas, cada vez mais por esses sujeitos, no ir e vir do tempo-história e através de diversos saberes.

Mas ter essa consciência, do que a linguagem pode fazer, é um trabalho árduo, como bem explicitado no prefácio dos CNs e também apontado por Frantz Fanon no Capítulo “O Negro e a Linguagem” em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008). O autor menciona a necessidade de “tomar posição diante da linguagem” (FANON, 2008, p.34), para não ser absorvido pela cultura da metrópole e nem se afastar, cada vez mais, dos patuás, da sua selva e do seu falar crioulo.

Essa desalienação requer olhos e ouvidos atentos, o arrancar das máscaras brancas e de flandres, para que não acabemos por condenar a arte e expressão negras, e de outros termos que viriam a se tornar tabus linguísticos. Nesse processo pela liberdade, se exige a “[...] retomada de si e de despojamento, é pela tensão permanente de sua liberdade que os homens [e mulheres] podem criar as condições de existência ideais em um mundo humano” (FANON, 2008, p.191). Para essa efetivação, como explicitado na última prece de Fanon “Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem [e mulher] que questiona!” (FANON, 2008, p.191), e me incluo nesta prece, devemos nos questionar para não cairmos nas armadilhas do que está por trás do dito inferior e superior, dos mitos e da miscigenação.

A partir dessas inquietações e devir que se edifica na LN, do expurgar a voz embargada e engasgada na garganta, do friccionar as instituições hegemônicas. Nesse sentido, muitos dos

nossos saberes/literatura/história não adentram tais espaços, com a desculpa de que apenas negros podem falar sobre e/ou de que não há material. Mas, Audre Lorde nos chama para (re)pensar essa visão rasa, racista e equivocada:

Que não nos escondamos por detrás das farsas de separação que nos foram impostas e que frequentemente aceitamos como se fossem invenção nossa. Por exemplo: “Provavelmente eu não posso ensinar literatura feita por mulheres negras - a experiência delas é diferente demais da minha”. E, no entanto, quantos anos vocês passaram ensinando Platão, Shakespeare e Proust? (LORDE, 2019, p.53).

A questão apontada por Lorde nos faz pensar em algumas tensões, como a negação em falar de temas negros na sala de aula e na literatura a insistência de escritores brancos em apresentar seu ponto de vista racista e limitado sob/sobre negros e negras, ainda que isso venha diminuindo na atualidade. Nesse sentido, chamo a atenção para a verossimilhança, que é outro fator importante da Literatura Negra, visto que “os sentimentos mais profundos vividos pelos indivíduos negros são o aporte para a verossimilhança da literatura negro-brasileira” (SILVA, 2010, p.88). Por conta disso, Cuti vai dizer que a subjetividade do negro é pessoal, mas como vivemos numa sociedade multirracial muitos sentimentos e situações são partilhadas com outras pessoas, neste caso o autor traz o exemplo da discriminação racial, que em diferentes graus negros e brancos partilham.

Desse modo, quando os escritores brancos não proporcionam ao leitor a possibilidade de reflexão e de quebra de paradigmas, perdem a “oportunidade por se negar estar não na pele, mas no coração de um negro e, a partir daí, realizar seu texto. É que os preconceitos também têm sua profundidade e participam da moldagem da personalidade e até do estilo” (SILVA, 2010, p. 88). Isso acaba por evidenciar histórias com personagens negros destituídas de humanidade e ilustrações caricatas, já que tais escritores/as acabam por se negar “a abandonar sua brancura no ato da criação literária, por motivos de convicções ideológicas racistas, mas também porque, assim, acabam não tendo acesso à subjetividade negra” (SILVA, 2010, p.88).

Assim, a Literatura Negra visa romper essa invisibilidade e produção de silêncio, para expor nossas engenhosidades e escritas pujantes, para não nos escondermos mais e por barrarmos qualquer simbologia ligada à inferioridade. Nesse sentido, a LN vai reescrevendo a história e preenchendo lacunas deixadas pelo tempo, quando: reaviva os escritos de Luís Gama, reaparece a obra de Maria Firmina dos Reis⁸, se discute a relevância de Machado de Assis para a causa abolicionista, e de outros gestos que instigam negros e negras a escrever,

8 “De maneira um tanto peculiar, os escritos de Maria Firmina vêm à tona outra vez. O romance *Úrsula*, em sua versão original, foi “descoberto”, em 1962, em um sebo na cidade do Rio de Janeiro, pelo historiador e bibliófilo paraibano Horário de Almeida” (MUZART, 1999 apud ZIN, 2016, p.27).

ou melhor, a escrever.

Além disso, as/os autoras/es da Literatura Negra-Brasileira assumem uma identidade negra e um compromisso cultural, que ainda se quer “[...] ideológico e só tem sentido enquanto marca posição política e racial tomada conscientemente” (LOBO, 1993, p. 212). Essa postura tem sido cada vez mais evidente na prosa e na poesia, principalmente, quando circunscrevem um eu enunciador negro, invertendo a lógica do ser tema e objeto, para contar a sua própria história e reclamar para si o lugar de sujeito. Não é apenas a cor da pele que vai determinar essa enunciação ideológica na LN, como aponta Márcio Barbosa a “existência da literatura negra é posterior à existência de uma consciência negra” (BARBOSA, 1985, p.51).

Constata-se isso nos escritos de Luís Gama, no poema Bodarrada, em Lima Barreto, no romance *Clara dos Anjos* e nos relatos em *Recordações de Isaías Caminha*, em que tamanha consciência toma esses autores, fazendo-os questionar as vicissitudes do ser negro no Brasil, cada qual em sua época, e a própria identidade. Outro que também segue esse posicionamento é Lino Guedes, que traz textos irônicos, contestadores e alinhados a causa negra, como no poema “Novo Rumo” do livro *Negro preto cor da noite* (1936), a seguir:

Nunca te esqueças do açoite
 que cruciou tua raça.
 Em nome dela somente
 faze com que nossa gente
 um dia gente se faça!
 Negro preto, negro preto
 sê tu um homem direito
 como um cordel posto a prumo!
 É só do teu proceder
 que por certo há de nascer
 a estrela do novo rumo (GUEDES, 1936, p.17-18).

Outro texto que contesta e rompe com signos consolidados na sociedade, ainda mais quando se refere a mulher negra, e que ao mesmo evidencia a identidade negra, algo tão caro para essa literatura, está no poema “Amor Libertador”, de Cristiane Sobral,

Meu anjo negro protetor.
 Aqui fala sua pretinha.
 Quero que todos ouçam. Eu morri!
 Quando eu encontrei você
 Meu espelho estava distorcido. Lembra?

Minhas madeixas eram alisadas e a minha alma branca.
 [...]

 Tua coragem agora também é minha.
 Eu, tua sacerdotisa negra. Livre! (SOBRAL, 2014, p.70).

Essas produções nos ajudam a compreender que a LN, além de demarcar a poética negro-brasileira, traz o discurso de um lugar diferenciado, ressaltando subjetividades outras que não apenas a individual, mas também coletiva (SILVA, 2010). Ao assumirem a causa negra e uma escrita a partir de si, marcado pela primeira pessoa, corroboram para “um de seus marcadores estilísticos mais expressivos” (BERND, 1988a, p.22). Fortalecendo uma relação de cumplicidade e solidariedade da voz única, pluralizando-se.

A utilização da primeira pessoa corrobora para o propósito da LN, no sentido de alterar no campo discursivo e textual o recorrente uso da terceira pessoa do discurso daquele “de quem se fala”, do objeto, de algo que está em segundo plano na trama. Rearticulando, rompendo interdições e tornando-se “sujeito da enunciação, ou seja, aquele que fala em primeira pessoa do singular ou do plural (quando o poeta se coloca como porta-voz da comunidade à qual pertence)” (BERND, 2010, p.33).

Essa assunção de um “eu” enunciador negro/a deixa transparecer o ponto de vista de uma subjetividade masculina ou feminina que durante muito tempo não era perceptível ou ocorria de forma espontânea. Não à toa, Conceição Evaristo quando vai falar de seu processo de escrita demarca “quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um ‘corpo-mulher-negra em vivência’ e que por ser esse ‘o meu corpo, e não outro’, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta” (EVARISTO, 2009a, p.18).

Dessa maneira, começam a pulular Escrevivências, reescritas de si e autobiografias marcadamente com uma voz feminina e negra, visto que quando se tangencia essa perspectiva os embates são outros, que envolve o questionar de noções cristalizadas de literatura, das relações de poder, de gênero, das relações étnico-raciais no país e, ainda, da legitimidade dessa voz autoral. Isso pode ser observado no relato de Carolina Maria de Jesus, na *Antologia Pessoal* (1996), quando os editores brancos sempre a questionavam: “Eu disse: o meu sonho é escrever! Responde o branco: ela é louca. O que as negras devem fazer... É ir pro tanque lavar roupa” (JESUS, 1996, p.43).

Como sabemos no percurso literário de Carolina esses embates eram corriqueiros, antes e após a publicação do *Quarto de Despejo – Diário de uma favelada*, seu livro mais famoso. De tal modo, compreendemos que essa postura tem sido determinante nessa escrita, em que as

mulheres acabam pressionando “as práticas de apagamento de assinatura e da palavra literária de escritoras negras” (SANTIAGO, 2012, p.20). Nesse sentido, o empenho é para afirmação de uma voz autoral, de ser escritora, independente das situações que experienciam, do ser mulher, negra, pobre etc., sendo muitas vezes, como na citação de Carolina, subjogadas e apagadas. Partem daí uma reconfiguração dessa voz feminina e negra na LN, apresentando,

[...] narrativas e textos poéticos com marcas de jogos de resistência, de experiências, afetos e desafetos, sonhos, angústias e histórias de mulheres. A literatura de autoria feminina se mostra como possibilidade de, pela linguagem, tensionar a hegemonia e supremacia masculina, visto que, por meio dela, podem-se desenhar existências e práticas sociais diferenciadas de um eu feminino, com atributos e papéis distintos do masculino, mas não inferior e desigual. (SANTIAGO, 2012, p.150)

Ao tomarem posse da palavra, revelam-se temas que expandem os femininos e feminismos, as tradições e culturas negro-brasileiras e/ou africanas, do passado e presente numa ação de dessilenciarem as vozes autorais, assenhorando-se de si. (SANTIAGO, 2012). Dessa maneira, há uma tentativa de modificar a ideia sobre as mulheres negras ligadas à sexualização e objetificação, fazendo a “desconstrução desse locus de confinamento onde ficamos excluídas da noção estética nacional, para chegarem à construção, ou, pelo menos, ao apontar de outro lugar de brasilidade onde o **Brasilafro** feminino possa existir em plenitude” (ALVES, 2010, p.71, grifo da autora).

Assim, a resistência e a transgressão estão postas na escrita feminina e negra, e não é de hoje, já que essa voz contesta e questiona o discurso impregnado sobre seus corpos e mentes, o lugar do não pertencimento estético e étnico-racial na sociedade brasileira, a alienação em torno do mito da democracia racial e da miscigenação. Outro ponto marcante dessa escrita na Literatura Negra tem a memória como enlace, que não apenas reaviva lembranças recentes, mas também de um tempo anterior cravado em todo um povo, de africanos na diáspora e de afro-brasileiros. Fazem parte disso, a relação com outros saberes ligados à oralidade (ritmo, vocabulário), à ancestralidade e religiosidade como heranças africanas, os fazeres e vozes de mulheres que vieram antes (SANTIAGO, 2012; SILVA, 2010). Desnecessário dizer o caráter rebelde da LN quando almeja romper o silêncio, em que cada autor/a valida com mais ressonância ou não.

O pensar e evidenciar a escrita dessa população é transgredir a perspectiva de um imaginário enraizado sob/sobre esses corpos. Há, nesse sentido, um esforço para retratar suas Escrivências, tanto na posição de personagens quanto no reconhecimento de ser escritora/or, ao preencher a lacuna e/ou criar novas fissuras na literatura brasileira. Ademais,

busca-se reverter o que as pesquisas vêm mostrando a respeito da representação e presença do negro, como no intento realizado por Regina Delcastagnè (2005).

No estudo intitulado “A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004”, Delcastagnè constata que dentre três principais editoras do país, no período de 1965 a 1979 – no contato com 80 escritores/as e 130 narrativas –, e de 1990 a 2004 – com 165 escritores/as e 258 romances –, 72,7% são homens e 93,9% são brancos. Imersa na pesquisa, a autora pondera: “embora o romance contemporâneo venha perseguindo reiteradamente, em seu interior, a multiplicidade de pontos de vista, do lado de fora da obra não há o contraponto; quer dizer, não há, no campo literário brasileiro, uma pluralidade de perspectivas sociais” (DALCASTAGNÈ, 2011, p. 312). São esses e outros impulsos que vão solidificar a Literatura Negra, tendo como princípios a resistência, o devir e o confronto para a reescrita da vida de negros e negras no país.

2.1 A Literatura Negra e o público juvenil

Há algum tempo venho me dedicando a refletir sobre a literatura negra e/ou afro-brasileira para o público infantil e juvenil. Acredito que um dos principais motivos para isso tenha sido a ausência, na minha infância e adolescência, de referenciais negros, de personagens e autores, em espaços como a Escola, nas Bibliotecas, na Igreja e em outros locais que eu circulava. Era, e ainda o é, muito angustiante nos vermos em figuras como o escravo, na Tia Nastácia, na mulata sensual, no Cascão, dentre outros. Quando olhava em meu convívio a autoria negra dessa literatura praticamente inexistia. O que só vai ser preenchido anos mais tarde. E isso é algo urgente e necessário a se pensar na atualidade.

Em minhas leituras, identifiquei que outros autores também se dedicavam a compreender e problematizar tais questões, como Regina Delcastagnè (2005), mencionada anteriormente, que percebe a não pluralidade de vozes por dentro e por fora dos romances brasileiros. Além dessa, localizei estudos empreendidos, ao longo das décadas de 1980/1990 e no século XXI, por Fúlvia Rosemberg e colaboradoras (1980; 1985), Regina Pinto (1981), Esmeralda Negrão (1988), Edith Piza (1995), Chirley Bazilli (1999), Andréa Lisboa de Sousa (2001), Maria Anória de Jesus Oliveira (2003), Paulo Vinicius Baptista da Silva (2005); Ana Célia da Silva (2001;2005); Heloisa Pires Lima (2005), Eliane Debus (2007), Débora Cristina de Araújo (2010), Daniela Galdino Nascimento (2019), dentre outras, que constataam a presença escassa ou negativa de negros e negras nessas histórias, tendo a literatura e os livros didáticos como

base de análise.

O que salta aos olhos, após ter contato com essas pesquisas, são as relações desiguais tratadas na literatura infantil e juvenil, visto que este público está em formação e em idade escolar. Além disso, esses discursos expõem uma relação de dominação, através de textos e ilustrações, “que deveria, pedagogicamente falando, educar, passa a ser um rico meio ‘deseducativo’. A preocupação com a pluralidade individual e cultural como meio de enfrentamento da homogeneização, [...] parece custar em aparecer” (ROSEMBERG, 1985, apud ALMEIDA. et al, 2010, p.8).

Outro ponto de destaque, que aparece nas pesquisas de Fúlvia Rosemberg (1985), Heloisa Pires Lima (2005), Nilma Lino Gomes (2002) e outras autoras, tem relação com a visão adultocêntrica, diga-se de passagem realizada por homens brancos, que envolve desde a escrita, passando pela ilustração até os editores (ROSEMBERG,1985). Por trás desse ponto de imanência, uma questão nos preocupa que é o “preconceito veiculado pela literatura se justifica na medida em que tais obras são produzidas para educar a criança branca” (NEGRÃO, 1987, p. 86). Isso indica o espaço privilegiado que é a literatura e a linguagem, preterindo negros e negras, e ao servir de “produção e reprodução simbólica de sentido, torna-se um lócus propício para a enunciação ou para o apagamento das identidades” (EVARISTO, 2007c, p. 7).

Ciente desse cenário, e somando-se as minhas motivações e de uma fala recente de Nilma Lino Gomes⁹ em que ela se questionava: “se eu fosse mãe, o que eu gostaria que meu filho ou filha lesse?”. E ainda me interrogo: qual proposta de literatura negra juvenil me proporia a fazer? Tento nas páginas seguintes responder a tais provocações, ainda que parta de uma visão adulta. Para isso, me apoio nos autores da Literatura Negra, mencionados no decorrer deste capítulo, e também nos estudos de Kiusam de Oliveira (2019; 2020), Ione Jovino (2006) dentre outras/os, pois minha escrita é comprometida com crianças, adolescentes, jovens e adultos negros e negras, e com a superação do racismo e a humanização desses sujeitos.

Nesse sentido, nossa proposta dialoga com o que preconiza a Lei 10.639/2003, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), e que versa sobre a obrigatoriedade nos currículos da Rede de Ensino do país os conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira. Tal texto foi posteriormente ampliado, em decorrência da aprovação da Lei 11.645/2008 que aborda a questão indígena. Mas nosso foco recaí sobre a 10.639 que foi aprovada em 09 de

9 A fala de Nilma Lino Gomes foi realizada durante a live intitulada “A Escrita Literária: Autoras negras na Literatura Infantil” no dia 17 de junho de 2021, no canal do youtube Educa Serra. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=dQAokzhici0>>. Acesso em: 17 jun.2021.

janeiro de 2003, que além de tornar obrigatório tal conteúdo, indica que este deve ser aplicado nas disciplinas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira na Educação Básica e institui o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003). Por meio do Parecer de 2004 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana o Ministério da Educação (MEC) orienta sobre a aplicação, princípios e fundamentos dessa Lei no Ensino Básico.

A respeito das Diretrizes quero chamar atenção para dois pontos que nos ajudam a refletir sobre o tipo de literatura que estamos propondo para o público juvenil. O primeiro menciona a responsabilidade das instituições e dos seus respectivos professores no desenvolvimento dos conteúdos, competências e valores da Educação das Relações Étnico-Raciais e a aplicação de História e Cultura Afro-Brasileira com o “apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações” (BRASIL, 2004, p. 32). A partir do agenciamento desses atores é que será possível criar condições materiais e financeiras, e ainda organizar um aparato bibliográfico e didático sobre a temática, de modo a abastecer escolas, professores e alunos.

O segundo ponto, tem relação com o anterior, toca na garantia do direito de acesso a um espaço salutar e de conteúdos de valorização e resgate para o aluno afrodescendente, como recomenda o inciso § 2º do Artigo 2º que versa sobre o objetivo do Ensino dessa temática, tal como “[...] o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas[...]” (BRASIL, 2004, p. 31). Esses argumentos reforçam a necessidade de se efetivar a reparação das injustiças sociais e raciais que negros e indígenas passaram ao longo da história, e não apenas na esfera educacional.

Cabe dizer que mesmo que a Lei 10.639/2003 regimente o ensino de determinado conteúdo para o âmbito escolar, precisamos atentar que a formação cidadã ocorre não apenas neste espaço, visto que essa legislação apregoa a inserção da cultura negra no seio da sociedade brasileira. Logo, na economia, na política e em outros segmentos e onde quer que seja, a luta por igualdade de direitos e resgate, fortalecimento e valorização da população negra pode ser empreendida. Sabemos que essa legislação legitima uma reivindicação antiga do Movimento Negro e de outros atores sociais, decorrida de batalhas, eventos, manifestações e organizações articuladas no país para sua efetivação. Mas também compreendemos que ela não dá conta da complexidade por trás da importância da inserção da história do negro na

formação do Brasil, como nos alude Kabenguele Munanga,

[...] que não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados (MUNANGA, 2005, p. 17).

Concordamos com Munanga, pois vemos na educação a força motriz para romper estereótipos, formatar novos discursos e sedimentar bases antirracistas para negros e não-negros. Diante disso, e entendendo que os livros infantis e juvenis foram utilizados, por um longo tempo, como ferramenta pedagógica no espaço escolar para manter e propagar padrões, noções e regras de um viés eurocêntrico, na atualidade é preciso criar e imaginar outras premissas que abarquem a diversidade étnico-racial e cultural do país (JOVINO, 2006). De fato, não é mais tolerável como o foi nas décadas de 1920/1930 do século XX a retratação dos personagens negros que por não saberem ler e nem escrever “apenas repetiam o que ouviam, ou seja, não possuíam o conhecimento erudito e eram representados de um modo estereotipado e depreciativo” (JOVINO, 2006, p. 187).

Esse cenário vem se alterando, principalmente a partir da ação dos movimentos sociais na década de 1970, quando o negro passa a ser visto com mais frequência na literatura infantil e juvenil. Diante disso, temas que antes não faziam parte das narrativas de crianças e jovens, por serem consideradas tabus multiplicam-se nestas, e se tenta retratar a realidade brasileira, os aspectos sociais e as questões do preconceito (JOVINO, 2006). Nesse período, o campo da leitura e da literatura para crianças no país recebe muitas atenções e incentivos, um deles foi a criação da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) que fomentou a publicação e circulação de livros (LAJOLO; ZILBERMAN, 1984).

Um número expressivo de livros começou a circular, de autores já consagrados, como Mario Quintana, Clarice Lispector, Vinicius de Moraes e outros que passam a se dedicar a esse público. Mas também surgem novos títulos e autores: Carlos de Marigny, Domingos Pellegrini, Eva Furnari, Sylvia Orthof, Raquel de Queiroz, Eliane Ganen, Elias José, Joel Rufino dos Santos, João Carlos Marinho, Waldir Ayala, Ana Maria Machado, Bartolomeu Campos Queirós, Ruth Rocha, Lygia Bojunga e Marina Colassanti (OLIVEIRA, 2015). Já no entremeio dessa efervescência, nos anos de 1980, a personagem negra aparece afirmando e ressaltando aspectos culturais afro-brasileiros, e há um esforço para romper o discurso inferior, como menciona Ione Jovino,

É possível encontrar obras mostrando personagens negras na sua resistência ao enfrentar os preconceitos, resgatando sua identidade racial, desempenhando papéis e funções sociais diferentes, valorizando as mitologias e as religiões de matriz africana, rompendo, assim, com o modelo de desqualificação presente nas narrativas dos períodos anteriores. (JOVINO, 2006, p. 189)

Ainda fazem parte desse momento de ruptura e resignificação textos mais diversificados, como lendas, contos e adaptações da tradição oral africana, sendo mais comum encontrar a personagem negra em papéis de destaque, menos estereotipados e, também, a valorização de traços da estética negra, principalmente vinculado aos cabelos, pois tem sido um dos principais símbolos de afirmação da identidade dessa população (GOMES, 2002). Desse período, vale mencionar alguns dos nomes que se propõem a essa escrita: Júlio Braz, Geni Guimarães, Heloísa Pires Lima, Rogério Andrade Barbosa etc. Dos anos 2000 para cá, outros escritores se lançam na literatura infantil e juvenil, como: Miriam Alves, Kiusam de Oliveira, Cidinha da Silva e tantas/os outras/os que podem ser consultados na vasta lista do Portal Literafro (<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>).

O que muitos desses autores têm em comum é a busca pela reversão dos signos, textualmente e nas ilustrações, que inferiorizam negros e negras, através de uma literatura comprometida. Para além disso, se esforçam para não resumir a vida dessa população à escravidão, como sinaliza Miriam Alves, em entrevista à Charles Rowell, da *Revista Callalo*, em 1995:

Não preciso estar falando de chibata, escravidão, para escrever literatura negra. A arte é liberdade, libertação. A minha arte é engajada comigo. Eu sou o quê? Eu sou negra, mulher, mãe solteira, empresária, filha, funcionária, militante. (...) Se eu não consigo falar num conto, eu vou falar num poema. Se eu não consigo no poema, eu escrevo uma novela. Se eu não consigo numa novela, eu tento um romance. Se eu não conseguir em nada disso, quem sabe uma história em quadrinhos resolva? São os meus instrumentos. A literatura é o meu instrumento. Se eu conseguir me comunicar enchendo o papel de vírgula, e o leitor entender que eu estou falando do lugar onde o Brasil se instala, da miserabilidade em que a população negra se encontra, se eu conseguir falar com vírgulas, eu vou encher o papel de vírgula. (ROWELL, 1995, p.971).

Dialogando e concordando com Miriam Alves, enxergamos na literatura a possibilidade de imaginar, de sonhar e de experimentar novas e outras sensações, e sentimentos que no processo literário os afro-brasileiros foram apartados. Se a literatura é um direito humano, logo “nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza” (CANDIDO, 1988, p. 186), me proponho, junto de outras/os autoras/es engajadas/os nessa causa, a pelejar na restituição da humanidade da população negra, articulada numa escrita antirracista. Nesse sentido, trago

algumas características da Literatura Negra-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil (LINEBEIJU), que tem sido desenvolvida por Kiusam de Oliveira, que acho relevante para pensar que tipo de literatura juvenil pretendo fazer.

Antes de ter contato com a LINEBEIJU, conheci o trabalho de Kiusam a partir da análise do livro *Omo-Oba Histórias de Princesas* (2009) para o Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Letras, em 2019. Por conta do escopo do trabalho, analisei três contos de tal obra: “Oiá e o búfalo interior”, “Iemanjá e o poder da criação do mundo” e “Ajê Xalungá e o seu brilho intenso”. Nessa ocasião, concluí que além das narrativas destacarem às personagens, a autora tinha como propósito “ressaltar/realçar aspectos que não sejam apenas físicos, fenotípicos, beleza; direcionar uma linguagem positiva e não depreciativa para as personagens; e, por fim, darem poderes inimagináveis às personagens, visto que são meninas” (ADÃO, 2019, p.48). Ainda observei neste livro que as princesas retratadas foram associadas “à força, determinação, empoderamento, e que não dependem de ato heroico” (ADÃO, 2019, p.49), o que corrobora para o empoderamento de meninas e meninos negros.

Percebemos que essas tem sido algumas das características da LINEBEIJU, e que, além disso, tem uma postura antirracista na tentativa de desvincular o estereotipo sob os corpos e o imaginário desses sujeitos. Ademais, Kiusam acrescenta que o texto dessa Literatura possibilita um olhar esperançoso para as crianças e jovens, e que ainda se trata de,

[...] uma categoria literária focada nos públicos infantil e juvenil, que traz em seu bojo um posicionamento político que se opõe, explicitamente, à hegemonia da episteme e/ou da epistemologia eurocentrada, ao colonialismo e à colonialidade. [...] possui conteúdo antirracista e decolonial, estruturado e conscientemente elaborado para fortalecer as identidades de crianças e jovens negros [...] essencialmente feminina, não por ser escrita somente por mulheres, mas por focar essencialmente nas relações entre raça e gênero, compreendendo o ser mulher em sociedades machistas. (OLIVEIRA, 2020, p. 18- 19)

Nesse sentido, a LINEBEIJU enfoca em inserir os valores e saberes negros, mas também “instrumentalizar e fortalecer as crianças negras em termos de repertórios e forças para que combatam o racismo e se empoderem desde pequenas” (OLIVEIRA, 2020, p.11). O labor dessa vertente, ainda tem como dimensão, o acompanhamento de perto do trabalho dos ilustradores das editoras, para que se evite, ainda na atualidade, caricaturas estereotipadas das personagens negras.

Kiusam nos chama a atenção que essa Literatura não se materializa apenas na construção narrativa e literária, mas também em ações e atitudes antirracistas que abarcam desde a formação de profissionais da educação até os tomadores de decisão no ambiente escolar. Para

a constituição dessa Literatura, a autora a compõe a partir de cinco premissas: Ancestralidade, Afrocentricidade, Encantamento, Mulher Negra e a Pedagogia Eco-Ancestral. Sendo que uma premissa se liga a outra, pois a proposta não está atrelada à ideia universal de conceito e conhecimento, como se fossem colocadas em caixas separadas.

Isso fica evidente quando observamos que a ancestralidade para o povo negro, e principalmente para as mulheres negras, é de suma importância para fortalecer os laços, criar e recriar as conexões com as crianças, adultos e mais velhos, subvertendo uma ordem de ódio, desprezo e/ou crueldade com o que vem e é do povo negro (OLIVEIRA, 2019). Além disso, a veia ancestral pode ser retomada por diversos meios, saberes e plataformas, como a dança, as histórias de vida, performances, itans, letras de músicas, literaturas e tantos outros. E, de acordo com Kiusam se aglutinam à ancestralidade e a Pedagogia Eco-Ancestral, quando se utilizam de tambores, atabaques, pandeiros, berimbau, agogôs e outros instrumentos, estes se coagulam no corpo e no som dentro de uma outra cosmopercepção em que temos “[...] no corpo-templo um território sagrado, consciente de que precisa ser reestruturado como um corpo-templo-resistência que seja capaz de combater o racismo institucional e a necropolítica cotidianos, em uma perspectiva sócio-cosmo-política” (OLIVEIRA, 2019, p.17).

Esses princípios integram a afrocentricidade (ASANTE, 2009), que se liga às outras premissas dessa Literatura, quando viabiliza o contato com signos e símbolos africanos e afro-brasileiros, transbordando-se em elementos artísticos, literários, estéticos e em formas de poética e linguagem, através da oralidade e da escrita, em diferentes graus. Para além, versa sobre uma ruptura na narrativa, ou melhor, uma contranarrativa e discurso do/sob o corpo negro e da experiência da mulher negra, da infância à vida adulta. Um outro ponto que gostaríamos de chamar a atenção é o encantamento, ou como Kiusam menciona em artigos e entrevistas o “reencantamento”, ao tentar ajudar a criança a se reencontrar, trazendo o (re) encanto para o seu corpo. Partindo de suas vivências, inclusive da incidência e perversidade do racismo, Oliveira indica o que seria esse voltar-se para o encanto,

Eu, por exemplo, era uma criança amada dentro da minha casa e na minha família, todos me achavam linda, diziam que eu tinha olhos lindos, nariz lindo, boca linda. Mas cheguei na escola e conheci uma negação para meu ser e minha existência, e passei a não gostar mais de mim, a querer ser diferente para poder ser tratada com maior respeito. Então, neste caso, é um reencantamento. Para aquelas crianças que cresceram em lares onde pais e mães também viveram de forma visceral o racismo desse país, sem ter alguém para orientá-las de que “isso que fizeram com você é racismo, não aceite”, aí o primeiro momento é o encantamento de se entender como negra. Nós vivemos um tempo em que a literatura tem favorecido e proporcionado momentos dignos para que as crianças negras se reconheçam e se valorizem como tal. E isso é incrível. (OLIVEIRA, 2020, s/n)

Esse posicionamento e engajamento vai de encontro com o desvelar dos mitos e das máscaras, como dissemos mais para cima, no prefácio dos CNs, na edificação da LN e no devir negro que entendemos como determinantes para quem se propõe a escrever dentro dessa perspectiva. A propósito é o que nos instiga na produção dessa dissertação e do produto final, já que nossa escrita e olhar volta-se para crianças e jovens negros e negras, para resistirem e existirem diante das perversidades cotidianas.

PARTE 3

Quero narrar o máximo para nós, mas que para alguns tem sido o mínimo no cotidiano...

Capítulo 3 - Existe Literatura Negra no Território Capixaba?

A pergunta-título deste capítulo nos instiga numa aventura, por vezes prazerosa, por vezes cansativa e desafiadora, pensando a autoria negra no campo literário do Espírito Santo. É como uma provocação que no transcorrer do trabalho e na ânsia por comprovar nossas suspeitas, várias outras perguntas foram surgindo, entre elas: não existem negros e negras que escrevem e escreveram Literatura Capixaba? E se existem, quem são eles? Cadê os registros dessas produções?.

Poderia simplesmente responder essas perguntas de forma nua e crua, mas quero convidá-las/os a se aventurarem comigo pelo Estado do Espírito Santo, que está localizado na região Sudeste do país. De saída, observo que há exemplo de outros Estados brasileiros, os primeiros registros literários do Espírito Santo, no período de 1578 a 1800, foram feitos por jesuítas, com destaque para o Padre José de Anchieta, viajantes que por aqui passaram e autoridades de perto e de longe.

A maioria desses registros diz respeito aos aspectos geográficos (como a viagem de D. Pedro II, ocorrida em 1860, em que registra e desenha a Montanha Mestre Álvaro, localizada na cidade de Serra), históricos e religiosos (como os *Poemas Marianos*, datado de 1854, em que Domingos Caldas Barbosa descreve o Convento de Nossa Senhora da Penha, localizado na cidade de Vila Velha). Não à toa, na década de 1960, os críticos capixabas classificaram esse período literário como “Literatura do Convento da Penha” (NEVES, 2019, p.28). Cabe ressaltar, que quem fazia/faz os registros desses momentos literários, em sua grande maioria, eram/são homens brancos, cristãos, aristocratas.

Antes de prosseguirmos, farei um adendo quanto a nomenclatura dos textos produzidos nesse Estado. Fugindo de bairrismo literário ou essencialismos, mas no intuito de ressignificar palavras negras e indígenas, optamos por usar o adjetivo pátrio “capixaba” — sendo o natural do ES ou o mesmo que espírito-santense e para o dicionário tupi-guarani é “roça, roçado, terra limpa para plantação” (DICIONÁRIO TUPI-GUARANI, 2021) —, quando falarmos da literatura produzida por quem nasceu ou não aqui. Além disso, concordamos com Arnon Tragino que, apesar do conflito,

[...] qualquer termo que se use ou que se descarte (literatura do Espírito Santo, literatura no Espírito Santo ou literatura capixaba) não desqualifica ou essencializa a territorialidade do ES, ou, ainda, não abala a identidade do estado, seja ela política ou cultural, porque já não é possível, em nossa época, dar limites e contornos claros do que seja o tal “território” (a literatura não depende mais de fronteiras histórico-geográficas). Além disso, a leitura desses livros se torna mais indiscriminada se considerarmos novamente que o leitor contemporâneo parece não se pautar por esse tipo de critério “localista” para selecionar e mesmo avaliar as obras que lê. (TRAGINO,2015, p.72).

Desse modo, entendemos que nossa escolha tanto dialoga com a cultura, principalmente advinda de negros e indígenas, quando nos referimos a elementos culturais capixabas, como, por exemplo, a moqueca capixaba, o congo capixaba, dentre outros. Quanto localizamos essa literatura brasileira inserida nas produções latino-americanas e de seus autores, entendendo que estes recusam “o espontâneo e [ocorre] a aceitação da escritura como ‘dever lúcido e consciente’” (SANTIAGO, 2000, p.20). Assim, o fazer literário é um ato político, ainda mais no ES. Ademais, não assustem se essa aventura pela autoria negra capixaba se alongar. E isso se deve pelo ineditismo acadêmico que no processo de pesquisa, quase uma escavação, por arquivos públicos, bibliotecas, livros, dissertações, teses e outras fontes observei pouco ou nada referente a esta temática, e essa produção é uma tentativa de reunir, minimamente, registros de vozes antes silenciadas que estão espalhadas por aí no ES.

Cabe mencionar que há uma vasta bibliografia da história da literatura do Espírito Santo, com a primeira publicação em 1912. Mas, para nosso propósito, por falarem sobre a autoria negra de forma superficial ou não, nos debruçamos e olhamos criticamente sobre, e não só, as obras *A literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica* (1996), de Francisco Aurélio Ribeiro; e o *Mapa da literatura brasileira feita no Espírito Santo* (2019), de Reinaldo Santos Neves. Na primeira publicação, percebo que o autor ressalta a inexistência de nossa perspectiva literária, quando afirma que “O século XIX não registrou nenhum escritor da raça negra no Espírito Santo, **que se destacasse na história literária**, e sua memória só pode ser melhor recuperada pelo imaginário dos historiadores e literatos deste século” (RIBEIRO,1996, p.77, *grifo nosso*), no caso, o século XX e XXI.

Esses últimos que Francisco Ribeiro menciona, ainda que não sejam o foco deste trabalho, foram/são abolicionistas e engajados nas Letras e Literatura do ES, dentre eles cabe citar: Afonso Claudio de Freitas Rosa (1859-1934), Domingos José Martins (1781-1817), Aquiles Vivacqua (1900-1942), Elmo Elton Santos Zamprogno (1925-1988), Renato Pacheco (1928-2004), Sebastião Maciel de Aguiar (1952-), Reinaldo Santos Neves (1946-) e Luiz Guilherme Santos Neves (1933-), dentre outros. Entre as obras destes, estão o primeiro

registro de Afonso Claudio sobre a Insurreição de Queimado, ocorrida na Serra, críticas sociais, uma escrita estereotipada em que o negro e o indígena são temas, registros histórico-geográficos e literários da cultura e folclore capixaba.

Adiantando o passo para retomar nossa prosa, confrontando a citação de Ribeiro supracitada, vamos encontrar no Romantismo, ainda no século XIX, os poemas, contos, romances, novelas, artigos e almanaques de Amâncio Pinto Pereira¹⁰ (1862-1912). Esse escritor ainda vai se consagrar no teatro capixaba, com dramas e comédias, inclusive inaugurando essa área no Estado e sendo o “primeiro dramaturgo brasileiro a escrever peças destinadas especificamente ao público infantil (*Ano Novo*, escrita e encenada em 1915; e *Vitória de relance*, escrita e encenada em 1916)” (GAMA FILHO, 1990, p. 558). Filho de Maria Tereza dos Remédios e pai desconhecido, Amâncio escreveu sobre o seu tempo, as questões políticas e sociais capixaba, e como isso o afetava, através de diálogos irônicos, linguagem cotidiana e ditos populares. Seus posicionamentos pululavam em seus textos, como no poema dedicado a José do Patrocínio, intitulado “O Escravo”, de 7 de setembro de 1882,

[...] Arrancai de seus pulsos as algemas
 Que lhe impõe o dever do cativoiro.
 Que no belo fulgir de linda estrela
 Lhe acena a sorrir porvir fagueiro
 Que Cristo na sua lei divina
 Não criou essa vil profanação,
 Que ostenta o poder do ouro infame,
 No comércio da infeliz escravidão!
 Tende em vós o laurel de tanta glória.
 Expargi no seu seio a “Liberdade”.
 Arrancai-o do acre cativoiro, Dai-lhe:

“Pátria, Poder”, dai-lhe a “Equidade”. (PEREIRA, 1882 apud RIBEIRO, 2020, p.72-73).

O poeta antecipa, até para sua época, discussões que a mentalidade do Espírito Santo e

10 Amâncio nasceu em 8 de abril de 1862 na cidade de Vitória/ES, falecendo na mesma cidade, em 13 de agosto de 1918. Foi professor primário, fundou os jornais Sete de Setembro e a Gazeta Literária, no qual desenvolveu a função de redator. Foi escritor, historiador, jornalista e dramaturgo. Entre suas publicações estão livros didáticos e peças teatrais, dentre eles: *Noções abreviadas de Geografia e História do Espírito Santo*, em cinco edições, a primeira datada de 1894 e adotada, como as demais, pela Diretoria da Instrução Pública do ES; *Humorismos, contos*, 1897; *Homens e coisas do Espírito Santo*, em dois volumes, o primeiro datado de 1897 e o segundo em edição póstuma; etc. Integrou o Instituto Histórico da Bahia, Sergipe, Paraíba e Espírito Santo. (RIBEIRO, 2020).

do Brasil tentavam fingir não existir. Percebemos também essa postura, por vezes explícita ou não, no conto “Nem todas as verdades se dizem”, em que Amâncio o inicia fazendo alguns alertas, “Tenha paciência o leitor, e ouça-nos com a convicção de que vai ouvir algumas verdades, verdades essas que não são desconhecidas do leitor, [...] Comecemos pela política onde há de tudo. É um verdadeiro bazar de variedades...” (PEREIRA, 1896 apud RIBEIRO, 2020, p.58). Já o Simbolismo capixaba teve o destaque de Narciso Costa Araújo¹¹ (1877-1944) que transitava entre a cidade de Itapemirim, ao sul do ES, e o Estado do Rio de Janeiro. Formado em Direito, optou por criar laços em terras cariocas por um longo tempo. Foi nesse período que se aproximou de Cruz e Sousa, um dos precursores do simbolismo brasileiro e de uma escrita marcada pelo descontentamento com o preconceito racial (SILVA, 2010).

Similar a este, Araújo utiliza-se de rimas, métricas e da linguagem para expressar a melancolia e a solidão, e por vezes, “não realizou obra tendo como único enfoque seu posicionamento negro-brasileiro” (SILVA, 2010, p.70). Ainda assim percebemos que o “Príncipe dos Poetas Capixabas”, título que conquistou no Concurso da Tribuna Ilustrada, após receber 4.423 votos da crítica literária, transpõe para seus textos um olhar entristecido que no subtexto localiza-se tal postura. Isso se evidencia no poema “Encantamento”,

O meu destino é este: – o de ir, sozinho,
 Céptico, inútil, pela treva, à toa,
 À procura da Morte, em meu caminho,
 Para que me liberte, austera e boa.
 Enfara-me do mundo o burburinho,
 Nada nele a viver me acoroçoa...
 Um tédio espesso, plúmbeo, hostil, maninho,
 De negros a vida me povoa...
 Não troques tua luz por minha treva,
 Por minha noite frígida, que desce,
 O teu cálido dia, que se eleva!
 Eu sou, no desamparo, uma ruína,
 E vou cair... Floresce tu, floresce,
 Na gentil perfeição que te ilumina! (ARAÚJO, 1895-1897, s/n).

O “solitário de Itapemirim”, alcunha que recebeu por se refugiar na cidade natal, deixa subentendido um “eu” poético negro-brasileiro, como nos versos “De negros a vida me povoa” e “não troque sua luz por minha treva”. A identificação desse “eu” poético carece de mais investigação. Mesmo assim, notamos que Narciso Araújo sentiu algo muito similar ao

11 Narciso nasceu em Itapemirim, em 6 de agosto de 1877, e faleceu em 16 de abril de 1944. Formou-se em Direito, no Rio de Janeiro, por onde morou um tempo e se aproximou dos Simbolistas. Foi jornalista, advogado e Deputado Estadual, mas renunciou o cargo, pouco tempo depois. Apesar de ter produzido várias poesias e textos, só teve publicada o livro “Poesias”, por conta do concurso “Príncipe dos Poetas Capixabas”, em 1941, em que foi o vencedor (MIRANDA, 2021).

que Lima Barreto e Cruz e Sousa vivenciaram nas repartições públicas, já que não conseguiu ascender no grupo Rosa-Cruz, no Rio de Janeiro, mesmo com a ajuda do amigo Félix Pacheco, e tendo notabilidade e qualidade poética como no soneto “Saudade Estéril”, destacado por Olavo Bilac, Nestor Vitor e outros.

Esses dois escritores apresentados, Amâncio Pereira e Narciso Araújo, constam no *Mapa da literatura brasileira feita no Espírito Santo* (2019), de Reinaldo Santos Neves, longe do olhar imparcial de Ribeiro. Ainda que esse, em seu livro *A literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica* (1996), se proponha a trazer as produções de mulheres, negros, homossexuais, índios e pobres no ES, vemos que segue o retrato da literatura negra no Brasil, em que os textos preliminares foram feitos por autores brancos, povoado de um discurso racista e estereotipado para personagens negros, silenciando a autoria destes e, ainda fazendo uma “construção imagética para consumo e apaziguamento do leitor branco” (SILVA, 2010, p.65).

Apesar disso, dialogo com esses e outros referenciais, atentando que a maioria dos autores negros e negras que trago constam no livro de Neves (2019), mesmo que citados brevemente ou apenas na legenda de uma foto, como é o caso de Carmélia Maria de Souza e Mário Gurgel, respectivamente. Vale dizer, mesmo que esses/as e outros/as autores/as tenham suas profissões, eles vão fazer uma movimentação por dentro dos espaços hegemônicos, como a universidade e instituições privadas e públicas, para se inserirem na Literatura Capixaba demarcando com mais intensidade ou não sua negritude.

Diante disso, nas primeiras décadas do século XX o Espírito Santo vai viver uma agitação na área da Literatura e das Letras, principalmente com a criação de instituições neste setor como, por exemplo: o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), fundado em 1916, a Academia Espírito-santense de Letras, fundada em 1921, e a Revista Vida Capixaba, fundada em 1923, que circulou com poemas, contos, crônicas e ensaios até 1959. Cabe mencionar que apesar desse agito ter ocorrido em meio a Semana de 22 e do Modernismo, isso não vai chacoalhar tanto as produções por aqui.

O Estado ainda vai presenciar a criação da Academia Espírito-santense dos Novos, liderada por Beresford Martins Moreira, e o Grêmio Literário Rui Barbosa, que não duraram muito tempo. Há também a realização de iniciativas como os concursos literários, a exemplo do Príncipe dos Poetas Capixabas, possibilitando o surgimento de vários escritores e escritoras de prosa e poesia de sucesso no período. Já no início da década de 1940, especificamente em 1946, surge a Academia Capixaba dos Novos, com homens

comprometidos com a literatura do ES. Entre seus membros, destacamos o político e cronista Mário Gurgel¹² (1922-1996).

Além de ter sido o primeiro presidente negro da Assembleia Legislativa do ES (ALES), em 1958, e ocupar cargos políticos no Estado, Gurgel foi pioneiro em algumas pautas, dentre elas: a participação e inserção de negros nas universidades e em cargos de chefia, e, também, criou o Movimento Negro no Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido que fundou no ES. Suas crônicas, publicadas principalmente nos jornais A Gazeta e A Tribuna, são permeadas por uma postura combativa as questões raciais e sociais, e pela defesa dos pobres e das crianças periféricas. Os textos recheados de um realismo, primam pelos detalhes e pela denúncia, como em “Do meio da Noite”, publicada no jornal O Diário (1964), em que uma mulher, agonizando de dor em seus últimos dias e horas, suplica para que os filhos não passem fome,

Cumpre, mulher brasileira desamparada, o fado que te foi imposto e a todas as mulheres sem homem, mulheres pobres sem proteção e sem garantias! Vinda do Norte do Estado, minados todos os teus pela xistosomose, arruinados e envilecidos, começa agora o teu calvário efetivo! Talvez teus filhos não morram de fome. Talvez se suicidem, morram de dor de apreciar a tua desdita, enquanto correm maciamente os automóveis pelas estradas, enquanto nos cassinos o jogo persiste na música surda do tic-tac das fichas, enquanto os pares dançam nas boates, os ociosos descansam, os desonestos enriquecem. És o símbolo de uma classe que não tem o direito de chorar, nem de blasfemar, porque isso incomoda os donos do destino de teus filhos. Outras mulheres ficaram lá no meio da lama daquelas valas, no meio daqueles miasmas, esperando a sua hora, observando os filhos que já começam a sentar-se à beira dos leitos sujos e repletos de cobertores velhos e encardidos. Depois elas darão um grito de desespero, alguém chegará e as conduzirá para qualquer lugar, mesmo no meio da noite que já está tardando para todos nós. (GURGEL, 1991, s/n)

Evidencia-se aí que Gurgel foi acumulando lutas, não apenas na literatura, mas também na vida pública e política. Em meio as controvérsias, inclusive por criticar os militares de traição no período ditatorial, teve o mandato de Deputado Federal cassado e os direitos políticos suspensos, em 1969. No período antes e durante a ditadura, o Espírito Santo, como outros Estados, vai viver o *boom* desenvolvimentista, iniciado no governo de Jones dos Santos Neves, em 1951, indo até o governo de Cristiano Dias Lopes Filho, em 1967. É em meio a esse cenário que ocorre a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que

12 Mário nasceu em Porto Velho (RO) no dia 12 de junho de 1922. Veio para o Espírito Santo em busca de emprego na Estrada de Ferro Vitória a Minas, que na época estava em processo de construção. Logo trouxe depois os pais, Flora Campos Gurgel, que era lavadeira, e Luís Gurgel, operário. Morando no bairro Ilha do Príncipe, em Vitória, Mário começou nessa região a vida política. Formou-se em Direito, foi professor, advogado, jornalista, vereador na capital, Prefeito de Vitória, Deputado Estadual e Federal. Sua produção se restringe a crônicas que foram publicadas nos jornais A Gazeta e A Tribuna, ambos de Vitória, e em O Diário. Neste último, estas foram publicadas com o título de Crônicas de Vitória, em 1991. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ES, 2020; ALMEIDA, 2016).

seria o início da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em 1954, e ainda a implantação dos Grandes Projetos – que trouxe para o Estado a Companhia Siderúrgica de Tubarão, a Aracruz Celulose (NEVES, 2019). Em âmbito literário, emergem a Coleção Autores Capixaba, iniciativa de João Calazans; o programa “Contrastes e Confrontos” transmitido pela Rádio Capixaba; e a coletânea *Torta Capixaba*, por iniciativa da Livraria Âncora, em 1962.

Dessa coletânea, chamamos a atenção para Carmélia Maria de Souza¹³ (1936-1979) que escrevia cartas, desabafos, textos confessionais e crônicas nos jornais capixabas com tom irônico e melancólico. Muitas vezes a autora criticava a TFC, como chamava a Tradicional Família Capixaba. Como boa boêmia em seus textos deixava transparecer as agonias, o ódio, o amor, a compaixão e, também, o contexto político e social. Suas crônicas foram reunidas e publicadas no livro *Vento Sul* (1976), obra póstuma, organizada por Amylton de Almeida.

A “cronista do povo”, como preferia ser chamada, trazia uma linguagem afetiva e familiar, e “quase sempre compartilhava suas idéias com outro, talvez numa ânsia muito grande de liderança. A presença constante do “nós” na sua escrita chama-nos para uma forma de cumplicidade” (AZEVEDO FILHO, 1999, p. 103). Isso pode ser observado na crônica “Algumas considerações outonais e chatas”, que no início ela informa ao leitor “vocês não devem ficar perdendo seu tempo comigo”, e mais adiante fala que não dá mais tempo para conversa e as chateações que a afligem:

[...] Sei que não me darão a autoridade de que preciso para mandar esta gente calar a boca e meter a viola no saco. Mas, desde que a constituição nacional parece que ainda permite ao cidadão brasileiro o direito de ir e vir, [...] Pois a verdade, irmão, é que não há mais tempo para o DIÁLOGO. E na presente CONJUNTURA, não vai ser possível CONSCIENTIZAR. Falta a MOTIVAÇÃO e está cada vez maior a fileira dos ALIENADOS. Sem COMUNICAÇÃO, portanto, não há a menor chance de se POLITIZAR um povo - esta é a consequência inevitável e triste de uma PESQUISA que só nos tem levado ao desencanto e ao cansaço. Sejamos, pois líricos e desesperados. E Viva o Simpósio - que pode não ser tudo. Mas se o fazem com amor, o Simpósio ainda é VÁLIDO. (SOUZA, 1967 apud AZEVEDO FILHO, 1999, p.502, grifos da autora).

A partir da década de 1970 e 1980, o Espírito Santo vai ver um aumento de autores/as e iniciativas literárias nos espaços institucionais hegemônicos de Literatura, principalmente ligado à UFES. Dentre elas, podemos citar: a criação da Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA) (1978), vinculada à Universidade, que serviria para fortalecer a imprensa de tal

13 Carmélia Maria de Souza nasceu em Rio Novo do Sul, ao Sul do ES em 1936 e faleceu na Capital, em 1974. Uma exímia cronista e jornalista suas principais publicações foram parar nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, ambos de Vitória. Conhecida como “cronista do povo”, Carmélia em muitos dos seus textos falava do sentimento de fossa e, também, confrontava a sociedade da época, marcando os anos de 1950/1960 (NEVES, 2019).

instituição e a publicação de livros; as Oficinas Literárias, organizadas pela Prof.^a Deny Gomes, a partir de 1981, gerando várias publicações e seminários literários; a organização do Grupo Letra, com ex-alunos das Oficinas Literárias; e a criação da Fundação Cultural do Espírito Santo, em 1968, que a partir dos anos 1980 se transformaria no Departamento Estadual de Cultura(DEC), e na atualidade a Secretaria Estadual de Cultura (SECULT).

Dessa movimentação, emergem nomes como Waldo Motta¹⁴ (1959-), que traz uma poesia marcada por uma versatilidade e um tom escrachado que representa a própria vida. Nas palavras de Ribeiro, o texto Waldiano simboliza a contemporaneidade poética por “[...] retratar um tipo de vida quase ignorado pela poética tradicional. A ironia ao extremo, a auto-ironia, a irreverência, o deboche, o experimentalismo, o culto do corpo, o hedonismo, o consumo de drogas, a marginalidade [...]” (RIBEIRO,1993, p.184-185).

Motta traz uma escrita atravessada por sua condição de homem negro, homossexual e pobre, o que vai inseri-lo como um dos precursores da poesia homoerótica no ES (RIBEIRO,1993), extrapolando muitas vezes as fronteiras do Estado e do Brasil. Apesar disso, o começo de suas produções perpassa iniciativas próprias, consideradas marginais pelos críticos, na venda de seus poemas no semáforo, como foi o caso da obra *Salário da loucura* (1984). Mesmo que tenha sido aluno das Oficinas Literárias, na UFES, e publicado texto na Coleção Letras Capixabas da FCAA. Dentre seus escritos, destacamos a poesia publicada em *Signo na Pele*, editado pelo Centro de Cultura Negra do Vale do Cricaré-ES, em 1981:

No meio da noite morro de inanição de amor
 Vou é tentar uma comunicação corpo a corpo
 E a cidade
 Em si imersa
 Que me ignora
 Por onde a cidade adquire
 Ar mais metropolitano
 O jeito de parálitica
 A denuncia, entretanto.
 A cidade de Vitória
 É um estado limítrofe
 Entre a província e metrópole
 Condição definitiva [...] (MOTTA, 1981, p.15).

Outro autor que também teve trabalho publicado na FCAA e caminhou por espaços

14 Edivaldo Motta, nome de batismo de Waldo Motta, nasceu em 27 de outubro de 1959, em São Mateus, ao Norte do ES. É poeta, escritor e como diz em seu blog “outros babados inclassificáveis”. Fez teatro amador, autodidata, já atuou na cultura capixaba e pesquisa vários temas, dentre eles: numerologia, religiões indígenas etc. Sobre suas publicações, temos: *Pano rasgado* (1979), *Os anjos proscritos e outros poemas* (1980, em parceria), *O signo na pele* (1981), *Obras de arteiro* (1982), *As peripécias do coração* (1982), *De saco cheio* (1983), etc. (NEVES, 2019; MOTTA, 2021).

institucionais é o escritor e professor Adilson Vilaça de Freitas¹⁵ (1956 -). Dominando a prosa em narrativas ora ficcionais, ora reais, Adilson costuma ambientar suas histórias no espaço-tempo do Espírito Santo, retratando a cultura e a sociedade de épocas distintas, como o fez em *Cotaxé* (1997), em que narra a revolta dos camponeses para a fundação da cidade de Ecoporanga, na década de 1950, e, também, retoma essa história em *Cartas Fantomas* (2018). Esse autor ainda teve um de seus livros, *Identidade para os gatos pardos – Contos Afro-brasileiros* (2002), indicado para o vestibular da UFES, em 2010/2011. Vilaça já recebeu alguns prêmios, como o Concurso Literário da FCAA – Prêmio Geraldo Costa Alves, em 1983 –, com a publicação de *A possível fuga de Ana dos Arcos*. Nesse livro de contos, o autor apresenta uma pertença negra demarcada e, também, traz a denúncia de forma diluída, como no trecho do conto “Identidade para os gatos pardos”:

Ponto.Desço. Espero um pouco. Em frente ao Cine Paz. Não deu cigarro. Outro ônibus. A passagem anda mais que a velocidade. Roleta. Freada brusca. O motorista querendo arrumar o carro. Não sei pra quê: tá vazio. Sento. Penso. Eu sou um fodido. A filha do seu Polovsky se engraçou. Eu sou um preto bonito, disse ela. Tenho olhos claros, verdes, e nariz afilado que minha avó materna, branca, botava pregador de roupa para não correr o perigo de esborrachar. Minha mãe é meio branca. Meu pai é preto. Retinto. Nariz de barraca. A filha do seu Polovsky acharia meu pai feio. Ele era bonito. Eu sou bonito. Não sou mulato. Mulato é filho de mula. Eu sou preto. Negro. (VILAÇA, 1983, p.16)

Os escritores Marcos Tavares (1957-) e Ivan de Lima Castilho (1961-) merecem ser mencionados, ainda que não deixem evidentes a pertença étnica-racial na prosa. O primeiro teve seu livro *No escuro, armados* (1987) publicado na Coleção Letras Capixabas/FCAA, inclusive, reconhecido pela crítica literária de fora do Estado. E o segundo, também teve o livro *O deus do trovão* (1988), publicado pela mesma editora. Ainda na década de 1970 e 1980, temos as publicações do jornalista e poeta Anselmo Gonçalves (1929-?). Apesar de seu nome não figurar nas bibliografias e publicações hegemônicas e universitárias, ele recebeu 1º lugar no concurso de poesia realizado pela Universidade do Colorado, nos Estados Unidos, teve poesia publicada na Antologia americana *The International Poetry Yearbook*, e em outros locais do país e do mundo.

Já no final dos anos 1980 e início dos 1990, começa a circular o nome da atriz e escritora

15 Adilson nasceu em Conselheiro Pena, em Minas Gerais, no dia 1 de agosto de 1956. Quando criança sua família migrou para a cidade de Ecoporanga, no Noroeste do Espírito Santo. E, posteriormente, quando adulto, mudou-se para a Capital. É professor, jornalista e escritor. Dentre as publicações, estão: *A possível fuga de Ana dos Arcos* (1984), *Purpurina e outras desfolias* (1992); *Trapos* (1992); *Albergue dos querubins* (1996) ; *A derradeira folia* (1996); *A mulher que falava pássaros* (1996) ; *O lugar das conchas* (1997); *Cotaxé* (1997) etc. (NEVES, 2019).

Elisa Lucinda¹⁶ (1958-) através das publicações *Aviso da lua que menstrua* (1990), *Sócias dos sonhos* (poemas e alguma prosa) (1994), *O semelhante* (1994; 2a. edição, 1998; 3a edição, 2002), entre outros. Elisa traz o amor, a solidão e também escancara em suas poesias a crítica social, racial e sexista, através de narrativas que envolvem pelo realismo, como no trecho de "Ashell, Ashell pra todo mundo, Ashell" abaixo:

Ela viu um anúncio da cônica pra todas as mulheres do mundo...
 Procurou, não se achou ali. Ela era nenhuma. Tinha destino de preto.
 Quis mudar de Brasil: ser modelo em Soweto.
 Queria ser qualidade. Ficou naquele ou eu morro ou eu luto.
 Disseram: Às vezes um negro compromete o produto.
 Ficou só. Ligou a tv.
 Tentou achar algum ponto em comum entre ela e o free:
 Nenhum.
 A não ser que amanhecesse loira, cabelos de seda shampoo
 mas a sua cor continua a mesma! (LUCINDA, 1994, p.167-168)

Com uma escrita feminina e feminista, Elisa, ainda que tenha circulado pelo espaço da Universidade, se consagra como poetisa e atriz fora do Estado, a exemplo de Waldo Motta, Anselmo Gonçalves e Narciso Araújo. Além disso, a autora utiliza do CD para divulgar *O Semelhante* (1994), obra de maior sucesso. Outros autores também vão se utilizar de estratégias variadas para fazerem circular as narrativas e alcançar públicos diferenciados, como foi o caso de Waldo Motta que vendia poesias no semáforo, e Adilson Vilaça que publicou romance-folhetim na internet.

Em paralelo ao crescimento industrial e das cidades ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, principalmente nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória¹⁷ (RMGV), e com o fomento da FCAA e a criação da Faculdade de Letras, forma-se um público leitor e desenvolve-se a literatura capixaba. Os críticos ainda vão dizer ser nesse momento que o ES consegue se apartar do eixo Rio-São Paulo e resolver a questão da publicação e da divulgação da literatura produzida no Estado (RIBEIRO,1996). Mas não é bem isso que percebemos quando olhamos para os autores e produções apresentadas anteriormente. Pelo contrário, nesse confronto da estrutura hegemônica capixaba, e conseqüentemente do cânone,

16 Elisa Lucinda dos Campos Gomes nasceu em Cariacica em 8 de fevereiro de 1958. É poetisa, jornalista, escritora, cantora e atriz. Dentre suas publicações, podemos citar: *Contos de Vista* (2005); *Lili, a rainha das escolhas* (2002); *O menino inesperado* (2002); *A Dona da Festa* (2011); *A Menina Transparente*, dentre outros. Ainda publicou Cds de poesia, a exemplo, do *Euteamo e suas Estréias* – sob o selo da gravadora Rob Digital, etc. Além, é claro, das participações de novelas, filmes e premiações que ganhou por sua atuação em cena. (GELEDÉS, 2010).

17 A Região Metropolitana da Grande Vitória, foi instituída pela Lei Complementar N.º 204, de 22 de junho de 2001, para atender os interesses comuns dessas cidades. Ela é composta por 7 municípios, dentre elas: Guarapari, Viana, Cariacica, Vila Velha, Vitória, Serra e Fundão.

corroboramos com o que Roberto Reis incita em “Canôn”, quando diz “A literatura tem sido uma das grandes instituições de reforço de fronteiras culturais e barreiras sociais [raciais], estabelecendo privilégios e recalques no interior da sociedade” (REIS, 1992, p.72).

Nesse sentido, atinamos que o cânone está sob o poder da classe dominante, sendo uma ferramenta útil de controle, dentro de normas rígidas, fazendo que escritores e escritoras marginalizados busquem alternativas, visto que suas produções não se encaixam na literatura canônica (REIS,1992). Desse modo, muitos desses vão encontrar no Movimento Negro Unificado (MNU) e/ou noutras frentes e grupos o alento artístico, cultural e político para insurgir em suas narrativas. Assim, é no final da década de 1970 que o Movimento Negro se estabelece no Estado, através de núcleos chamados “Centros de Luta”, organizados na Grande Vitória. A partir da articulação dos Centros, que do grupo geral chamado Centro de Lutas Grupo de Ação e Defesa Negra (GRADEN) estruturado nos bairros Morro do Quadro (Centro de Luta Elisário), São Torquato (Centro de Luta de Mulheres Negras e São Torquato), na UFES (Centro de Luta Patrício Lumumba) e na Grande Vitória, no período de 1979 a 1981, se espalham pelo Estado chegando as cidades do interior, como: Colatina, Alegre, Linhares, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim (FORDEa, 2016).

É do ímpeto iniciado por Lucila Beato, William Velozo, José Beato, Miriam Cardoso, Zezinho, Cleber Maciel e outras/os que o Movimento, através dos Centros de Luta, se insere nas escolas, fábricas, favelas, Candomblés, bairros de periferia etc. (MACIEL, 2016; FORDEa, 2016). Uma outra tentativa de articulação de negros e negras no ES foi a criação do Centro de Estudos da Cultura Negra (CECUN), que se formou após o desligamento do Graden do Movimento Negro nacional e do afastamento dos integrantes capixabas deste. Além dessa, surgem várias outras organizações que vão dar continuidade ao ideário do Movimento, além de forjar e fomentar as discussões em torno da cultura, educação, artes, religião, literatura etc. Entre elas destacam-se:

Grupo Gangazumba, criado em 1982; [...]; Grupo Raça, em 1985; Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo, criado em 1987; Associação de Mulheres Negras “Oborin-Dúdú”, criada em 1995; Grupo Afrocultural Abi-Dudu, criado em 1987; Agentes Pastorais Negros (APN), criado em 1988; Grupo NegraÔ, criado em 1991; Grupo de Artes Cênicas Afro-Dandara, criado em 1994; Grupo Nação Zumbi-Ojab (Organização da Juventude Afro-Brasileira), criado em 1994; Instituto Elimu “Prof. Cleber Maciel”, criado em 2004; União de Negros pela Igualdade – ES (Unegro-ES), criado em 2004; Círculo Palmarino, criado em 2005; Fórum Estadual da Juventude Negra, criado em 2007; além de outras organizações em diferentes cidades do Estado, como a Comissão Quilombola do Sapê do Norte e a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Es - pírito Santo “Zacimba Gaba. (FORDEb, 2016a, p. 248-249).

No que tange ao nosso propósito, ressalto o empenho do Cecun que passa a editar e publicar Coletâneas de Poesia reunindo textos de escritoras/es negras/os e pessoas engajadas do Espírito Santo e de várias partes do país. Ao longo da década de 1980, os seguintes estudos e Coletâneas foram publicadas pelo Cecun: Relatório do 1º Seminário de Cultura Negra, 1983; Coletânea de Poesia "Solano Trindade", 1984; O Negro e a Sucessão Presidencial, 1984; Apartheid, um crime contra a Humanidade, 1985; Coletânea dos Cadernos de Poesias, 1985; Coletânea de Poesia "Solano Trindade", 1987; Coletânea de Poesia "Solano Trindade", 1988; Voto negro elege, 1989; Caderno Misto de poesias e contos. (Não foi editado) (RIBEIRO, 1996; FORDEa, 2016).

Ainda que alguns críticos capixabas enxerguem essas Coletâneas como panfletária, atentamos para o fato desta ser uma forma de ampliar a luta contra as ações discriminatórias, já que “não é mais uma luta intelectual isolada como ocorreu no séc.XIX ou nas seis primeiras décadas do séc.XX; é luta de grupo, a qual é diferente, pois é de igual para igual com os diversos grupos étnicos” (LIMA, 2009, p. 43). Essa postura pode ser observada no prefácio da 2ª Coletânea dos Cadernos de Poesias do Cecun,

PREFÁCIO

Para uma Coletânea de Poesia sobre o Passado, Presente e Futuro do Negro.

Sentindo dificuldade em encontrar alguma literatura da problemática negra que viesse nos despertar, para uma tomada de consciência e nos organizarmos, foi que tivemos a iniciativa de continuar incentivando o campo literário e realizamos a 2ª Coletânea de Poesia Popular Solano Trindade.

A nossa 2ª Coletânea foi para que nós negros tenhamos uma visão ampla de nossos problemas.

Queríamos que os poemas abordassem o passado do negro, porque entendemos que só sabendo do seu passado pode um povo caminhar rumo a sua libertação.

Na solicitação do presente, pretendíamos que os poemas expressassem as dificuldades atuais do negro, tais como:

A violência policial que desde a abolição da escravatura, vem atormentando o negro até os nossos dias;

O desemprego e o subemprego que a população afro-brasileira sofre no país, mesmo sendo sua mão de obra a mais barata;

A dominação da cultura Popular que é a forma de banalizar a cultura viva de um povo e a discriminação racial que há séculos vem humilhando, inferiorizando e destruindo o negro nos quatro cantos do planeta.

Por fim queríamos que os poemas orientassem os negros e os povos oprimidos na direção de um novo horizonte. Buscando a descoberta de uma total libertação, para servir melhor ao novo mundo.

AXÉ

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS e COORDENAÇÃO PARA ASSUNTOS POLÍTICOS DO CECUN (CECUN, 1985 apud FORDEa, 2016, p. 178).

A partir da provocação e chamamento, várias escritoras e escritores são estimulados a participar das Coletâneas, como Jucélia da Penha Coutinho, com o poema “Preconceito”,

Emílio Fernandes Rocha com “Holocausto”, Alcimar Nunes com “A cor que dói”, entre outros/as. Vale mencionar que o contato com tal instituição e produções possibilitou e instigou os estudos sobre o negro no ES, caso do Prof^o Cleber Maciel e do Prof^o Gustavo Forde. Além disso, serviu como porta de entrada para tomada de consciência da negritude e para saber da existência de escritores negros, caso relatado por Suely Bispo em sua dissertação “A importância da obra de Solano Trindade no Panorama da Literatura Brasileira: Uma reflexão sobre o processo de seleção e exclusão canônicas” (2012), quando teve contato com o nome de Solano Trindade, através da Coletânea publicada pelo Cecun.

3.1 Brevíssimo panorama da Literatura Negra Capixaba e o público juvenil na atualidade

Muito do que é produzido na cena literária capixaba voltada para o público juvenil invariavelmente está associado ao setor público, seja através da Educação, seja de Editais culturais ou, ainda, de iniciativas independentes por parte dos autores. São essas movimentações por dentro e fora desses espaços hegemônicos, muitas vezes ligados a UFES, que tentarei delinear nas próximas páginas.

A literatura infantil e juvenil do Espírito Santo, no século XIX e XX, seguiu situação similar ao Brasil, quando tais histórias com teor pedagógico e doutrinário estavam associadas à Igreja, principalmente com os esforços ideológicos e catequizadores dos jesuítas. Posteriormente, essa postura doutrinária vai pulular o espaço da escola e/ou ligado a formação de crianças, para a moral e bons costumes. No século passado, especificamente na década de 1970, o Brasil vai viver um *boom* das discussões e publicações para esse público. (OLIVEIRA, 2015). Mas, o Estado só vai experienciar essa efervescência dez anos depois, como nos diz Ribeiro,

A partir de 1983, começamos a organizar, em Vitória, Seminários de Literatura Infantil e Juvenil, que tiveram grande participação de público, atraído pela presença de escritores famosos como Ziraldo, Ana Maria Machado, Ruth Rocha, Sylvia Orthof, Joel Rufino dos Santos, Lucília Junqueira de Almeida Prado, Giselda Laporta Nicolelis, Bartolomeu Campos de Queiroz, Lygia Bojunga Nunes, Mary e Eliardo França, Ruy de Oliveira, dentre tantos outros. As editoras patrocinavam a vinda desses autores, pois eles vendiam muito e seus livros eram adotados nas escolas do Brasil todo. Junto deles, trazíamos também professores e críticos de literatura, como Regina Zilberman, Vânia Maria Resende, Marisa Lajolo, Maria Antonieta Antunes Cunha, Laura Sandroni, Glória Pondé, Lúcia Pimentel Goes, Eliana Yunes, Sônia Salomão Khede, que faziam reflexões necessárias sobre essa produção literária e o momento em que vivíamos. Depois veio o Collor e a crise se instalou. (RIBEIRO, 2010, p.3-4).

Desse impulso muitas outras iniciativas vão se formar ou intensificar com o intuito de

massificar a Literatura Capixaba para o público infantil e juvenil, um exemplo é o suplemento infantil *A Gazetinha*, no Jornal A Gazeta, que circulou de 1978 a 1982 com histórias e ilustrações de autores capixabas. A partir dos anos 1990, com a recuperação econômica advinda do Plano Real e a redemocratização política, houve um maior fomento e investimento direto e indireto em políticas públicas, em particular em leis de incentivo e editais, para garantir a produção de livros no Estado (OLIVEIRA, 2015). Nesse ínterim, surgem novos nomes na literatura e ampliam-se as possibilidades de participação e divulgação para os/as escritores/as.

É desse período que surge o projeto “Viagem pela Literatura” que não só aproxima o escritor do leitor infantil e juvenil, mas também divulga a Literatura Capixaba. Criado em 1994, ele foi idealizado pela bibliotecária da Prefeitura Municipal de Vitória, Elizete Terezinha Caser Rocha e contou com a parceria de Ligia Nagato e Sibeles Moreira Pinheiro, também bibliotecárias (OLIVEIRA, 2015). A iniciativa, que existe até hoje, oportuniza a leitura das obras e histórias capixabas, por meio de contação de história, do encontro com o escritor, da biblioteca itinerante e de outras atividades nos parques da Capital e também na Biblioteca Municipal Adelphi Monjardim, vinculada à Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória.

Além desse, foi criada em 1991 a primeira lei de incentivo fiscal do Espírito Santo, a Lei Rubem Braga, gerenciada pela Prefeitura Municipal de Vitória. Tal normativa tem o intuito de estimular a cultura local em projetos nas áreas de artes plásticas e gráficas, audiovisual, história, folclore, literatura, música, patrimônio histórico, teatro, dentre outros. A respeito do campo literário, essa Lei aprovou, no período de 2010 a 2014, 113 projetos vinculados à produção de livro, conforme o levantamento de Ivana Esteves Passos de Oliveira (2015) para a tese de doutorado em Letras intitulado “A Literatura infantil no Espírito Santo no séc. XXI e o desvelar do autor divulgador e distribuidor”. A autora ainda completa que,

Desse total, 17 relacionam-se ao campo da literatura direcionada a crianças e jovens. Em 2010, dos 21 projetos aprovados, 4 foram da literatura infantil e juvenil. Em 2011, dos 24 projetos aprovados, 3 foram de livros para crianças e jovens; em 2013, dos 28 projetos aprovados, 5 foram para literatura infantil e juvenil. Por fim, em 2014, dos 15 aprovados, 1 foi na área de produção de livros para crianças e jovens. (OLIVEIRA, 2015, p.17)

Apesar do curto período apresentado por Ivana, visto que a lei foi criada na década de 1990, concordamos com a mesma quando diz que “esses dados parecem evidenciar uma problemática, que é a quantidade incipiente de projetos desse campo – literatura infantil e

juvenil – incentivados pela lei de incentivo da capital do Estado” (OLIVEIRA, 2015, p.18). Se olharmos para as leis que iremos analisar o cenário é bem similar.

Ainda assim, é significativo observar que tal legislação incentivou a criação de outras normativas análogas à está no ES, como, por exemplo: a Lei Chico Prego, de 1999, do município de Serra, e Lei João Bananeira, de 2005, de Cariacica; ambas serão descritas melhor no próximo tópico. E também o Projeto Cultural Rubem Braga, de 1991, de Cachoeiro de Itapemirim; a Lei Vila Velha Arte Cultura, de 2007, de Vila Velha; e o Projeto Cultural Lastênio Calmon Júnior, de 2015, de Linhares. Apenas em 2008, que o Governo Estadual implanta o Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (FUNCULTURA) em que arca com todas as despesas da publicação, enquanto o escritor recebe um valor acordado. Ainda fica estabelecido em edital que as obras serão destinadas, sob responsabilidade do Governo, às escolas e bibliotecas do Estado. Conforme o levantamento realizado por Oliveira (2015), no período de 2009 a 2015 esse Fundo contemplou “um total de 78 projetos na área de literatura. Sendo que destes 15 foram obras literárias infanto-juvenis, perfazendo um percentual de 19,2%, da totalidade de projetos literários contemplados” (OLIVEIRA, 2015, p.19-20). Outro indício de que não há estímulo para a Literatura Capixaba voltada para crianças e jovens.

Além dos empreendimentos apresentados até aqui, gostaria ainda de destacar a relevância da Feira Literária Capixaba (FLICA), criada em 2014 por autores capixabas que tinham o propósito de verem suas obras espalhadas pelas livrarias do ES. A Feira que reúne autores locais e nacionais, já chegou a sexta edição, em 2019, e conta com apoio da Academia Espírito-Santense de Letras do Espírito Santo (AESL-ES), da Academia Espírito-Santense Feminina de Letras do Espírito Santo (AESFL-ES), do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e da Prefeitura Municipal de Vitória e da Universidade Federal do Espírito Santo. E, ainda temos a Bienal Capixaba do Livro, a Bienal Rubem Braga e também sites que se dedicam na divulgação da Literatura Capixaba como o site Bravos Companheiros e Fantasmas, Tertúlia Capixaba, Estação Capixaba, Morro do Moreno e os blogs Livros por Livia e Anaximandro Amorim.

Apesar de a UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) manter o fluxo de publicação, circulação e discussão em torno da Literatura do Espírito Santo, não só apoiando eventos ligados ao tema e ter tido papel fundamental na editoração de livros, por meio da FCAA. Notamos haver um esforço, também por parte de intelectuais envolvidos no tema, que acabam vinculando-se à Universidade direta e indiretamente, como o Prof^o Francisco Aurélio Ribeiro e o escritor Reinaldo Santos Neves. O primeiro criou a disciplina de Literatura

Infantil e Juvenil na instituição, lá na década de 1980, propondo que a mesma ocupasse a grade do mestrado em Letras, em 1990 (OLIVEIRA, 2015), e ainda atuou nos programas de mestrado e doutorado da Universidade. O segundo, coordenou, de 1996 a 2012, o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Literatura do Espírito Santo (Neples) que fomenta estudos na área.

Embora o cenário apresentado possa indicar ventos positivos à autoria, para alguns estudiosos a nossa Literatura vive uma “marginalidade periférica” (RIBEIRO, 1996), por conta do seu desconhecimento fora e dentro do Estado, por parte de leitores, críticos e livrarias. Decerto, Oliveira tensiona essa questão quando diz

De fato, em pleno século XXI, parece não se ter ainda um investimento público substancial no estado para se resolver a fragilidade notada da divulgação e distribuição dos livros para crianças. Nesse quadro, são os autores, cada um com sua singularidade e com suas competências pessoais, que ultrapassam a produção estética e o talento literário, usando de sua criatividade para operacionalizar estratégias de comunicação, marketing e de venda[...]. (OLIVEIRA, 2015, p.62).

Outra questão que agrava o desconhecimento, principalmente para o público juvenil, é como nossa literatura tem sido tratada no currículo do Ensino Básico. Se no documento de 2009, a Literatura Capixaba vinha atrelada somente as séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (8ª série e/ou 9º ano; 3º ano, respectivamente), por intermédio do professor de Língua Portuguesa, visando “possibilitar o conhecimento das escolas literárias, obras e autores” (ESPÍRITO SANTO, 2009, p.68). No documento de 2020, após a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Estado, tal literatura, ainda que apareça nas diretrizes para a primeira, segunda e terceira série do Ensino Médio, e para as séries finais do Ensino Fundamental, o processo de ensino-aprendizagem desse conteúdo se mostra disperso, conforme diz o documento:

Quanto à literatura capixaba, elemento caro a este currículo, sugerimos que faça parte de um trabalho permanente, que pode ser calcado em instituições como a Academia Espírito-Santense de Letras, Academia Feminina Espírito-Santense de Letras, Academia de Letras e Artes da Serra (ALEAS), Academia Cachoeirense de Letras, Academia Cariaciquense de Letras, dentre outras, além da Casa dos Braga, importante centro artístico-cultural em Cachoeiro de Itapemirim, homenagem póstuma e permanente ao escritor capixaba Rubem Braga, considerado um dos maiores cronistas brasileiros de todos os tempos. Neste ensejo, cumpre também apontar a relevância de inserir o alunado nos contextos das bibliotecas municipais e da Biblioteca Pública Estadual, importante patrimônio capixaba. (ESPÍRITO SANTO, 2020, p.78).

Além disso, o mesmo documento, apenas cita na disciplina de Língua Portuguesa, no tocante a Educação Literária, que deve ser apreciado, interpretado e produzido textos literários que tenham como base autores capixabas, considerando suas características,

relacionando-os ao eixo oralidade e aspectos linguísticos. Cabe reforçar que não há nenhuma outra menção aos autores capixabas, obras, períodos literários e etc, além das que pontuamos acima.

O tratamento dado à Literatura Capixaba pelo poder público demonstra a displicência com o que é produzido no Estado, escancarando o esforço de autor, divulgador e distribuidor dos/as autores/as capixabas apontados na pesquisa de Oliveira (2015). Evidenciando, a partir da citação supracitada, a transferência de responsabilidade para outras entidades da sociedade, o que preocupa, visto que nas pesquisas de Adriana Márcia Almeida (2016), Thaiza Cardoso Carlos (2017), Selma Nathalie Pessotti (2020), Suellen Pereira Miotto Lourenço (2016) e Ivana Esteves Passos Oliveira (2015) as bibliotecas de Escolas Estaduais carecem de livros de nossa literatura, que os alunos desconhecem essa literatura, e, conseqüentemente, os nomes de nossas/os autoras/es.

Desse modo, quando recorro as minhas memórias percebo a ausência de autores e histórias capixabas. Não me surpreende, quando no período de 1996 a 2001, em que estudei na Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Almirante Barroso, localizado no bairro Goiabeiras, em Vitória, não ter tido contato com livros e autores da Literatura Capixaba, quiçá autores negros e negras. Até me recordo, quando na 5ª série do Ensino Fundamental a professora de Língua Portuguesa estimulava a leitura e produção de textos entre os alunos. Foi nesse período que escrevi minhas primeiras poesias e redações, e também li meu primeiro livro – O Diário de Anne Frank. Confesso que depois que li esse livro, passei a visitar com mais frequência à biblioteca da escola, que, na verdade, era um local improvisado que dividia espaço com os materiais da aula de marcenaria.

Ainda assim, percebo que minha história se assemelha muito com as respostas que a pesquisadora Thaiza Cardoso Carlos obteve dos alunos do Ensino Médio de uma escola Estadual, quando questiona se “durante o seu percurso escolar, você já realizou trabalhos voltados para as obras literárias de escritores capixabas?” (CARLOS, 2017, p.29). Muitas das respostas diziam que a escola não oportunizava esse contato, seja via professor, disciplina específica ou nos espaços dessa. Sublinhando a distância temporal entre minha vivência e a pesquisa de Thaiza Cardoso, o cenário da Literatura Capixaba para o público juvenil é perene e incipiente, ainda, na atualidade.

Ademais, se autores capixabas hegemônicos consideram que a Literatura Capixaba vive na marginalidade periférica (RIBEIRO, 1996), pelo menos no Estado, imagine para a autoria negra. A matéria “Escritores capixabas falam sobre a literatura de autoria negra no ES”,

publicada no Jornal A Gazeta, do dia 25 de novembro de 2020, em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, exemplifica bem essa tensão e traz três nomes jovens da Literatura Negra Capixaba¹⁸ para dialogar sobre a temática — Wagner da Silva Gomes, Maxuell dos Santos e Larissa Pinheiro. Nas primeiras linhas da matéria é possível visualizar o “por que” as histórias não chegam ao público “Os escritores contam que a dificuldade em ganhar o mercado vai do racismo estrutural à dificuldade na divulgação das obras” (A GAZETA, 2020). Podemos presumir que esses escritores vivem à margem da margem ou, ainda, na periferia da periferia, já que os sujeitos que se propõe nessa escrita partem de uma perspectiva diferenciada do espectro universal, que ainda predomina nos cânones e outros lócus hegemônicos.

Além disso, Larissa Pinheiro ressalta “[...] a gente sabe que existe todo um racismo que atravessa toda a sociedade. E eu espero que criem mais políticas para divulgar autores negros, porque aqui no Estado existem muitos artistas, assim como eu, que merecem a valorização.” (A GAZETA, 2020). A fala de Pinheiro e o conteúdo da matéria nos chama a atenção para os entraves estruturais e as táticas que os autores utilizam para fazerem suas obras circularem, como: uso da internet e redes sociais, o boca a boca ou por conta da própria editora. A escritora Larissa Pinheiro, por exemplo, realizou o lançamento de seu livro *Janela da Alma*, produzido em formato artesanal cartoneiro, em 2019, no Museu Capixaba do Negro (MUCANE), localizado no Centro de Vitória, por conta própria. Infeliz e felizmente tais estratégias que antes demonstravam a regra para a autoria negra, tem se solidificado na sociedade, de tal modo que vem sendo viabilizado por instituições, Coletivos, grupos de escritores e intelectuais engajados para que essas histórias cheguem ao público final, seja ele adulto, jovem ou criança.

A respeito dessas estratégias quero fazer um adendo, pois, acredito ser de grande valia refletir sobre como os autores e autoras negras buscam em outros espaços, fora dos ditos oficiais e canônicos, formas de ressoar suas narrativas. Dentro de nossa proposta, entendemos que tais locais podem ser considerados os da Educação não-formal, Educação Informal ou Espaços Afirmativos. Esses têm em comum a possibilidade de educação e ensino, para além do espaço escolar, estando ligando aos grupos sociais, a outros tipos e formas de saberes, e, também, a flexibilidade de tempo e de metodologia. Sobre a Educação não-formal, Gadotti

18 Ainda gostaria de mencionar outros nomes, que atuam na Literatura Negra Capixaba, para o público infantil, juvenil e adultos: Ariane Celestino Meireles, Edileuza Penha de Souza, Hudson Ribeiro, Jaiara Dias, Tamyres Batista, Adriana Coutinho Ramos, Janio Silva, Juplin Jones, Ríssiani Queiróz, Timóteo Oliveira, Naarie Valente, Angelina Francisca dos Reis, Léia Rodrigues, Elis Gonçalves, Ione Duarte, Joana Herkenhoff, John Conceito, Filipe Rocha, David Rocha, Marcéu Rosário, etc.

menciona que “o tempo da aprendizagem na educação não formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. [...] tanto em relação ao tempo quanto à criação e recriação dos seus múltiplos espaços” (GADOTTI, 2005, p.2).

Mesmo que não tenha a rigidez da Escola, que também pode abarcar essa proposta não-formal, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), as igrejas, a mídia, as associações de bairros, os sindicatos e tantos outros locais possibilitam a formação do sujeito, através de suas pautas e engajamentos. Dialogando com essas premissas, a Educação Informal para Libâneo, que também ocorre nesses locais, se dá na inserção e troca entre os sujeitos nos ambientes socioculturais que habitam, sejam eles sociais, ecológicos, físicos, culturais etc. (LIBÂNEO, 2010). Esse autor ainda chama a atenção para o fato que a educação e o ensino ocorrem independente da Escola:

Na casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. [...] Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante. (LIBÂNEO, 2010, p. 26).

Fica claro para nós, a partir de Libâneo, que as relações com o meio podem influir determinados conhecimentos e saberes, instruindo o sujeito na e para a vida. Ampliando essa discussão, trago a ideia de Espaços Afirmativos que Daniele Galdino Nascimento discorre, brevemente, na tese de doutorado intitulada “O Terceiro Espaço: Confluências entre a literatura infanto-juvenil e a Lei 10.639/2003” (2019). Ao fazer paralelos com o conceito de “Terceiro Espaço”, de Bhabha, a autora menciona que é através do movimento negro, pedagogia griô, dos saraus periféricos e nos circuitos editoriais cooperativos que se “resulta o agenciamento coletivo da escrita, em que se torna importantíssima a transformação de valor cultural via literatura” (GALDINO, 2019, p.88). Importa dizer que as transgressões e engajamento político-cultural articulado nesse agenciamento vão possibilitar o refutar de binarismos, conforme Galdino nos atenta colocando a “escrita literária noutras condições de enunciação” (GALDINO, 2019, p.88). Percebemos com isso que os “Espaços Afirmativos” tem relação direta com as ações afirmativas, assim como a Lei 10.639/2003, já que propõe dirimir injustiças sociais e raciais, no que tange a literatura afro-brasileira e/ou negra.

O que tratamos até aqui sobre Educação não-formal e informal, e Espaços Afirmativos é, especialmente, relevante para mim, na medida que foi nesses espaços que me tornei e/ou

consegui me identificar como escritora. Além disso, obtive um maior contato com as/os autoras/es negras/os, a divulgação, a comercialização, a produção de tais obras e tomei conhecimento sob a dimensão da Literatura Negra Capixaba. Por conta disso, apresentarei alguns locais e ações, mesmo que não foquem na nossa literatura para o público juvenil, que oportunizam o conhecimento e/ou ensino sobre tal e o contato com autores/as e livros, promovendo diálogos engajados e políticos, indo muitas vezes além do nosso propósito.

O Mucane, como exemplo disso, desde a cessão do espaço para a criação do museu em 1935 até a inauguração em 1993, por iniciativa da professora e médica Maria Verônica da Pas e do movimento negro, travou várias batalhas institucionais e políticas para afirmação de um local “como resultante de luta e resistência, movimentado por uma ideia de estabelecer um museu que dialogasse e promovesse os saberes e a cultura do negro tão presente no Estado do Espírito Santo” (MORAIS, 2018, p.110). Os entraves para não existência desse local foram muitos, como um orçamento insuficiente para as atividades e por um longo tempo ter que dividir o espaço com a Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes, a cooperativa dos servidores públicos e uma loja de antiguidades (MORAIS, 2018), tendo que passar inclusive por situações constrangedoras, como relata a militante Edileuza Penha de Souza à pesquisadora Érica Morais:

Era uma coisa deprimente, porque eles não queriam a movimentação cultural que ocorria lá dentro... isso ainda na época da Verônica, ela chegou a recolher várias capsulas de bala de revólver, porque eles faziam tiro ao alvo ali atrás, tinha uma cela atrás onde as pessoas eram expostas, era uma cela masculina, sem banheiro. Nós chegamos a fazer um dossiê com as capsulas, mostrando as condições desumanas que as pessoas viviam ali. Aí virou uma guerra entre o museu e a delegacia, eles tocavam o terror. (ENTREVISTA, EDILEUZA PENHA DE SOUZA, 2017 apud MORAIS, 2018, p.110).

Apesar disso, o museu realiza exposições, oficinas, minicursos e aulas de dança, muitas vezes pelo vínculo com a Prefeitura Municipal de Vitória, através da Secretaria Municipal de Cultura (SEMC), e ainda possui biblioteca e um mini auditório. E, entre 2012-2013, possibilitou aos visitantes ter contato com a escritora Suely Bispo, já que na época ela era a coordenadora do espaço. Além desse, o Instituto Das Pretas, localizado também no Centro da capital, vem oportunizando, desde 2015, formações, cursos, lançamento de livros e atividades culturais e artísticas para a população negra do ES. Entre as principais iniciativas, vale mencionar: o Encontro Das Pretas, que já chegou a 8ª edição e reúne empreendedores afro-brasileiros do Estado; o Bekoo Das Pretas que é mais que uma festa, pois é um “espaço de pertencimento” (BEKOO DAS PRETAS, 2021); e, ainda programas de fortalecimento do

empreendedorismo negro periférico, como o 1º Desafio EDP de Empreendedorismo Periférico, Plataforma de Educação Empreendedora, o Fortalece – Marketplace de Afronegócios Periféricos etc.

A propósito, foi na sede do Instituto Das Pretas que o Coletivo Afro-Tons lançou em 2017, o livro *De Zacimbas a Suelys – Coletânea Afro-Tons* de expressões artísticas de mulheres negras do Espírito Santo, que teve apoio do próprio Instituto e do Funcultura 2016. O livro traz poemas, contos, manifesto, desenho e fotos de 24 escritoras negras, inclusive tem minhas primeiras poesias publicadas no Estado – “Livre (mente) assim” e “Confusões e Inquietações”. As produções da coletânea fomentaram a Exposição “Afro-Tons De Zacimbas a Suelys: Vozes e Olhares Múltiplos”, exposta no Mucane, em 2018, que contou com vídeos e fotos das escritoras. O Coletivo foi criado em 2014, por iniciativa de Maikel Dias e Cibele Verrangia, e ao longo dos anos vem realizando ações de empoderamento feminino e negro, e a divulgação da literatura africana e afro-brasileira.

Outros dois coletivos que gostaria de mencionar, já que suas produções direta ou indiretamente voltam-se para os crianças, jovens e adultos, são o Coletivo Palavra Negra e o Coletivo Negrada. O primeiro, teve início, a partir de 2014, da “inquietação em levar a palavra de poetas negros e negras internet à fora” (PALAVRA NEGRA, 2021), com a realização da websérie “Palavra Negra” que contou com 29 episódios. Após isso, o idealizador, Adriano Monteiro, Mestre em Comunicação e Territorialidade pela UFES, estreou a segunda temporada da websérie, em 2019, e ainda expandiu a atuação dela promovendo diálogos entre os autores e alunos de escolas de Ensino Fundamental na Grande Vitória, por meio de oficinas sobre cultura afro-brasileira, através da palavra, da sonoridade e da imagem. Já o Coletivo Negra, iniciado em 2012, tem como base ser,

uma organização autônoma de estudantes, negros e negras, indígenas e cotistas afro-descendentes e oriundos da escola pública, que surge na UFES – Universidade Federal do ES da necessidade de unir-se na luta contra o racismo, o racismo institucional, a criminalização e o genocídio da população negra e contra qualquer opressão social sofrida por essa grande parcela da população, afim de garantir acesso à educação além das políticas de assistência e permanência no ensino superior e a implementação da Lei 10.639/03 e 11.64/08 para o ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. (COLETIVO NEGRADA, 2021)

Muitas das ações do Negrada repercutiram fora e dentro do ambiente universitário, por exemplo: quando iam para Escolas Estaduais e Municipais realizar palestras e formações, participaram do Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros/as (EECUN) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2016, organizaram o

movimento contra as fraudes das cotas raciais na UFES, dentre outros. É a partir desses espaços afirmativos que tenho contato, cada vez com mais intensidade, com a Literatura Negra Capixaba e as/os autoras/es dessa. Não apenas isso, percebo que quando os autores integram esses espaços vão possibilitar e forjar novas bases para essa escrita, se afirmando e integrando de forma intencional ou não o movimento negro, pautando e servindo, inclusive, de referência para o poder público e instituições privadas.

Além disso, muitas das minhas inquietações que possibilitam a escrita dessa pesquisa tiveram origem nesses locais, na busca por conhecer quem são nossas autoras e autores negros e para dimensionar a que impedimentos estamos sujeitos, quando escolhemos narrar/escrever. Como nos diz Conceição Evaristo escrever é “não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança”. (EVARISTO, 2005, p. 202). E isso é certo: sou teimosa e essa pesquisa é teimosia pura.

Assim, nos voltamos para a análise das Leis de Incentivo dos municípios de Serra e Cariacica, que estão localizadas na Região Metropolitana da Grande Vitória, e o município de São Mateus, ao Norte do Estado, no intuito de nos aproximarmos de nossa problemática – Quem vai contar (está contando) nossas histórias negras?. Meu olhar e pesquisa se voltam para as Leis de Incentivo à Cultura, por entender que um dos principais objetivos dessas políticas públicas municipais é o de valorizar, resgatar e fortalecer o patrimônio cultural local, em consequência suas histórias, bens materiais e imateriais.¹⁹

Desse modo, confronto as Leis, o cânone e os espaços hegemônicos para investigar se nossas histórias estão sendo recontadas para o público juvenil, público este que direciono o produto educacional dessa dissertação. Assim, apresento dados desses municípios, conto do meu contato com as histórias revisitadas nesta pesquisa – Insurreição de Queimado (Serra), João Bananeira (Cariacica) e Zacimba Gaba (São Mateus) e faço um panorama para saber se essas histórias (as nossas histórias) foram revisitadas/publicadas pelas Leis de Incentivo e, ainda, que histórias negras foram publicadas para nosso público-alvo, olhando atentamente às autorias e conteúdos destas.

19 Entendemos bens culturais materiais e imateriais dentro da perspectiva que Osvaldo Martins de Oliveira, traz em sua Tese de Doutorado intitulado “O Projeto Político do Território Negro de Retiro e suas lutas pela Titulação das Terras” (2005). Dialogando com Godelier (1998), Oliveira menciona que tais bens materiais e simbólicos são “transmitidos de uma geração à outra, que é, entre muitos outros, terra e sabedoria, que têm um destino e um fim comunitário. Aos herdeiros são transmitidos direitos, deveres e responsabilidades sobre bens materiais e simbólicos como terra, casa, nome, liderança, autoridade, saberes, princípios e crenças. Ser herdeiro é pertencer a uma associação que concebe as obrigações de receber, manter e transmitir os bens de apropriação comum como os pilares básicos de sua existência social” (OLIVEIRA, 2005, p.322).

3.1.1 SERRA: Análise da Lei Chico Prego de 2000 a 2015

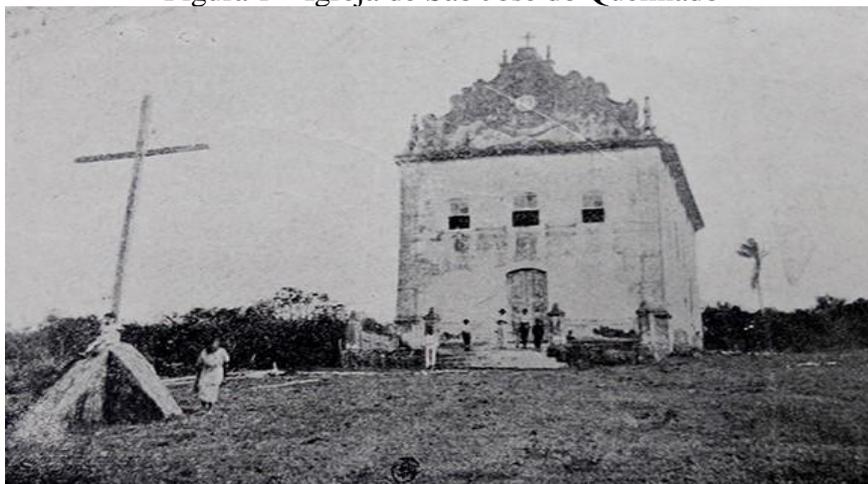
O município de Serra integra a Região Metropolitana da Grande Vitória, com outras seis cidades, e possui 536.765 habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2021, sendo a mais populosa do Espírito Santo. Considerada a segunda maior arrecadação do Estado, a economia de Serra gira em torno da indústria, comércio e serviço. A cidade possui 129 bairros distribuídos em 5 distritos: Serra (Sede), Calogi, Carapina, Nova Almeida e Queimado.

A fundação da cidade ocorreu em 1556, a partir da aldeia dos Temiminós nos pés do morro Mestre Álvaro — que possui 833m de altitude —, da construção da igreja pelos jesuítas e da vila que se instalou nesses arredores, denominada Aldeia de Nossa Senhora da Conceição da Serra. (SERAFIM, 2020). Não à toa boa parte dos bairros ficam no entorno do Mestre Álvaro, podendo ser visto da BR 101 que recorta quase todo o município. Além disso, a cidade tem esse nome por conta dessa Montanha, ou melhor, Serra. No bairro Jardim Tropical, que moro há 34 anos, é possível avistá-lo bem de perto, pode ser até considerado o quintal de casa. É do entorno desse cenário que emerge uma das histórias que será recontada no livro, a Insurreição de Queimado, ocorrida em 19 de março de 1849, da revolta organizada e liderada por escravizados na região.

A história tem início quando o Frei Gregório Maria de Bene foi transferido para o Distrito de Queimado, em 1845. Por observar o aumento populacional na vila, o religioso anuncia a construção da Igreja de São José de Queimado, que dura três anos, de 1845 a 1849. Para esse intento, são recrutados homens e mulheres, pobres e cativos das fazendas do entorno. É daí que os nomes principais da revolta – Chico Prego, Elisário Rangel, Carlos, João Monteiro ou João Viúva, e João (O Pequeno), estreitam laços e articulam a Insurreição. Muitas são as controvérsias sobre as motivações para tal, ora colocando o Frei Bene como pivô da insurgência, por ter supostamente prometido alforria aos escravizados, ora questionando se esses teriam astúcia para organizar a fuga e a revolta (ROSA, 1999; CARDOSO, 2008; ASSIS, 2017).

Além desses personagens e da área do Distrito, a Igreja também se tornou um símbolo da Insurreição. Vale dizer que a construção do templo não foi concluída, mas mesmo assim ficou aberta para usufruto dos moradores até a década de 1940.

Figura 1 – Igreja de São José do Queimado



Fonte: Fundação Palmares (2011)

No entanto, não se pode negar que a Insurreição de Queimado é uma das revoltas mais significativas para a historiografia capixaba, principalmente por inserir o negro como construtor de sua própria história. Ainda que o primeiro registro tenha sido feito por Afonso Claudio, “homem da elite intelectual e política da então província do Espírito Santo, no século XIX” (CARDOSO, 2008, p.16), situação que ocasionou a negação dessa obra pelo Movimento Negro, há um esforço no final da década de 1980, por parte do Profº Cleber Maciel em revisitar essa história e discutir sobre o apagamento do negro na formação do Estado. Cabe dizer que esse silenciamento não ocorre só na história da Insurreição e de seus personagens, mas também no restauro e preservação da Igreja de São José de Queimado, um símbolo importante de resistência.

Nesse sentido, o Fórum Chico Prego e o Conselho Municipal do Negro (CONEGRO), vêm atuando e pressionando as autoridades para manter vivas as memórias de Chico Prego, Elisário Rangel, João Monteiro, Carlos e João (O Pequeno) no imaginário social do serrano e em outros espaços afirmativos, que fazem reverberar a importância da história negra na formação histórico-cultural deste município e do Estado. Assim, desde sua criação em 1998, o Fórum Chico Prego, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SEDIR) de Serra, vem se articulando com grupos da RMGV, como os da Juventude Negra, os de religiões de matriz africana, Mulheres Negras, Pastorais Sociais e grupos culturais, pelo resgate da Insurreição, principalmente quando se percebe que a estrutura física da Igreja começa a desabar. (ASSIS, 2017; LOPES, 2017). Ainda é desse período, a instituição do Dia da Insurreição de Queimado, por meio da Lei nº 2.497 de 2002, para demarcar, valorizar e celebrar essa data histórica.

Fortalecendo tal postura, soma-se a atuação do CONEGRO, criado pela Lei nº 3.167, de 11 de dezembro de 2007, vinculado também à SEDIR, que vem “organizando as celebrações e participando dos debates sobre ações que envolvam o Sítio Histórico, e demais assuntos políticos sobre a conscientização da posição do negro na sociedade atual” (LOPES, 2017, p.110). Ainda que o Conselho esteja subordinado e dependa financeiramente da SEDIR, em que o investimento vai depender do interesse ou não de tal Secretaria, este vem promovendo e desenvolvendo estudos e planos de ação de combate à discriminação e dilatação dos direitos da população negra no município. Não apenas isso, em conjunto de representantes da Sociedade Civil e do Fórum Chico Prego, o CONEGRO consegue aprovar, através da Resolução nº01 de 2011, contando com apoio do Governo Federal, o projeto de restauro do Sítio Histórico de Queimado e a criação de um núcleo de cultura (ASSIS, 2017).

Segundo o levantamento de Emanuel Vieira de Assis, realizado para sua dissertação de Mestrado intitulada “Liberdade, Liberdade! A luta da população negra em Queimado: Perspectivas libertárias para o Ensino em Relações Étnico-Raciais” (2017), a resolução aprovada, em relação ao aspecto arquitetônico, versava sobre a construção de um altar para as diversas manifestações religiosas; uma área coberta para o núcleo cultural, para as atividades relativas à Cultura, Educação, Meio Ambiente, Esportes e Manifestações Religiosas e, ainda, um espaço coberto para as celebrações do dia 19 de março (Dia de Celebração da memória da Insurreição de Queimado). Sobre a área cultural, Assis ressalta alguns pontos, tais quais: criar mecanismos para preservar o fato histórico da Insurreição, como coletar documentos antigos, registrar as histórias orais de contadores da comunidade; construir um painel representativo desta narrativa e, também, fixar placas homenageando os líderes do movimento negro de Serra e de outras pessoas engajadas que contribuíram na cobrança dos poderes públicos na preservação deste território e de seu legado social, imaterial, histórico e ambiental (ASSIS, 2017).

Mesmo com a aprovação deste projeto, conforme Assis, as mudanças ocorreram a passos lentos. Em 2015, o terreno das ruínas da Igreja de São José de Queimado foi doado para a Prefeitura Municipal de Serra, por meio da Lei nº 4341/2015. E neste mesmo ano, ocorre a solicitação do tombamento do patrimônio em âmbito federal, sendo que na esfera Municipal o tombamento da Igreja já havia ocorrido, desde 1992. Além dos esforços dessas entidades, vale destacar a participação da Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por pressionar tal órgão no cadastramento do Sítio Histórico e arqueológico de Queimado, o que conseqüentemente possibilita a obtenção de verba para o

processo de restauração – processo este que culmina na inauguração das ruínas do patrimônio em agosto de 2020, após tantas reivindicações e pessoas envolvidas.

Desse modo, é no agenciamento coletivo dessas entidades e de grupos sociais articulados que se fomenta a (re) existência da Insurreição de Queimado, dos envolvidos nela e deste cenário tão singular. Apesar disso, curiosamente, e nem tanto assim, mesmo com a proximidade que tenho com a Montanha pouco ou nada escutei e li sobre essa história na escola, nos livros, na igreja ou em espaços que transitava quando criança. Por isso, só fui ter conhecimento sobre a Insurreição de Queimado nos últimos 8 anos, já adulta, quando comecei a participar das atividades de um coletivo negro, dar aulas em cursinhos populares, e me envolver em saraus e ações artísticas-culturais no ES. Desse contato, como ouvinte atenta e curiosa, fui buscar mais informações sobre a Revolta e a história de seus personagens.

Já na atualidade, ainda percebendo a pouca atenção dada aos temas e histórias dos negros, e olhando para o conhecimento tardio que tive com essa história, questiono a política pública que temos acesso, no caso a Lei Chico Prego: será que essas histórias são revisitadas e recontadas nas publicações de literatura? Quem são os autores que estão recontando essas/nossas histórias?.

A Lei de Incentivo à Cultura Chico Prego foi criada em 13 de setembro de 1999, sob o nome de Projeto Cultural Chico Prego, pela Lei Municipal Nº 2.204/1999, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 11.089/1999, gerenciada pela Prefeitura Municipal da Serra, através da Comissão Especial do Projeto Cultural Chico Prego. A Lei tem como premissas promover a produção cultural do Município, a partir da concessão de incentivo financeiro, através de renúncia fiscal e participação financeira das pessoas jurídicas e físicas. Isso significa que o autor, além de produzir o livro, deve procurar as empresas da cidade, que devem ser conveniadas à Prefeitura, na busca por apoio e patrocínio em seu projeto.

Cabe dizer que como contrapartida as/os escritoras/es devem doar pelo menos 10% dos livros para o município e o lançamento da obra deve ser amplamente divulgado, inclusive convidando representantes da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer (Setur), do Departamento de Cultura e da própria coordenação da Lei Chico Prego. Tal normativa está em suspenso, desde 2016, pois passa por revisão no intuito de modificar essa forma de repasse para os proponentes.

Ainda assim, no tempo que esteve ativa a Lei recebia propostas em duas categorias: Projetos Especiais e Projetos de Incentivo às Artes. A primeira diz respeito aos projetos de “interesse direto da municipalidade, abrangendo seu patrimônio histórico, natural e artístico e

seus espaços e equipamentos culturais, conforme Art. 3º da Lei Nº 2.204/99” (SERRA, 2015, p.2). Já a segunda categoria, que olho com mais atenção, engloba os projetos elaborados pelos próprios artistas, como às atividades ligadas a música, dança, teatro, circo, ópera, cinema, fotografia, vídeo, literatura, artes plásticas, artes gráficas, filatelia, folclore, capoeira e artesanato, tendo correlação direta ou não com o município (SERRA, 2015). Vale mencionar que a Lei não restringia a localização/regionalização de quem poderia submeter projetos e propostas, logo, artistas, escritores e produtores culturais de todo o Espírito Santo participava dos editais.

Diante do exposto, optamos por analisar a Lei de Incentivo, no que tange a literatura para o público infantil e juvenil, até o edital 12, ocorrido no período de 2000 a 2015 (Anexo A). Ao longo desse tempo, 122 projetos ligados à literatura foram aprovados e/ou tinham por objetivo a publicação de livro. Desses, 103 foram realmente publicados pela Lei de Incentivo, já que conforme a coordenação alguns proponentes até o momento não prestaram contas. Ainda dentro desse quantitativo, pelo menos 14 autores se dedicaram a recontar e revisitar histórias negras e indígenas do ES, em específico para o público adulto, ou, ainda, trouxeram algum elemento cultural e regional do município. Entre os autores e livros, podemos citar: *História da Serra*, Clério José Borges de Santanna, 3ª Edição, 2009; *Insurreição de Queimado em Poesia de Cordel*, Teodorico Boa Morte, 2013, dentre outros.

No tocante à literatura infantil e juvenil, foram publicados apenas 17 títulos (Anexo B), conforme tabela:

Tabela 1 – Livros infantis e juvenis publicados pela Lei Chico Pregro (2000 a 2015)

Ano	Título do livro	Autor
2000	A Insurreição do Queimado em Quadrinhos	Vera Viana
2005	O Ursinho Teimoso	Rosemere Correia
2006	Joãozinho, O Marinheiro	Marta Samor
2007	Os amigos de Dona Coelho	Rosemere de Ameixa F. Correia
2007	Tony: O Salva-Peixes do Fundo do Mar	Célia Mara Rangel Nunes
2008	Mariazinha em Verso e Prosa	Cláudia Gomes e Fábio Turbay
2008	Crinquim e a puxada do Mastro	Reinaldo Santos Neves, Renato Pacheco e Luiz Guilherme Santos Neves
2010	No Reino das Palavras	Valsema Rodrigues
2011	Embaralhando as Palavras	Italo Campos
2012	Artes Plásticas e Lenda Capixaba	Maria do Rosário Silva Santos

2014	Totó e o Burrico no Sítio	Norma Helena da Silva Agrizzi
2014	Contos Escolhidos	Charles Araújo
2015	A Serpente Sinistra da Lagoa Jacuném	Clemir Antônio Martins
2015	O Congo Capixaba	Marcia Couto Zanandrea
2016	O Tapete de Zezé	Pedro José Nunes
2016	Crinquinim e o Mestre Álvaro	Luiz Guilherme Santos Neves
2016	As Aventuras dos Meninos do Brasil e do Capitão Caveira	Charles Araújo

Fonte: Prefeitura Municipal de Serra (2021)

Dentre as publicações, apenas 5 livros realmente revisitaram nossas histórias negras capixabas – *A Insurreição de Queimado em quadrinhos*, de Vera Viana; *Crinquinim e a puxada do Mastro*, de Reinaldo e Luiz Guilherme Santos Neves, e Renato Pacheco; *Artes Plásticas e Lenda Capixaba*, de Maria do Rosário Silva Santos; *O Congo Capixaba*, de Marcia Couto Zanandrea; e *Crinquinim e o Mestre Álvaro*, de Luiz Guilherme Santos. A respeito da autoria negra, com exceção de Vera Viana, os demais escritores seguem a mesma lógica dos compêndios da historiografia da Literatura Capixaba. Inclusive, alguns desses nomes são recorrentes nestes.

Ao olhar para os títulos, a autoria e o conteúdo das histórias percebo que a narrativa mantém, de forma sutil, a relação de superioridade e inferioridade entre os personagens negros, indígenas e brancos, principalmente nos livros *Crinquinim e a puxada do Mastro* e *Crinquinim e o Mestre Álvaro*, que tocam em temática indígena e afro-brasileira. Na análise dessa última obra, percebo que apesar de Crinquinim ser a personagem principal na aventura que se passa no Mestre Álvaro, os atributos mais valorosos são destinados ao francês, *Saint-Hilarie*, descritos em uma página como, por exemplo: o “sujeito importante”, “muito respeitado na Europa”, “estudioso e defensor do meio ambiente”. Enquanto os de Crinquinim são mencionados em meia página, dividindo espaço com os de seu cachorro Gambão, em que ambos possuem o mesmo atributo: “ser esperto”.

Em outro trecho dessa mesma história, o indígena é valorizado por ser “um famoso guia do Mestre Álvaro”, junto da seguinte passagem: “só faltou mandar pendurar no pescoço de Crinquinim um crachá com a inscrição ‘Guia Oficial do Mestre Álvaro’” (NEVES, 2016, p.12). Ainda na história, há poucas ou quase nada referente às palavras das línguas Tupi-Guarani e/ou africanas no Brasil, visto que a ambientação da história se passa em um território de resistência afro-indígena. Mas, a todo momento há referência às palavras da

Língua Francesa, inclusive, durante o percurso da subida e descida do Mestre Álvaro, Crinquim aprende várias delas. Deixando subentender um processo de assimilação da cultura europeia, sem ocorrer uma troca natural de saberes entre as culturas.

Diante disso, chamo a atenção para as pouquíssimas histórias que tem como mote principal negros e indígenas e/ou que valorize a cultura desses. E, ainda para o reduzido quantitativo de publicações direcionadas para o público infantil e juvenil, apenas 17, se comparado para o público adulto.

3.1.2 CARIACICA: Análise da Lei João Bananeira de 2008 a 2018

O município de Cariacica também faz parte da Região Metropolitana da Grande Vitória, junto de outras 6 cidades. De acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2021, a cidade possui 386.495 habitantes, e é considerada a terceira mais populosa do Espírito Santo. Possui 289 bairros, distribuídos em 13 regiões administrativas. Sua economia é baseada na agropecuária, indústria e na área de serviços, e boa parte do seu território localiza-se na área rural, ainda que faça divisa com os principais centros urbanos da Grande Vitória – Serra, Vila Velha, Vitória e Viana. O nome tem influências indígenas, já que “Cariacica ou *Carijacicaa* — do tupi, [indica]“chegada do branco” (CARIACICA, 2012, p.27).

A fundação da cidade é datada, a partir do Decreto Estadual nº57, em 25 de novembro de 1890, sendo que até 1837 era subordinada a capital Vitória. Como outras cidades do país, foi formada em terras indígenas e com o trabalho de negros escravizados, e posteriormente recebeu imigrantes europeus. Vale dizer que a povoação de Cariacica começa pela construção da Igreja Matriz de São João Batista, em 1837, padroeira da cidade. Está ainda tem como símbolo identitário o monte de 718 metros de altura chamado Moxuará – ou, pelas denominações da língua Tupi-Guarani, “*Muxanara, Monchuar, Munchuar* (veio de diamantes) ou *Munchuauara* (pedra irmã)” (CARIACICA, 2012, p.27). E como patrimônios culturais: grupo de danças folclóricas alemã e italiana, a Folia de Reis, arraiás juninos e Congo. É a partir desse último, que surge o personagem João Bananeira, que compõe uma de nossas histórias e dá nome à Lei de Incentivo fiscal do município.

Advinda das influências negras africanas, o Congo no Espírito Santo foi mencionado pela primeira vez quando “um Congo apresentou-se, em 1854, numa festa em Queimado, região do município da Serra, ocasião em que foi celebrada uma missa” (MACIEL, 2016, p.150). Ainda neste mesmo ano, foi aprovada uma lei em Nova Almeida, distrito de Serra, que

proibia as danças, batuques e qualquer maneira dos escravizados se reunirem. Apesar disso, em Cachoeiro de Itapemirim, cidade mais ao sul do ES, em 1888, os negros escravizados se reuniam para festejar o Pagode de Reis (MACIEL, 2016). Além desses, há registro de Bandas de Congo no livro *Esboço histórico dos costumes do povo espíritosantense* (1893), de Padre Antunes de Sequeira, que as menciona junto dos índios mutuns do Rio Doce (RAMOS, 2013).

O congo é Patrimônio Cultural do Estado do Espírito Santo, reconhecido pelo Conselho Estadual de Cultura em 2014. Ao longo do território capixaba, há pelo menos 67 grupos e/ou Bandas de Congo que se apresentam nas festas de santos, homenageando São Pedro, São Sebastião, São Benedito e outros santos e santas, principalmente nos municípios da Grande Vitória. Cada festa de Congo ou congada apresenta suas particularidades, tendo puxada e fincada do mastro, cortejos, danças, encenações etc. (SECULT; SEBRAE, 2009). No caso de Cariacica falarei, ainda que brevemente, da festividade que ocorre no bairro Roda D'Água.

A tradição do Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água começou lá no século XVII como uma procissão à Nossa Senhora da Penha, uns dizem que nasceu da promessa a essa Santa, e outros que por conta da distância e da dificuldade dos fiéis se deslocarem até o Convento da Penha, em Vila Velha. O personagem que torna particular o Congo de Máscaras de Roda D'Água recebe o nome de João Bananeira. A respeito da utilização das máscaras/mascarados há duas versões: a primeira é de que os negros escravizados aproveitavam a saída de seus senhores para a festa de Nossa Senhora da Penha, para festejar a Santa na região, colocando máscaras e meias nos braços para não serem identificados; já a segunda versão, menciona que os senhores brancos se fantasiavam, para aproveitar a festa de forma inconsequente (SOUZA, 2005; SILVA, 2019).

Até os anos de 1980, no século XX, eram os próprios moradores de Roda D'Água que organizavam a festa. A partir dos anos 2000, por conta do apoio da Prefeitura de Cariacica, turistas de fora e dentro do Estado começam a visitar a festa, e outras Bandas de Congo são convidadas a participar. Após essas interferências e da mudança do início do cortejo, já que antes os mascarados saíam do bairro Taquaruçu, a perspectiva original da festa sofreu alterações, conforme Edileuza Penha de Souza menciona, amparada em Sá (2004):

A festa originalmente era realizada numa seqüência de três datas próximas, obedecendo ao início e fim do calendário religioso: no domingo de Ramos, no domingo de Páscoa e no Dia de Nossa Senhora da Penha (octavário da Páscoa). A Banda de Congo de Santa Isabel era acompanhada por mascarados em cortejo anunciados pelos fogos e muita algazarra. A banda ia visitando os moradores da região (festeiros) que lhe davam comidas e café, recebendo os músicos e os foliões

mascarados com muita alegria. (SÁ, 2004 apud SOUZA, 2005, p. 103)

Além dos congueiros, o cortejo é seguido dos fogos de artifícios, tambores, cânticos e danças e, também, dos mascarados que animam mais a festa (SILVA, 2019). As máscaras desses personagens passam por um processo que praticamente não mudou no decorrer do tempo, as “matrizes dos mais diferentes formatos são modeladas em barro e endurecidas ao sol. Após isso, são cobertas com camadas de papel, tecido e cola e deixadas secar à sombra. Quando secas, são retiradas da matriz, recebem pintura colorida e são enfeitadas [...]” (SÁ, 2004 apud SOUZA, 2005, p.106). Após esse processo, um retalho é colado junto da máscara, o que impossibilita descobrir quem é o folião por trás dessa (SOUZA,2005).

Figura 2 – João Bananeira



Fonte: Prefeitura Municipal de Cariacica (2017)

Um dos precursores na confecção das máscaras e do Carnaval na região foi o Senhor Manuel Queiroz, que fazia os artefatos e distribuía no entorno. Desse modo a tradição foi passando de boca para ouvido, se espalhando e se unindo ao Mestre Gabiroba, Mestre Antero, Seu Jeoval, Tagibe, Valdecir, Gaudêncio, Prudêncio, Zuilton Ferreira, Darinha (1ª mulher Mestre de Congo do ES) e tantos outros e outras. Assim, guiado pelos sete tambores, uma buzina, dois chocalhos, uma cuíca e uma casaca, instrumento típico do Espírito Santo, as Bandas de Congo seguem animando os foliões e revivendo a ritualística em cada cântico, dança e brincadeira de João Bananeira (SOUZA, 2005; SILVA, 2019), que só revela sua identidade no final da festa.

Ainda que o Carnaval de Congo tenha se alterado, essa tradição possibilita que as famílias da localidade reatualizem e experienciem a sua cultura, a ancestralidade e a arte, passada de pai para filho. Cabe dizer que na região de Roda D'Água há várias bandas, dentre

elas: a Taquaruçu, Banda de Roda D'água, Unidos de Boa Vista, São Benedito, São Sebastião, Piranema, Santa Izabel e Cia Cumby, além das bandas mirins (SILVA, 2019).

A primeira vez que ouvi falar de Roda D'Água e do Carnaval de Congo foi através de conhecidos, lá no início dos anos 2000. O que se comentava é que era uma festa muito animada e que todo mundo saía enlameado, já que nesse período a festa acontecia no campo de futebol da localidade, bem no estilo campo de várzea. Por conta da dificuldade de acesso via transporte público, já que os ônibus para Roda D'Água têm horários bem escassos, mesmo em dia de festa, demorei muito para conhecer a festividade. Apenas em 2018, a convite de amigos, é que estive por lá. E realmente saí de lá bem enlameada. Mas, a festa é muito envolvente. Há João Bananeira por toda a parte, pulando, brincando e se divertindo. Mesmo que tudo se passe num espaço cercado, similar àqueles Parques de Exposições de eventos agrários, os cortejos, a Missa e os mascarados são o ponto alto da homenagem à Santa. Como memória desse dia, ganhei um cordão que tem como pingente uma mini máscara de barro do João Bananeira, algumas fotos e reminiscências que me fazem querer recontar a história desse personagem tão simbólico para Cariacica e para o Estado.

Por conta disso, nossa proposta dialoga com as constatações que a Prefeitura de Cariacica obteve na pesquisa “Identidade e expectativas do cariaciquense”²⁰, realizada em 2010 e que ouviu 820 pessoas, com idade acima de 16 anos, nas 13 regiões da cidade. Apesar do Congo figurar entre um dos Patrimônios Culturais mais citados pelos entrevistados (22%), o estudo ressalta que 33% das pessoas não responderam ou souberam indicar um símbolo da cultura cariaciquense. (CARIACICA, 2012). Nesse sentido, a Prefeitura, através da Secretaria de Cultura, vem criando mecanismos para fortalecer a identidade do munícipe, como, por exemplo, a instauração do Fundo Municipal de Cultural, em 2010, e a Lei de Incentivo Cultural João Bananeira, em 2005. Seguindo o propósito da pesquisa, analisarei esse último.

A Lei João Bananeira foi criada sob a Lei Municipal 4.638/2005, denominada Projeto Cultural João Bananeira, mas só foi implementada em 2007, pelo Decreto nº 91, e teve o primeiro edital publicizado em 2008. Sendo que foi a terceira Lei de Incentivo Cultural criada no ES. Essa passou por duas fases. Na primeira, os proponentes após terem os projetos aprovados, tinham que buscar patrocínio nas empresas da cidade, similar ao proposto pela Lei

20 No estudo, dentre os elementos identificados como Patrimônio Cultural pelos moradores estão o Congo (22%), o time de futebol Desportiva (15,5%), o Estádio Kleber Andrade (13,1%), a Igreja Matriz de Cariacica-Sede e as danças folclóricas italianas e alemãs foram mencionadas por 10,4% dos entrevistados. Entre os objetivos da pesquisa de opinião, estava o de contribuir para um entendimento da identidade do cariaciquense e do capixaba. (CARIACICA,2012).

Chico Prego de Serra. A verba era repassada via renúncia fiscal anual de 1% a 5% do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). As propostas deveriam se encaixar em duas áreas, os Projetos Especiais – para atender o interesse direto do Município –, e os Projetos de Incentivo às Artes – que contemplava as mais diversas áreas, entre música, teatro, circo, ópera, cinema, fotografia, vídeo, artes plásticas e gráficas, filatelia, folclore, capoeira, artesanato, formação profissional e de plateia (CARIACICA, 2007). Vale dizer que nessa primeira fase o edital recebia proposta da área de Literatura, mesmo que tal Decreto não a mencionasse.

Na segunda fase, a Lei sofre alteração na forma de repasse para os proponentes, de incentivo fiscal para financeiro. Tal modificação foi regulamentada pela Lei nº 5.477, de 13 de outubro de 2015, e pelo Decreto nº 197/2015. Outra mudança foi a ampliação das áreas culturais abarcadas na categoria Projetos de Incentivo às Artes, conforme Artigo 5º inciso § 2º,

[...] correspondem aos projetos elaborados e apresentados por produtores culturais relacionados às áreas e as atividades de artes musicais, artes cênicas (dança, teatro, circo, ópera e afins), audiovisuais (cinema, vídeo e afins), artes visuais (colagens, gravuras, fotografia, moda, paisagismo, decoração, charges, quadrinhos e afins) artes literárias, artes plásticas, cultura popular (carnaval, folclore, capoeira e artesanato e afins), arte contemporânea (novas mídias, performance, instalação, manipulação digital e afins). (CARIACICA, 2015, p.1)

Além disso, a Lei João Bananeira instituiu um limite máximo de R\$ 710 mil para as propostas, sendo que até 50% (R\$ 350 mil) são destinados para os Projetos Especiais, e o restante para os de Incentivo às Artes (com teto de R\$29.500 cada), podendo variar a cada edital. Outro ponto importante, é que apenas os moradores do município, que comprovem endereço físico ou jurídico, podem participar dos editais. Independente das reformulações, a Lei segue lançando editais e fomentando a cultural local, fortalecendo a identidade e oportunizando aos munícipes o contato com vastos projetos e produtos gerados por artistas, produtores e agentes culturais de Cariacica.

Olhando para o campo da Literatura, ou Artes Literárias como indica o Edital, são aceitas propostas que abarquem conto, romance, epopeia, poesia lírica, elegia, ode, cantiga, comédia, tragédia, fantasia, ficção científica e outros subgêneros afins. (CARIACICA, 2015). Como contrapartida, o proponente deve disponibilizar 10% dos exemplares para o município, e quando for e-book (arquivo digital) deve ser distribuído gratuitamente em até 5 unidades em DVD e/ou CD-ROM, com a premissa de que se realize no mínimo duas oficinas em escolas da cidade, orientando professores para seu uso. Além disso, os lançamentos devem ser

amplamente divulgados e aberto ao público, informando devidamente a Secretaria Municipal de Cultura (SEMCULT).

A respeito da Literatura, foco de nosso trabalho, tivemos acesso a 8 editais, que contemplam a primeira e a segunda fase da Lei João Bananeira (2008 a 2010, 2013, de 2015 a 2018). Cabe mencionar que não localizamos nos editais de 2008 e 2009 obras voltadas para o público infantil e juvenil. Ainda assim, nos demais editais, o segmento de Literatura teve 45 propostas aprovadas. Dessas, identificamos 12 publicações destinadas ao público infantil e juvenil, conforme tabela:

Tabela 2 – Livros infantis e juvenis publicados pela Lei João Bananeira (2008 a 2018)

Ano	Título do livro	Autor
2010	Livro Ilustrado – Montanhas da Grande Vitória: Seus Encantos e mistérios”	Samira Taquetti Ghamem
2013	Contos sobre o cotidiano cariaciquense.	Ernesto José M. Caetano
2013	Almanarte em... a história do seu lixo	Renata Rosa Weixter
2013	Projeto do Livro a viagem do pássaro de fogo.	Sandra Temistocla Nascimento
2013	Cartilha das crianças.	Zelina Berger
2015	Cariacica em versos	Cinthia Pretti Azevedo
2015	Livro biográfico-pé no chão	Zeni Berger
2016	Quem encontrará Bill	Jaci Ludgero De Souza
2016	Colorindo meu Espírito Santo	Andréa Espíndula
2017	Reedição do Livro Cariacica em Versos com Áudio Book	Cinthia Pretti Azevedo
2018	10 lendas capixabas que nunca te contaram	Andrea Espíndula
2018	Ser Cariaciquense	Jessika Schoeffe Dos Santos Silva

Fonte: Prefeitura Municipal de Cariacica (2021)

Dentre as publicações, 9 livros mencionam histórias negras e/ou indígenas, dentre elas: *Montanhas da Grande Vitória: Seus Encantos e mistérios*, de Samira Taquetti Ghamem; *Contos sobre o cotidiano cariaciquense*, de Ernesto José M. Caetano; *Almanarte em...a história do seu lixo*, de Renata Rosa Weixter; *A Viagem do Pássaro de Fogo*, de Sandra T. Nascimento; *Cariacica em versos*, físico e e-book, de Cinthia Pretti Azevedo; *Colorindo meu Espírito Santo e 10 Lendas capixabas que nunca te contaram*, de Andréa Espíndula; e *Ser Cariaciquense*, de Jessika Schoeffe dos Santos Silva.

Ao me debruçar sobre a autoria, os títulos e as narrativas percebo uma diversidade e equilíbrio entre os sujeitos étnico-raciais que se propõem a recontar nossas histórias. Isso significa que são autores/as que partem de outra condição e experiência, que não os canônicos

e/ou hegemônicos, e que nas histórias há uma maior valorização dos personagens e da cultura negra dessa localidade, afastando um discurso estereotipado.

Nesse sentido, isso acaba por reverberar nas histórias com a existência do narrador-personagem, que participa como um dos personagens e, ao mesmo tempo, conta a história, como nas obras *10 Lendas capixabas que nunca te contaram*, *Ser Cariaciquense e a Viagem do Pássaro de Fogo*. Essa postura se torna positiva, na medida em que aproxima o leitor da realidade, da ambiência espacial e cultural da/o escritora/o e de Cariacica. Isso pode ser percebido nos versos abaixo, do Poema “Carnaval de Máscaras de Congo”, de Cinthia Pretti Azevedo.

Poema Carnaval de Mascaras de Congo

Carnaval de Máscaras de Congo, Roda D'Água
 Em Roda D'Água encontramos uma festa tradicional
 O Carnaval de Máscaras de Congo
 Evento único nacional
 Se eia vai a Penha, em Roda D'Água louvamos a ela também
 Com estandarte e com tambores em procissão com toda a fé: amém
 Nesta festa da alegria, o congo faz a poeira levantar
 Traz a cultura que um dia, o branco quis aprisionar
 O Carnaval de Congo tem ainda um personagem principal
 É o João Bananeira, para alegria deste carnaval
 Com máscara e folhas de bananeiras o personagem vai brincar
 Com crianças e adultos sem sua identidade revelar
 Se você quer dançar congo, dessa festa venha participar
 Salve a cultura de Cariacica, vamos todos preservar. (AZEVEDO,2020)

A respeito do poema, a autora no formato e-book/vídeo(youtube/audiovisual) traz a atmosfera do Carnaval, com sons da casaca, dos tambores e dos instrumentos utilizados nessa festa e, ainda, confronta o imaginário social sobre a produção cultural-artística do negro, quando cita no verso “traz a cultura que um dia, o branco quis aprisionar”, elevando o conhecimento afro-brasileiro ao âmbito cultural, e não apenas popularesco e/ou folclore. Ainda assim, considero baixo o quantitativo de livros direcionados para o público juvenil, similar ao que ocorre em Serra.

3.1.3 SÃO MATEUS: Análise da Lei Graciano Neves de 2009 a 2018

O município de São Mateus fica ao Norte do Estado do Espírito Santo, fazendo divisa com as cidades de Conceição da Barra, Boa Esperança, Pinheiros, Linhares, Jaguaré, Vila Valério, São Gabriel da Palha, Nova Venécia e o Oceano Atlântico. Segundo estimativas do IBGE, do ano de 2021, São Mateus possui 134.629 mil habitantes. A economia gira em torno

da área de serviços, da exploração do plantio de eucalipto, por parte da Aracruz Celulose S/A, atual Fibria Celulose S/A, do minério pela Companhia Vale do Rio Doce. E, da década de 1970 em diante, da exploração de petróleo, após a descoberta de poços no local, o que ocasionou a instalação, em 2000, do Terminal Norte Capixaba (SÃO MATEUS, 2021).

Os primeiros registros do local datam de 1544, considerada uma das cidades mais antiga do país. Antes de receber esse nome, em homenagem ao santo católico São Mateus, por conta da visita do padre José de Anchieta em 21 de setembro de 1764, a localidade era chamada Cricaré, devido ao Rio de mesmo nome que atravessa a cidade. No período colonial, do século XVI até XIX, esse território era considerado área baiana. Apenas nas primeiras décadas do século XIX, é que as terras da Vila de São Mateus são restituídas ao Espírito Santo, tornando-se município em 1848. Ainda assim, as influências baianas no município são várias perpassando a culinária tradicional, os cultos aos orixás e, principalmente, o contingente populacional afro-brasileiro (OLIVEIRA, 2011). Isso ocorre, pois, do século XVI a XIX São Mateus “era o maior centro capixaba de escravos [escravizados] e para lá se concentrava a migração dos baianos” (SALETTTO, 1985 apud MACIEL, 2016, p.75).

A porta de entrada para o tráfico e a comercialização de escravizados se deu pelo Porto de São Mateus, em que Congos, Crioulos, Sudaneses muçulmanos e os povos de Angola, especificamente de Cabinda e Benguela, foram desembarcados. Somando-se a mola colonial escravocrata estabelecida nesta cidade, os polos de Cachoeiro de Itapemirim, ao sul, e de Vitória, na região mais ao centro do ES, também movimentaram e alavancaram a vida da capitania e sua economia (MACIEL, 2016). Para além disso, o Porto de São Mateus tem papel significativo, visto que “por lá, desembarcou a Princesa Zacimba Gaba, e o local foi palco das lutas e da resistência histórica do povo negro” (DAMASCENO, 2010).

A respeito de Zacimba, foco de uma de nossas histórias do produto educacional, o meu primeiro contato com ela foi através do “Festival – Lugar de Mulher é Onde Ela quiser”, realizado embaixo da Ponte da Passagem, em Vitória, no ano 2015, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Nesse evento, observei atentamente uma poetisa de nome Zacimba recontando em versos e pontos da umbanda a história da princesa. Fiquei encantada com a maneira como tudo aquilo foi narrado, a performance e a entonação me envolveram de uma forma que nem sei explicar. E foi a partir daí que comecei a pesquisar sobre Zacimba Gaba.

Na internet, encontrei vários sites que relatavam a história da Princesa, e, em livros, localizei apenas dois de escritores capixabas, são eles: *Os Últimos Zumbis: A saga dos negros do Vale do Cricaré durante a escravidão* (2001), de Maciel de Aguiar e *Zacimba Gaba, a*

Princesa Guerreira: a história que não te contaram (2014), de Noélia da Silva Miranda Araújo. O primeiro, além de trazer a história de Zacimba, relata, a partir do contato com os descendentes de escravizados e de uma perspectiva historiográfica, outros personagens e narrativas da região de São Mateus, como, por exemplo: Constância de Angola, Benedito Meia-Légua, Viriato Canção-de-Fogo, Negro Rugério etc. Já o segundo, voltado para o público infanto-juvenil foca na história da Princesa de forma lúdica e empoderada. A história da Princesa Zacimba Gaba remonta o século XVII, período em que foi traficada da região de Cabinda, atual Angola, para o Brasil, especificamente o Porto de São Mateus, no Espírito Santo. Ela e outros súditos foram levados para a fazenda do Senhor José Trancoso. Com o passar dos dias nesta propriedade, o Senhor percebeu que Zacimba recebia tratamento diferenciado entre os negros escravizados.

Por conta disso, após saber que tinha uma Princesa em sua senzala, Zacimba foi levada para a casa-grande, sendo castigada várias vezes e por muito tempo. Cansados de ouvirem os gritos de dor e lamento da Princesa, os escravizados começaram a arquitetar um plano de fuga para ela, e conseqüentemente para todos. Nesse período, era comum os senhores escravocratas serem mortos por envenenamento. Conforme nos diz Araújo, “os antigos da redondeza diziam que eles eram envenenados com um pó extraído da cabeça de uma cobra chamada preguiçosa. Esse pó era colocado no alimento dos donos da casa-grande” (2014, p.18). Assim, Zacimba pediu a seus irmãos que conseguissem a tal cobra, que logo todos estariam livres, conforme completa Araújo,

Após alguns meses, a fuga estava planejada, arquitetada, e nada, mas nada, poderia dar errado. Desses planos, surgiu o início da liberdade de milhares de homens, mulheres e crianças. Numa certa noite, o Sr. José Trancoso, o dono da fazenda, apareceu envenenado e naquela mesma noite a princesa se libertou das correntes. Fugiu com seu grupo e comandou a revolta dos escravizados da região; juntaram-se todos contra a humilhação e sofrimento de serem arrancados de suas famílias em outro continente. (ARAÚJO, 2014, p.20).

Nos registros que localizamos, essa narrativa do envenenamento é recorrente, e que após a derrocada do Senhor, os escravizados mataram todos os capatazes, poupando apenas a família deste (PROJETO CRICARÉ, 2012). Depois de libertar todos, Zacimba auxiliou seus irmãos e irmãs pela mata fechada, até Riacho Doce, na região de Itaúnas, Conceição da Barra, fundando por lá um quilombo. Além disso, em conjunto desses ela liderou os ataques aos navios que chegavam ao Porto de São Mateus, na intenção de libertar os escravizados sequestrados para essa nova terra. Durante dez anos, Zacimba lutou para libertar seu povo, findando apenas com sua morte em um desses ataques.

Essa história, além de derrubar a ideia que negros descendem de escravizados, ressemantiza o signo da mulher negra e, também, trata de protagonismo, saberes e fazeres ancestrais, corroborando com o que Araújo traz nos agradecimentos de seu livro “[...] o livro é nosso. Está história não é só minha, ela é do povo negro e está na oralidade dos mais velhos nos quilombos do Sapê do Norte²¹, um livro cheio de ancestralidade, ilustrado e convidativo” (ARAÚJO, 2014, p.2). A autora, ainda, complementa, o que acaba por dialogar com nosso propósito e pesquisa, “coube a mim criar a primeira versão com narrativa adaptada para o público infantojuvenil, pois somos carentes de histórias do povo negro no Estado do Espírito Santo” (ARAÚJO, 2014, p.2).

Nesse sentido, ao nos voltarmos para a análise da Lei de Incentivo de São Mateus que tem como prerrogativa a preservação do patrimônio cultural, local, dos bens materiais e imateriais, observamos que tal normativa está perecendo. Isso porque, a Lei de Incentivo Cultural Graciano Neves, nome de um político conhecido na região (Anexo C), criada sob a Lei Municipal de nº 825, de 27 de novembro de 2009, por determinação da Lei orgânica 001/90 de 05 de abril de 1990, com a nomenclatura de “Projeto Cultural” até o momento não foi implantada. Em 2018, houve um esforço por parte da atual Secretária de Cultura de São Mateus, Domingas dos Santos Dealdina, na elaboração de um regulamento para a implantação da respectiva lei, porém o processo não avançou.

Devido a isso, não temos como analisar as publicações voltadas para a Literatura Negra Capixaba Juvenil, similar ao que fizemos nas cidades de Serra e Cariacica. Ainda assim, vale citar o empenho e engajamento tanto da Secretária, Domingas Dealdina, que atua no movimento negro desta região há alguns anos, e de outras entidades, como, por exemplo: a Comissão Quilombola do Sapê do Norte (2002), a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo “Zacimba Gaba”(desde o início dos anos 2000), o Centro de Cultura Negra do Vale do Cricaré (década de 1980) e a Comissão Permanente de Estudos Afro-Brasileiros (Ceafro), criado sob o Decreto 10.115 de 2018, subordinada à Secretaria

21 Esta região compreende parte do território de São Mateus e de Conceição da Barra, e há mais de 50 quilombos certificados pela Fundação Palmares, assegurados pela Constituição Federal de 1988, bem como pelo Decreto 4.887/2003, e ainda há outros estão em processo de certificação. O termo “sapê” é usual entre os quilombolas e se refere, como nos diz o Osvaldo Martins de Oliveira “[...] à extensão territorial onde se encontra a maior parte de suas comunidades, é concebido também como territorialidade de suas práticas, saberes e modos de vida sagrados. O termo *sapê* se refere a uma gramínea bastante abundante nas terras cultivadas pelas famílias negras e que não é consumida pelo gado e nem pelos animais de carga. Nem os tratores das empresas que cultivam a monocultura dos eucaliptos na região, que arrasaram a vegetação nativa, conseguiram extirpar o sapê, visto que ele continua renascendo em meio aos eucaliptos. [...] Os quilombolas associaram a capacidade de se recompor do sapê aos seus movimentos políticos e culturais para se manterem na terra” (OLIVEIRA, 2009, p.11).

Municipal de Educação de São Mateus. Invariavelmente, esses Espaços Afirmativos auxiliam no enfrentamento e combatem ao epistemicídio da terra-território, dos bens materiais e imateriais, reivindicando os direitos e lutas dos povos ancestrais desta região, esgarçando e dialogando com nosso propósito, pois, proporcionam a valorização e resgate dos bens culturais de negros e negras.

Nesse sentido, o Centro de Cultura Negra do Vale do Cricaré e a Ceafro vem fomentando de forma incisiva a produção, publicação e discussão de nossas histórias negras. O primeiro, inclusive chancelou a publicação de livros e coletâneas, como a obra *Signo na Pele (1981)*, de Waldo Motta. Já o segundo, ainda que tenha sido implantado recentemente, pois a Comissão Estadual foi criada em 2004, e na cidade vizinha, Conceição da Barra, tal comissão já existe desde 2007, o esforço desta é importante e urgente à medida que propõe intensificar e viabilizar os propostos pela Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 “com vistas à implementação na Rede Municipal de Ensino, estabelecendo a inclusão no currículo oficial da obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’” (SÃO MATEUS, 2018, p.2). Desse modo, ainda que a Lei de Incentivo Graciano Neves não tenha sido colocada em prática, a autoria negra em São Mateus vem se articulando por outras vias e estratégias, não apenas no campo literário, mas também nas produções intelectuais, econômicas, sociais etc., por meio destes espaços citados e por outros que extrapolam o proposto de nossa pesquisa.

PARTE 4

Eu quero poder narrar ...

Capítulo 4 – Produto Educacional - Livro: Quem vai contar nossas histórias negras?

O produto resultante desta pesquisa é um livro com viés antirracista, que pode se voltar para âmbito educacional, na perspectiva da Lei 10.639/2003, e da Literatura Negra-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil (LINEBEIJU), pensada por Kiusam de Oliveira. O livro intitulado “Quem vai contar nossas histórias negras?”, contendo aproximadamente 25 páginas, direciona-se para o público juvenil, podendo alcançar outros públicos também.

A produção é composta por 4 histórias, sendo a primeira, referente à narradora, a personagem vovó Ana, que conta e reconta as histórias para sua neta de mesmo nome, conduzindo o leitor por dentro dos cenários capixabas, numa viagem por esse território. Além disso, traz 3 histórias negras e/ou afro-brasileiras que ocorreram no território do Estado do Espírito Santo, dentre elas: João Bananeira e a ânsia por participar dos festejos do Carnaval de Máscaras de Congo de Roda D'Água, em Cariacica; a luta da Princesa Zacimba Gaba para libertar a si, seus irmãos e irmãs na região de São Mateus; e, também, a engenhosidade e astúcia de Chico Prego, Elisário Rangel, Carlos, João Monteiro e João (O Pequeno) para insurgir no que ficou conhecido como Revolta de Queimado, na região de Serra. Cabe dizer que as histórias contam com ilustração dos personagens e/ou foto/desenho de um símbolo que represente o local de ocorrência.

As ilustrações, pelo menos da capa, da família da narradora e da Princesa Zacimba Gaba foram desenvolvidas pela artista, Graduada em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Espírito Santo, mulher negra e baiana, Ione Reis²². Esses desenhos foram produzidos com tinta acrílica, giz pastel e lápis dermatográfico sobre papel tamanho A3, e utilizou-se cores terrosas e quentes, como: amarelo, vermelho e marrom; que já fazem parte da paleta de cores

22 Ione Reis (1997), nasceu na cidade de Itabatã no extremo sul da Bahia. Começou a se envolver e se interessar pela arte através dos projetos culturais que haviam na escola pública que frequentou durante o Ensino Médio. A artista apresenta uma poética ligada à figura do corpo preto, suas memórias, expressões e culturas, e tem por objetivo ressignificar a imagem estereotipada e marginalizada de pessoas pretas, contestando os tipos de invisibilização que as perpassaram durante e após a diáspora africana. Para isso a artista utiliza referências subjetivas, de uma ancestralidade afro-indígena. Como lembranças de sua própria infância, das histórias contadas por suas/seus familiares e das percepções do seu cotidiano. Esses aspectos são evidenciados por meio de retratos que destacam bem as expressões e olhares dessas pessoas representadas, nas cores: amarelo, marrom e vermelho, e das texturas presentes em suas obras que permitem uma contemplação das formas orgânicas das tintas e outros materiais utilizados. É Graduada (Bacharel) em Artes Plásticas pela UFES; pesquisadora no LitERÊtura – Grupo de estudos e pesquisas em diversidade étnico-racial, literatura infantil e demais produtos culturais para as infâncias; capoeirista no Grupo Beribazu – UFES, integrante do coletivo de artistas negras, Pretas inCorporações e do movimento Nacional TROVOA. Fonte: A artista/informação verbal (2021)

que a artista utiliza. A ideia das ilustrações foi destacar e evidenciar os traços de cada indivíduo, estabelecendo um forte contraste entre os tons claros e escuros, sombras e luz, demarcando um lugar afro-indígena.

Para a construção deste produto, seguimos como metodologia a pesquisa bibliográfica-documental, possibilitando o contato com Teses, Dissertações e Livros que versavam sobre as histórias retratadas aqui. Além disso, tivemos a “Escrevivência” como método, quando recorro às minhas memórias e o modo como obtive conhecimento a respeito dessas, propiciando o recontar e revisitar de nossas histórias negras do território capixaba. A estrutura de cada narrativa se aproxima dos “contos”, pois as histórias se apresentam de forma curta, mesclando texto ficcional e real.

Nesse sentido, tentamos fazer um movimento similar ao que Kiusam de Oliveira faz na LINEBEIJU, de recontar histórias ancestrais, passadas de boca para ouvido no decorrer do tempo, que tem a palavra-viva como geradora de movimento e ação (HAMPÁTÊ BÁ, 2010). Além disso, as narrativas primam pela reversão de um vocabulário e imaginário estereotipado em relação aos negros, ainda que se parta de gestos e fatos do período escravocrata no ES.

A ideia de pensar um livro como produto educacional se motiva pelo fato de (1) é algo que os professores e os mediadores da leitura já estão habituados a utilizar em sala de aula e/ou outros espaços de ensino, como apoio dos conteúdos a serem explicados; (2) o livro visa romper a linguagem e o discurso eurocêntrico, somar-se a várias escritoras e escritores que estão produzindo Literatura Negra, pensada numa perspectiva antirracista; e, ainda, por (3) identificar a ausência de narrativas negras e afro-brasileiras, para crianças e jovens, com personagens, causos e histórias decorridas no Espírito Santo, como é o caso de Zacimba Gaba, que em nossa pesquisa só localizamos duas obras que tratam desta (ARAÚJO, 2014; AGUIAR, 2001).

Desse modo, como exigência do Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), da UFSB (Campus Jorge Amado / Itabuna-BA), esta dissertação de mestrado contempla socializar e ampliar os resultados deste trabalho com o público em geral, educadores e mediadores da leitura que estão em escolas da educação básica, na Educação não-formal e Informal, e em Espaços Afirmativos, por meio da possibilidade de publicação via Leis de Incentivo e/ou outras políticas públicas, nas bibliotecas públicas municipais, estaduais, comunitárias e em ações culturais e artísticas do ES. Por fim, o material que compõe o final desse capítulo é o livro/e-book, em sua versão final, após as considerações da banca, no formato digital/pdf contendo aproximadamente 25 páginas.

Quem vai contar

NOSSAS HISTÓRIAS NEGRAS?

Revisitando Histórias Capixabas



Alessandra Barbosa Adão

Ilustração: Ione Reis

© Alessandra Barbosa Adão, 2021.

Produção independente.

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução parcial ou integral deste livro, salvo para fins educacionais e com os devidos créditos.

Edição e revisão: Alessandra Barbosa Adão.

Ilustração dos personagens: Ione Reis

Figuras/Fontes: Prefeitura Municipal de São Mateus (Porto de São Mateus), Fundação Palmares (Igreja de São José de Queimado), Prefeitura Municipal de Cariacica (João Bananeira), Arquivo pessoal e Canva.

Orientação do Projeto de Pesquisa:

Prof.º Dr.º Guilherme Fóscolo de Moura Gomes

Este e-book de literatura infantil e juvenil é resultado da pesquisa de Mestrado, intitulada "(Re)Contando Histórias Capixabas: A Escrivência como ponte para a escrita feminina e negra", vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), realizada no período de 2019 a 2021.



Apresentação

As histórias que compõem esse livro são um convite a se aventurar por um mapa, às vezes imaginário e às vezes bem real, do território capixaba. O intento é levar você, leitor, a conhecer, degustar e revisitar histórias negras que pouco circulam por entre e dentre o Estado do Espírito Santo.

Além disso, quero propor uma viagem para quem nasceu no Estado, para os turistas e para os que fixam moradia por aqui. Então, permita-se conduzir pelas cidades de Serra e Cariacica, que fazem parte da Região Metropolitana da Grande Vitória, e São Mateus, mais ao Norte do Estado, e pelos personagens João Bananeira, Chico Prego e os revoltosos, e Zacimba Gaba.

A partir do título “Quem vai contar nossas histórias negras?” instigo um outro olhar para a História, recontando-as de uma outra perspectiva, dos que foram silenciados e apagados dela.

Tento, e foi um esforço legítimo, reverter a escrita sobre as diversas formas de resistências e vivências de negros em solo capixaba, que se apresentou através das cantorias, batuques, quilombos, fuga, envenenamento e outras formas ainda nem registradas, que (re)existimos por aqui.

Vale dizer que esse livro ainda se constitui como uma provocação e possível resposta ao título, e, também, integra uma densa e intensa pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), ofertado pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), campus Jorge Amado (Itabuna/Bahia). Por fim, estendo a vocês essa provocação: quem vai contar nossas histórias negras?

Onde tudo começou!

Esse livro poderia ser mais um daqueles com histórias de príncipes, princesas e heróis...ele também tem tudo isso. Mas sabe qual é a diferença? Ele traz as nossas histórias: heróis, príncipes e princesas que viveram entre nós, ou foram criados pelo imaginário dos nossos mais velhos.

Pois, bem, vamos a elas!

- Aninha, acorda! Já está quase na hora de sairmos, filha.

Era uma manhã de outono, dessas que amanhece fazendo aquele friozinho gostoso, que pede para ficar mais um bocadinho na cama. Mas, Aninha precisava levantar cedo, escovar os dentes, arrumar os longos cabelos cacheados, colocar seu vestido novo, com o casaquinho que sua avozinha havia feito – especialmente combinando – para viajar.

Ela, a mãe e o pai, precisavam sair mais cedo de casa, para ainda apanhar a Vovó Ana, de quem a menina herdou o nome, para caírem na estrada. A pouco, haviam recebido a notícia que sua tia estava prestes a dar à luz. O primo de Aninha iria nascer, e ela queria que todos os que participaram dessa longa espera estivessem reunidos para celebrar.

E sabe por quê? Esse não era um nascimento e pronto. Era sim, motivo de muita celebração.

Mesmo pequena, Aninha ouvia pelos cantos da casa, a avó e a mãe conversarem sobre a tristeza que foi quando o primeiro bebê não vingou. E mais triste ainda, foi quando o médico disse que a tia talvez não pudesse ter filhos.

Mas, isso não desanimou a avozinha. Não ela, que tanto sabia cuidar dos outros, que já havia encontrado solução para tantas outras doenças do corpo e da alma das pessoas. Ela iria encontrar uma solução, nos banhos e benzimentos, que havia aprendido com os mais velhos da família. E não é que deu certo?!?

Agora, estavam eles que moram em Porto Seguro, se organizando para irem ao Espírito Santo, terra natal da avó e dos pais de Aninha, para participarem desse momento tão especial.

- Poxa, mas é tão longe! A viagem será muito chata. Resmungava a menina...

- Não se preocupe, meu benzinho. Durante a viagem, eu vou te contar histórias bem legais! Responde vovó Ana.

Dona Ana criou seus três filhos, praticamente sozinha. Assim como outras mulheres negras de sua família, de sua comunidade e deste país, desde muito nova já trabalhava para ajudar a mãe a criar seus irmãos menores. Entre um cuidado aqui e ali, e a lida diária, sempre sonhou em concluir os estudos e dar um futuro melhor para os seus. Conquista que hoje usufrui e partilha com todos de seu convívio.

De uma inteligência impar, sabia fazer chás e preparos, transmitir conhecimentos que aprendeu com seus pais e avós, e, ainda, contar e recontar histórias, e envolver todos nelas.

A viagem seguia com Aninha atenta às Histórias divertidas de sua avó. E quando estavam chegando a São Mateus, seu Genro lhe sugeriu:

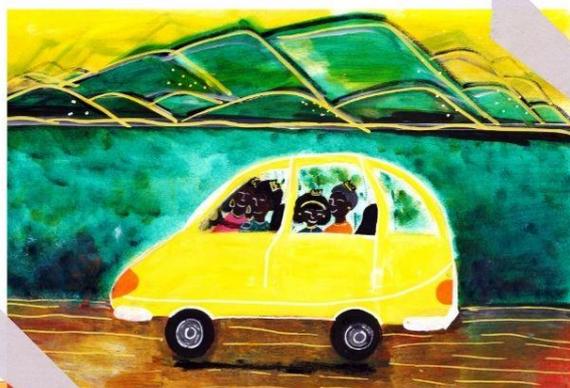
- Dona Ana, conta aquela história da mulher guerreira que viveu aqui em São Mateus. Entre as que a senhora conta, essa é a que eu mais gosto.

- Conto sim! - respondeu Dona Ana, animada - mas antes, me diga uma coisa: por que você gosta dessa história?

- Ah, é porque essa história me lembra muito a senhora! Sempre que eu a ouço, me orgulho de ter ao meu lado, mulheres tão fortes como a senhora e minha esposa. E sei que a minha Aninha crescerá e, também, se tornará uma mulher empoderada e forte.

- Quem é essa mulher, vovó? - pergunta Aninha, com os olhos brilhantes de criança esperta e curiosa.

- Pois muito bem, se é assim, então vou lhe contar a história de Zacimba Gaba. E olha, não é pra me gabar não, mas quando eu era mais moça, diziam que eu me parecia com ela. Zacimba era tão destemida, que parecia uma filha de Oyá.





Porto de São Mateus (Fonte: PMSM)

Zacimba Gaba

É lá no Norte do Espírito Santo, na cidade de São Mateus, que antigamente fazia parte do Estado da Bahia é que se passa essa primeira história. Em um tempo que os navios trafegavam de um lado pro outro do Continente. E foi em um desses navios que alguns negros, inclusive a Rainha Zacimba Gaba, foram raptados para cá. Ela era Rainha da nação de Cabinda, em Angola, na costa oeste da África.

De face negra e linda, jovem, alta, astuta e inteligente, Zacimba, mesmo retirada de sua família e reinado, manteve seus valores, tradições e saberes culturais sagrados na nova terra. Assim que chegou em terras capixabas, foi transportada para a fazenda do Sinhô José Trancoso. Por lá, trabalhava duro junto de outros negros e negras, a quem chamava: irmãos e irmãs.

Durante algum tempo ninguém a reconheceu, e essa foi uma estratégia que usou para que por dentro da senzala ou na plantação pudesse ajudar os seus companheiros e companheiras de luta. Ao ficar na encolha, conseguiu planejar festejos e a fuga de muitos e muitas, de retorno para África ou do acolhimento em Quilombos, montados perto destas terras.

Em um desses festejos, realizado num Quilombo que Zacimba sabia o caminho de cor e salteado, teve comilança, dança e contos. Muitos, ela própria contava, reunindo todos e todas em torno de si para ouvir histórias, provérbios e ensinamentos de coragem, valentia e afeto.

Mas essa movimentação começou a chamar a atenção dos fazendeiros de perto e de longe. E logo o buxixo se espalhou, chegando aos ouvidos do Sinhô.

Não demorou muito, Zacimba foi pega e aprisionada na Casa-Grande, tendo de varrer, lavar e atender aos mandos do Sinhô. Mesmo diante do castigo, ela não se dava por vencida.

- Eu preciso sair daqui! Preciso dar um jeito de fugir. Pensava a Rainha.

Nos primeiros dias na Casa-Grande, Zacimba foi confrontada a todo momento.

- Fale logo, onde ficam os quilombos? Ouvi dizer que você é Rainha, é isso mesmo? Fale ou será castigada!!!

Zacimba não cedia e aguentava todos os tipos de castigo. Enquanto isso, os seus irmãos e irmãs, inspirados pela valentia dela, planejavam uma forma de tirá-la de lá.

Certo dia, um deles se aproximou do local que Zacimba estava aprisionada e conseguiu avisá-la do que estavam planejando.

- Zacimba, logo logo iremos te tirar daqui. Avisa o irmão Rugério.

- Não faça isso, meu irmão. De que adianta eu escapar, se outros ainda serão castigos e explorados por esse homem? Alerta a Rainha.

- Mas, você não pode ficar aí para sempre!

- Vamos agir com calma. Faça o seguinte: me traga, assim que conseguir, uma cobra preguiçosa.

- Mas, Zacimba!??

- Rugério agirei por aqui. Avise os irmãos e irmãs para não se preocuparem comigo. Tudo se resolverá.



Passado alguns dias desse encontro, Zacimba foi castigada outras vezes. Como não se entregava, mesmo diante dos chicotes, o Sinhô resolveu colocá-la na cozinha da casa para observar de perto os passos dela.

- Uma hora essa mulherzinha irá contar onde fica os quilombos. Se realmente ela for Rainha como dizem, os outros da senzala vão acabar entregando ela.

Depois de uma semana na Casa-Grande, Rugério conseguiu entregar a cobra para Zacimba. Como ela era responsável por ajudar na cozinha, e já não sofria castigos, teve como planejar uma artimanha para escapar dali.

O que ninguém sabia era que as cozinheiras, que por ali trabalhavam, partilhavam do mesmo sentimento e luta de Zacimba. Logo, nessa grande rede de afeto e fuga, elas ajudaram a Rainha a fugir. Mas, elas precisavam agir com cautela, já que o Sinhô estava muito desconfiado delas e de tudo o que serviam nas refeições.

Até porque nesse período, começaram a correr notícias de envenenamento de vários fazendeiros do entorno. Então, sempre que era servido algo para o Sinhô ou seus familiares, antes ele pedia para que os serviçais experimentassem. Só para confirmar se estava envenenado ou não.



Astuta que era, Zacimba pegou a cabeça da cobra, macerou bem no pilão até virar uma massa. Depois colocou no sol pra secar e macerou novamente até virar um pó. E, foi com esse pó que Zacimba começou a colocar seu plano em prática.

Mas, ela tinha que tomar cuidado e usar a dose certa do pó da cobra, caso contrário, mataria seus irmãos que trabalhavam ali na casa. Após esse preparo, a cada dia Zacimba colocava com extrema destreza a dose do veneno nas comidas que servia.

Como o efeito do veneno não era imediato, e em pequenas doses, ela ficou na casa por pelo menos uns dois meses. Servindo, dosando e observando a movimentação do Sinhô, como em um ritual.

Mesmo assim, ela não desistiu de fugir dali e de livrar os seus dos mandos do fazendeiro.

Uma noite antes da conclusão do plano, os irmãos dançaram e cantaram fazendo que o som dos batuques e cantorias chegasse até Zacimba. O acalanto que ela precisava para persistir.

No dia seguinte, o Sinhô acordou nervoso por não conseguir dormir direito, por conta dos batuques e cantorias. Logo cedo, mandou as cozinheiras preparem o desjejum. Aproveitando do cansaço e nervosismo do Sinhô, Zacimba colocou uma dose maior do veneno.

Quando menos se esperou, a cabeça do Sinhô pesou caindo por cima das coisas do café. Zacimba sacando o que aconteceu, corre para avisar as cozinheiras.

Os irmãos e irmãs logo foram avisados também. Temendo ataques dos capatazes, Rugério tranca eles na senzala. Neste instante, Zacimba amedronta os familiares do Sinhô os expulsando daquelas terras.

Depois, reuniu todos e os conduziu até o Quilombo mais próximo. Quando já estavam longe e seguros, Zacimba voltou para destruir tudo o pudesse lembrar os castigos e explorações sofridas por ela e pelos outros.

Como sabia que outros negros e negras nas redondezas, ainda, sofriam maus-tratos e outros tantos eram raptados para as terras de cá, Zacimba continuou combatendo e lutando contra os fazendeiros. Estrategicamente, invadia embarcações que se aproximavam do Porto de São Mateus, tacava fogo em plantações, conduzia outros irmãos e irmãs para os Quilombos próximos, que se multiplicavam.

Resistiu fortemente junto de outros contra as opressões, até sua morte na invasão de uma embarcação.

Chico Prego e os revoltosos

Lá pelas tantas, a Vovó Ana e sua família já estavam passando por um vilarejo histórico, um lugar pequeno, com uma igreja pequena, mas de um passado que mostra a força e o espírito guerreiro de nossos ancestrais.

Foi aí que eles pararam para um lanche, e na pracinha, Dona Ana diz a seu genro:

- Já que você gosta tanto de histórias de guerreiros, vou contar uma que aconteceu exatamente por aqui. Atenta!!!

- Shiuu!!!! Alerta Chico Prego ao ouvir passos se aproximando.

Todos se abaixaram quietinho no meio das matas do Mestre Álvaro, à noite, prendendo a respiração e evitando qualquer ruído. Quando tiveram certeza que não tinha mais perigo, voltaram a conversar sobre os planos de futuro, de fuga e de liberdade do Distrito de Queimado, na cidade de Serra.

Antes de voltarem para as casas de seus senhores, Chico alertou a todos para ficarem de butuca na prosa entre os senhores e os religiosos, já que podia surgir daí uma chance para o que vinham planejando.

Passado algum tempo daquela conversa, João da Viúva ouviu o Sinhô falando que o Frei Gregório Maria de Bene, que tinha acabado de ser transferido para a Paróquia de Queimado, iria construir uma igreja no Distrito. Animado com a novidade, João chamou um menino e pediu que desse o recado para Chico.

Após trabalhar no roçado o dia todo, debaixo de um sol escaldante, a notícia chega como um sopro de conforto e coragem para o amigo.

- Enfim, poderemos sonhar com dias melhores. Pensa, Chico Prego.

Chico Prego era um negro alto, forte e engenhoso, com espírito de luta e liderança inspirador. Todos os que com ele tinha contato, sempre o admiravam. Por isso, o seguiam e acompanhavam nos planos e nos festejos, realizado nos Quilombos da redondeza.

Quando o anúncio da construção da Igreja de São José de Queimado foi feito para todos, lá em 1845, se intensificou a chama de esperança nos corações de homens, mulheres e crianças do vilarejo, principalmente dos que trabalhavam para os senhores. Para a edificação da igreja, o Frei percorreu todas as fazendas do entorno convocando mão de obra.



Igreja de São José de Queimado Fonte: Fundação Palmares

Tanto Chico Prego quanto João da Viúva já sabiam da informação. Por isso, foram logo convencendo seus senhores para serem liberados a ajudar na obra do templo. Eles justificaram dizendo que se ajudassem na construção, os senhores teriam um bom terreno lá no céu, garantido ao lado de Nossa Senhora da Penha. E que os senhores seriam curados de qualquer doença e até mesmo se levassem um tiro.

Enfim, eles foram liberados a trabalharem aos finais de semana e nos horários de folga na obra da Igreja. Não era muito tempo, mas o suficiente para planejarem tudo.

Com o início das obras, Chico e João começaram a conhecer outros homens e mulheres que pensavam em sair do Distrito, de reencontrarem amigos e familiares, que foram separados durante o sequestro para a Freguesia de Vitória ou lá no Porto de São Mateus.

- João, precisamos juntar mais gente pra ajudarem no nosso plano. Preveni Chico.

- Eu sei, Chico. Vou convocar outros homens e mulheres daqui, do Distrito mesmo.

Conversando de ouvido à ouvido, sorrateiramente, aqui e ali, João aproveitava cada brecha para convocar outras pessoas para a Insurreição. Foi numa dessas tantas conversas que conheceu João (O Pequeno), Carlos e Elisário Rangel.

No início, Chico Prego ficou desconfiado com os caras que o amigo convocou. Mas, a cada encontro, às escondidas nas matas do Mestre Álvaro, isso passava, já que eles sempre traziam informações de novas convocações da região de Mangaraí e dos lugarejos cortados pelo Rio Santa Maria, de possibilidades de chegar ao mar e a outros Quilombos lá de Cariacica, Guarapari e São Mateus.

A cada novo encontro a amizade entre eles se fortalecia. E, mesmo por terem personalidades bem diferentes, esses homens tinham um objetivo em comum: a liberdade! A sua e de seus irmãos e irmãs de luta. Tudo já estava organizado e todos já sabiam o que fazer, bastava apenas esperar o melhor momento para agir.

A construção da Igreja já se arrastava por longos 3 anos, e os revoltosos estavam ansiosos para dar o estopim da Insurreição. O Frei Gregório estava ansioso também, mas por terminar a obra da igreja. Os fazendeiros do entorno começaram a reclamar de irem para igrejas longes, para professarem a fé, sendo que tinham um templo logo ali. Percebendo o clima no Distrito, Elisário Rangel que era bem desenvolvido e astuto, foi ter um papo com o Frei.

- Frei, o senhor já sabe que os fazendeiros que deram dinheiro para construir a igreja andam reclamando da demora para finalizar a obra? Provoca Elisário.

- Eu não ouvi esse zum zum zum por aí não. Responde o Frei.

- É, mas tem muitos reclamando. Dizendo até que vão reclamar direto com o Papa. Alfineta Elisário.

- Eles não seriam capazes disso! Não teriam coragem!

- Não sei não. Sabe o Sinhô Augusto, lá da Fazenda Esperança? Ele é influente e também reclamou. Atiça Elisário.



- Vou ter que pensar em algo rapidamente, antes que eles realmente mandem mensagem para Roma. Confabula o Frei. Depois disso, Elisário tratou de avisar os companheiros que o Frei iria fazer alguma coisa para acelerar o fim da obra. Era para todos ficarem alerta.

Já era Março e até agora o Frei não tinha feito nada, apenas acalmado os ânimos dos fazendeiros. Preocupado com essa situação, Chico Prego convocou os amigos para pensarem no que fazer.

- Precisamos pensar em algo, companheiros. Temos muitos irmãos e irmãs que estão desanimando da Insurreição. Avisa Chico.

- Já sei! Vou inventar um buxixo do Frei. Menciona Elisário.

- Que tipo de buxixo, homem? Olha lá o que você vai inventar, hein Elisário. Preocupado alerta Chico.

- Mas, para isso preciso que João (O Pequeno), Carlos e João da Viúva me ajudem. Tudo tem que ser feito junto, bem organizado. Cada um na fazenda que trabalha. Fala Elisário.

Com tudo combinado, no dia seguinte, João, Carlos, João da Viúva, Elisário e Chico Prego começaram a espalhar a fofoca nas fazendas que trabalhavam. Entre uma chance e outra de falarem com os sinhôs e os capatazes eles soltavam que o Frei Gregório tinha prometido a liberdade para os trabalhadores que estavam ajudando na obra da Igreja, assim que tudo acabasse.

O buxixo se espalhou igual rastro de pólvora pelo Distrito de Queimado, chegando nas outras cidades, e logo aos ouvidos da Igreja Católica da Freguesia de Vitória, a Matriz. Inclusive, o religioso foi chamado pela Igreja Católica para prestar esclarecimentos. Até no jornal a tal promessa foi parar.

Percebendo que a fofoca já circulava, Elisário de forma bondosa foi conversar com o Frei para alertar que os homens, mulheres e crianças estavam em polvorosos e já sabiam da promessa.

- Frei, se você quiser posso conversar com os outros, até para dar uma acalmada.

- Eu não prometi nada para ninguém. Não sei quem divulgou essa blasfêmia sobre mim ou da Igreja de São José do Queimado. Afirmo o religioso.

- É, mas eles estão muito contentes com a notícia. E se eu fosse o senhor, daria algo para eles. Comenta Elisário.

- Dar o quê, rapaz? Se não prometi nada, não darei nada. Incisivamente fala o Frei.

O Frei Bene não deu muita importância para o que o rapaz falou. Na verdade, parecia que não tinha dado. Mas, o religioso tratou de marcar a missa de inauguração da Igreja, mesmo com ela inacabada. O Distrito e as localidades das redondezas já estavam avisadas, a 1ª missa foi marcada para o dia 19 de março de 1849, Dia de São José.

A Igreja de São José de Queimado estava lotada. O início da missa ocorreu tranquilamente, mas na metade da reza os gritos dos revoltosos começaram a invadir o templo. Assustado, o Frei foi olhar pela janela. E a cada piscada parecia que o número de negros e negras lá fora aumentava. João, Carlos, João da Viúva, Elisário e Chico Prego estavam na linha de frente, gritando juntos: Liberdade! Liberdade! Liberdade! Liberdade! Liberdade!

Os fazendeiros e suas esposas ficaram aterrorizados pela quantidade de gente lá fora. Eles trataram de sair correndo pela porta dos fundos da Igreja. A única coisa que o Frei conseguiu fazer foi se esconder no quatinho, detrás da Igreja.

O clima no vilarejo se misturava: medo, terror, luta, liberdade, resistência. Estrategicamente, Chico e Elisário dividiram os negros e negras, quase 300 pessoas, em 5 grupos. Cada grupo iria de fazenda em fazenda pressionar os fazendeiros pela alforria e tentar juntar o maior número possível de armas e artefatos para a briga. Já que eles esperavam que a polícia fosse chegar. Mais cedo ou mais tarde.

Sobre a ameaça de terem suas casas e plantações queimadas, muitos fazendeiros assustados deram alforrias, armas e ainda prometeram terras para os trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto isso, o Frei continuava aprisionado na Igreja. Esperando que a polícia chegasse no Distrito. O que só aconteceu no dia seguinte.

Chico Prego orientou aos grupos para se dividirem na mata do Mestre Álvaro ou seguirem para os Quilombos próximos, que os irmãos de lá já estavam esperando por eles.

- E você, Chico? Você não vem? Preocupado João da Viúva pergunta.

- Vá meu irmão! Eu, outros homens e mulheres ficaremos por aqui e lutaremos. Avisa Chico.

Armados, João (O Pequeno), João da Viúva, Carlos, Elisário, Chico e outros companheiros se refugiaram próximo das matas da Igreja, na espera da polícia. Logo quando os guardas chegaram, correram para prender o Frei, já que o Delegado tinha informações que a culpa do motim era do religioso por prometer alforria para todos.

LIBERDADE!

LIBERDADE!

LIBERDADE!



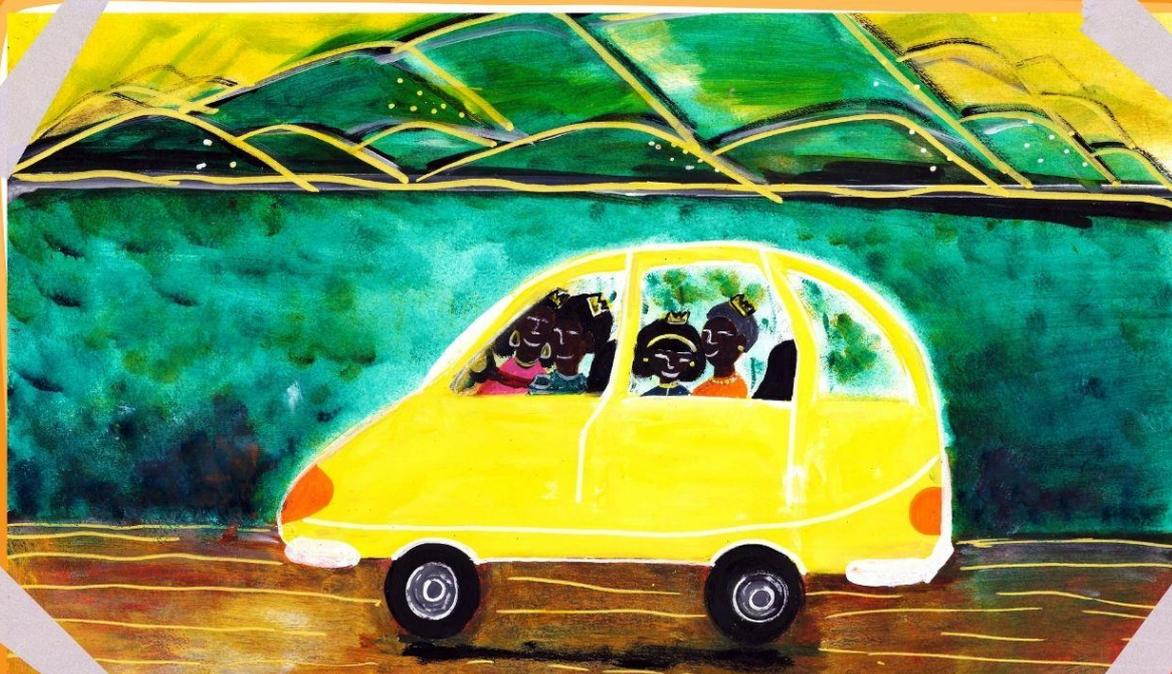
Pego de surpresa, quando as algemas prenderam seus punhos a única coisa que o Frei sabia fazer era gritar. Gritava, pedia ajuda, esperneava e falava que os policiais estavam cometendo um grande erro. Quando se viraram para começar a caçada dos revoltosos, vários tiros, paus e pedras foram disparados contra os policiais.

Na troca de tiros, vários foram atingidos e morreram dos dois lados. Mesmo assim, os revoltosos conseguiram colocar medo nos policiais, que logo foram encurralados perto da porta da Igreja. Aproveitando o momento, mesmo ferido, Chico e parte dos revoltosos conseguiram fugir de levarem mais balas, mais açoite e mais sofrimento. Eles conseguiram se refugiar nas matas.

Após longos meses de busca na Montanha do Mestre Álvaro, no Moxuará e outras partes do Estado, a polícia não ouviu mais falar do tal Chico Prego e os homens que lutaram ao seu lado. Ainda assim, de vez em quando chegava aos ouvidos das autoridades que os revoltosos estavam resistindo e lutando no Sul, no Norte, no Noroeste do Espírito Santo e até em outros Estados.



Montanha Mestre Álvaro. Fonte:Arquivo Pessoal



João Bananeira

É, Dona Ana sabia mesmo envolver a todos com suas histórias contadas e recontadas. E quando lhe perguntavam como ela sabia contar tão bem aquelas histórias, ela suspirava forte e dizia:

- É porque é a história do meu povo, elas estão em mim, e de alguma maneira eu estou nelas também. A cada história que conto, reavivo a memória do meu povo e ela vai se perpetuando.

E de conto em conto, a viagem seguia, ora com histórias de luta, ora com Histórias divertidas, como a do menino que se vestiu de palha, para se divertir.

A propósito, essa história se passou muito antes de eu nascer, sabia Aninha? Pergunta a avó. A menina regala os olhos surpresa. Então, preste atenção, por que ela parece que aconteceu na semana passada, e não muito longe de onde moramos.

Foi lá pelas bandas da Vila de Roda D' água, em Cariacica, que o menino João, depois apelidado de João Bananeira, planejava uma forma de seguir o cortejo de Nossa Senhora da Penha, a Padroeira do Espírito Santo.

O mês era abril, e a cada ano João esperava a festa para brincar com as outras crianças, pular e seguir a festança. E, como sempre seus pais o impediam ou inventavam algum motivo para que ele não fosse.

Mas, naquele ano, o menino estava determinado a ir. Uns três dias antes da festa, João já havia perguntado aos pais se ele poderia ir ver a Padroeira. Porém, acabou recebendo um gigantesco "NÃO", seguido das recomendações da mãe.

- Meu filho, espero que você entenda. Os seus outros irmãos já não estão mais com a gente, e por isso temos medo de perdê-lo ou de que as outras crianças caçoem de você.

No fundo, a mãe de João temia que as crianças e os vizinhos, de perto da fazenda, fizessem algo com ele. Já que sempre quando ele saía de casa com os pais, todos ficavam cochichando quando passavam e reparando nas várias cicatrizes e marcas que o menino tinha pelo corpo.

Os pais sempre o tratavam com muitos cuidados, carinho e afeto, tentando sempre sanar as marcas que surgiam de um dia para o outro na pele de seu filho. Eles zelavam muito pelo filho, até por isso tinha medo dele se machucar em casa, na plantação ou em qualquer brincadeira que fizesse.

- Eu sei que meus pais estão preocupados, até por causa dos meus 6 irmãos terem sido tirados da gente pelos fazendeiros, e dados para outras pessoas. Eles têm muito medo de me perder. É, eu entendo!! Completa João, confabulando com seus botões.

- Afinal, eu sou um menino lindo e inteligente. E não são essas marquinhos aqui e acolá no meu corpo que vão me impedir de fazer o que quero.

Apesar de tentar compreender a mãe, nas vésperas do festejo, ele ainda matutava uma forma de sair de casa sem ser visto pelos pais ou pelos vizinhos, mesmo após as indicações para não sair.

O dia tão esperado chegou!!! João pulou da cama bem cedo, antes da festa, iria acompanhar os pais na plantação de café.

Ele adorava perambular sozinho na plantação que os pais trabalhavam. Adorava sentir o vento tocar seu rosto, balançar os cabelos e suavemente passar por todo o seu corpo miúdo. Ele deitava lá no meio do cafezal e ficava horas olhando para o céu, vendo os formatos das nuvens e os raios solares tocarem tudo que podia. Ele ficava ali, sonhando e imaginando o dia que poderia ser livre.



Lá pela metade do dia, João e os pais passaram na fazenda, para repassar quantos pés de café conseguiram colher. Tanto o menino quanto os pais estavam com pressa, já que o dia de Nossa Senhora da Penha movimentava e contagiava toda a Vila.

- Vamos depressa, João! Precisamos chegar em casa logo e comer algo, porque eu e seu pai trabalharemos na fazenda. Hoje é dia de festa e iremos fazer as comidas para o Sinhô receber o padre e as beatas.

De imediato o menino pensou: - Eba! Conseguirei ir na festa! Só tenho um problema: Como vou sair sem que meus vizinhos me vejam?

Por alguns momentos, João se aquetou, pois sentiu o cheiro gostoso da comida de sua mãe adentrar seu ser. De longe ele conseguia adivinhar o que a mãe cozinhava. Era um cheiro que abraçava e o hipnotizava, de tal forma que o fez esquecer por uns poucos minutos o festejo.

- Ei, João! João! Tá dormindo? Vem comer meu filho!!

- Não, mãe! É que sua comida é tão cheirosa e gostosa que me perdi aqui nos meus pensamentos.

Após comerem, os pais de João se aprontaram e saíram. Mas, antes de saírem advertiram o filho que voltariam tarde, que não deveria sair de casa e nem abrir a porta para estranhos. O filho concordava com tudo, é claro.

A Vila de Roda D'Água já estava toda enfeitada para os festejos. Bandeirolas penduradas, os caminhos que a Santa iria percorrer já estavam varridos, o palanque para a missa montado e o povo todo apumado.

E João, estava empolgado com tudo. Logo que os pais saíram, ficou matutando como iria fazer para aproveitar a festa sem que ninguém percebesse. Ele ficou andando de um lado pro outro, falando com os próprios botões. De tão inquieto, ficava dentro de casa, ía no quintal, voltava pra casa, ía novamente no quintal. Até que num certo momento, ele foi no quintal e um vento forte balançou todas as árvores. Era como se o vento falasse com ele.

E foi aí que pensou: - Já sei! Vou colocar folhas de bananeiras por todo o meu corpo, braços, pernas, barriga, joelho, costas. No rosto coloco uns panos da mamãe, para ninguém me ver.

Após cobrir tudo com folhas secas de bananeiras, daquelas que o vento jogava pra lá e pra cá no quintal, lá foi João curtir os festejos.

Já dava para ouvir os fogos de artifícios anunciando o início do cortejo de Nossa Senhora da Penha. E lá estava João brincando, junto das outras pessoas, acompanhando as toadas, tambores, cuícas, danças, cantorias e rezas.

Nesse instante, ele se sentiu verdadeiramente livre. Coberto de palha, mas despido do medo de ser humilhado ou escorraçado. Pelo contrário, muitas crianças vieram brincar com ele. Inclusive, uma menina apareceu do nada e começou a correr envolta de João fazendo poeira e vento na tentativa de mostrar quem estava ali debaixo. Nessa hora o vento parecia ajudar, quase revelando tudo.

E lá ía João correndo, para lá e para cá. Pulando, brincando, dançando e fugindo dos curiosos que tentavam desvendar o mistério por trás das folhas de bananeira. Muitos homens e mulheres, crianças e até religiosos se corróiam de curiosidade e tentavam imitar as roupas de João Bananeira.

Até hoje, ele é uma figura presente na Festa da Padroeira na Vila de Roda D'Água, ou melhor, no Carnaval de Congo de Máscaras da Vila. Ele é sempre lembrado, existe e resiste quando crianças e adultos cobrem o corpo todo com folhas de bananeira para pular, correr, assustar e brincar com todos durante a festa.



João Banneira. Fonte: Prefeitura de Cariacica

- Ah, vovó eu adorei essa história, e nem me dei conta que já estamos chegando em Cariacica, a terra do João. Fala Aninha.
 - Viu, foi rápido e você nem percebeu que percorremos mais de 10 de viagem de carro.. É por isso que conto nossas histórias, não apenas para distrair, mas também para lembrar e reavivar os ensinamentos de nossos ancestrais. Responde sorrindo a avó.
 Após chegarem em Roda D'Água, em Cariacica, Aninha correu para conhecer o novo priminho e rever todos os familiares, que tinha tempo que não os via. E é claro, contar e recontar as histórias que tinha escutado de sua avó e ouvir outras histórias.

E, foi assim, que Aninha aprendeu e recontou as histórias apreendidas durante a viagem de Porto Seguro, na Bahia, até Roda D' Água, em Cariacica, no Espírito Santo.

E agora: quem vai contar nossas histórias negras?



FIM !!!

Informações da Escritora e da Ilustradora



Alessandra Adão: Mulher preta e periférica, jornalista, professora e escritora. Isso tudo para dizer que sou apaixonada pelas letras rascunhadas no papel, que dão tom ora intrigante, apaixonante, doloroso e ora autêntico aos meus sentimentos, sensações e devaneios. Principais publicações: poesia "Dia a Dia" na Coletânea I Litero Rodas da UFPE(2016); as poesias "Confusões e Inquietações" e "Livre (mente) assim" na Coletânea "De Zacimbas a Suelys" do Coletivo Afro-Tons (2017); conto "O Sequestro" na Antologia das Mulheres Pretas, pela Editora Mirada Janela (2021) e narrativa publicada na Coletânea "Narrar Afetos, Encruzilhadas e Encontros"(2021).

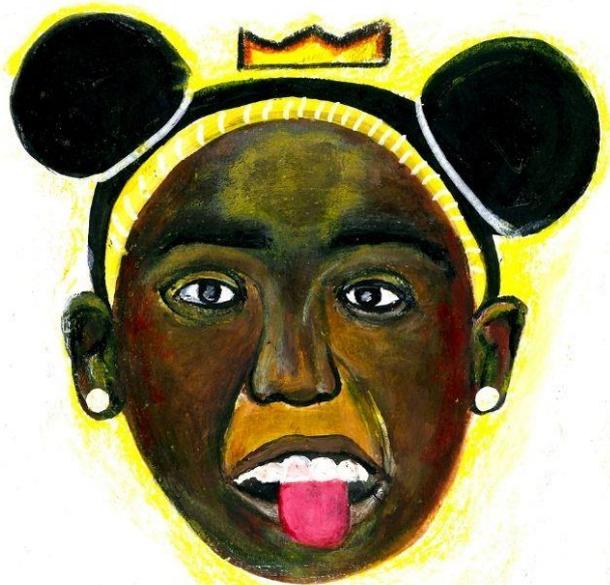
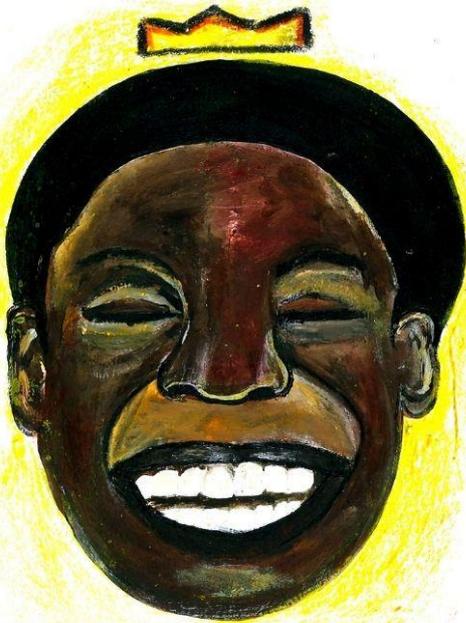
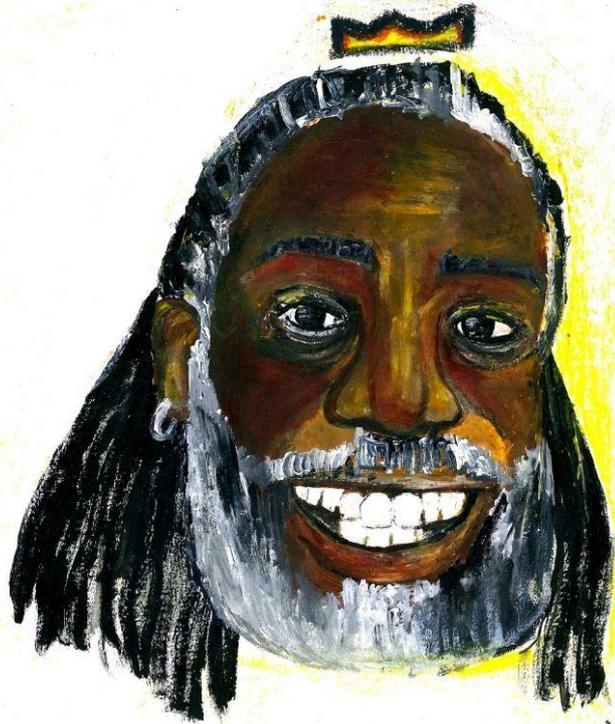
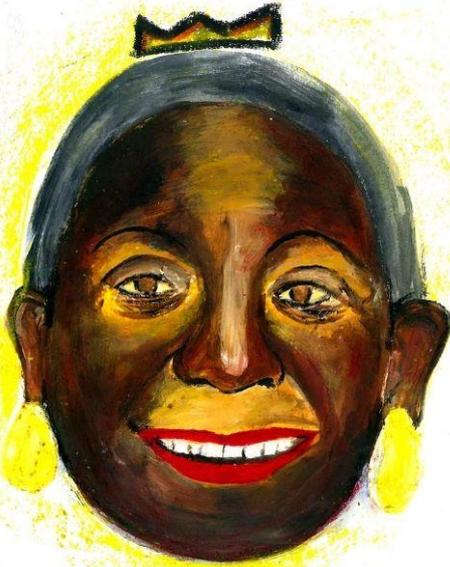


Ione Reis: nasceu na cidade de Itabatyã no extremo sul da Bahia. É Graduada (Bacharel) em Artes Plásticas pela UFES; pesquisadora no LitERÊtura – Grupo de estudos e pesquisas em diversidade étnico-racial, literatura infantil e demais produtos culturais para as infâncias; capoeirista no Grupo Beribazu – UFES, integrante do coletivo de artistas negras, Pretas inCorporações e do movimento Nacional TROVOA. Fonte: A artista/informação verbal (2021).

Quem vai contar

NOSSAS HISTÓRIAS NEGRAS?

Revisitando Histórias Capixabas



extrapolando-a (SILVA, 2010).

Confesso que muitos dos nomes e escrituras que trouxe da Literatura Negra Capixaba, eu mesma desconhecia. E, fico feliz por ter escolhido investigar o campo desta, focando na autoria negra, pois só assim, pude conhecer os escritos de Amâncio Pereira, um dos precursores do teatro capixaba e nacional; de Narciso Araújo, de uma inteligência no dedilhar das métricas e rimas do simbolismo capixaba; de Mário Gurgel, que apresenta uma altivez nas crônicas e na vida pública e política, lutando por causas que acreditava; de Carmélia Maria de Souza, a cronista do povo que não só criticava a Tradicional Família Capixaba (TFC), mas também questionava, em suas crônicas, as questões sociais de sua época.

Além desses, trouxe Waldo Motta e sua poesia marcada por sua condição e experiência no ES; Adilson Vilaça, com seu realismo em romances e contos que primam pela crítica social e racial, e ainda, Marcos Tavares, Anselmo Gonçalves, Ivan Castilho e Elisa Lucinda, com uma escrita feminina e feminista potente. Sobre a pergunta-título, do capítulo 3, se “Existe Literatura negra no território capixaba?”, a resposta é sim. Mas, similar ao que ocorreu no cenário brasileiro, o epistemicídio e o racismo insistem em querer e demonstrar que não. E, o que tento evidenciar também nessa pesquisa é que se você olhar para os espaços hegemônicos – cânone, Leis de Incentivos, universidades e para as maiores livrarias –, provavelmente não encontrará. Mas, não são esses espaços que definem nossa escrita e ânsia para transferir à literatura a reescrita de si e de outros.

Dessa maneira, ao trazer uma discussão sobre os espaços da Educação não-formal e Informal (GADOTTI, 2005; LIBÂNEO, 2010), e os Espaços Afirmativos (GALDINO, 2019) aponto para a relevância destas e da militância, vinculada aos movimentos sociais e negros, que muitas/os autoras/es vão fazer para circularem suas narrativas. Inclusive, é através desses locais que conheço de perto muitas/os autoras/es, e tenho dimensão da Literatura Negra Capixaba, podendo ainda, publicizar poesia e prosa, e me reconhecer como escritora dessa vertente. Vale dizer que não apenas temas negros pululam essas narrativas, mas também amor, felicidade, angústia e as vicissitudes do cotidiano.

Por fim, ao trazer minhas Escrevivências para compor a escrita dessa pesquisa e do produto educacional, almejo traçar outros modos do “fazer pesquisa”, reconhecendo que no contato com nosso lócus e das leituras empreendidas para tal, decorre uma partilha entre os autores – pesquisadora e vice-versa. Além disso, possibilita pensar-fazer caminhos para refutar a historiografia literária, o forjar de identidades e de restituir a humanidade, desta pesquisadora, e de meus pares.

Referências bibliográficas

ADÃO, Alessandra Barbosa. **A Literatura Infanto-juvenil a Serviço da Educação Antirracista: Um estudo sobre a Obra Omo-Oba Histórias de Princesas, de Kiusam de Oliveira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras-Português) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, p.75, 2019.

A ESCRITA LITERÁRIA: autoras negras de Literatura Infantil. Palestrante: Nilma Lino Gomes e Lucimar Rosa Dias. Serra/ES: Educa Serra, 2021. 1 video (115 min). Transmitido ao vivo em 17 de junho de 2021 pelo Canal Educa Serra. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=dQAokzhici0>>. Acesso em: 17 jun.2021.

A GAZETA. **Escritores capixabas falam sobre a literatura de autoria negra no ES**. (25/11/2020). Disponível em:< <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/escritores-capixabas-falam-sobre-a-literatura-de-autoria-negra-no-es-1120>>. Acesso em: 21.mai.2021.

AGUIAR, Maciel de. **Os últimos Zumbis: a saga dos negros no Vale do Cricaré durante a escravidão**. Porto Seguro:Brasil Cultura, 2001.

ALMEIDA, Adriana Márcia de. **Viagem pelas crônicas capixabas : contribuições para as práticas de leitura**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, p.127, 2016.

ALMEIDA, A. M.; Patrícia Matos; MENDES, Joacé Souza. **O Negro na Literatura Infantil: Estereótipos e Silenciamentos**. In: Seminário Cultura e Política na Primeira, Ilhéus. Seminário de Cultura e Política na Primeira República, 2010.

ALVES, Miriam. **BrasilAfro Autorrevelado: Literatura Brasileira Contemporânea**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

ANZALDÚA,Glória. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo** (trad. Édna de Marco). Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>>. Acesso em: 21 mai.2021.

ARAÚJO, Débora Cristina de. **Relações raciais, discurso e literatura infanto-juvenil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2010.

ARAÚJO, Narciso. **Encantamento**. (1895-1897). Disponível em:< <https://drive.google.com/drive/folders/0B9YZkbO4qyDVN0plNXNW0Vhsd1U?resourcekey=0-8m5Mr6f0Eq9h5HhyMclDYQ>>. Acesso em: 21 mai.2021.

ARAÚJO, Noélia da Silva Miranda. **Zacimba Gaba, a Princesa Guerreira: a história que não tecontaram**. Espírito Santo: Gráfica e editora GSA, 2014.

ARRUDA, Aline Alves. **O bildunsroman feminino e negro de Conceição Evaristo**. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa,p.106, 2007.

ASANTE, K. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar.** In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* São Paulo: Selo Negro, p. 93-110, 2009.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ES. **Mário Gurgel, o primeiro presidente negro da Ales.**(2020). Disponível em:< <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2020/11/40199/mario-gurgel-o-primeiro-presidente-negro-da-ales.html>>. Acesso em: 10.mai.de 2021.

ASSIS, Emanuel Vieira de. **LIBERDADE, LIBERDADE! A Luta da População Negra em Queimado – Perspectivas Libertárias para o Ensino em Relações Étnico-Raciais.** Dissertação (Mestrado em Humanidades) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Vitória, p.127, 2017.

AZEVEDO, Cinthia Pretti. **Poema Carnaval de Máscaras de Congo.**(2020). Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=bvP0oM_ygS0>. Acesso em: 21 mai.2021.

AZEVEDO FILHO, Devenal Siqueira de. **A literatura brasileira contemporânea do Espírito Santo.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, p.524, 1999. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000293983>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

BÂ, Amadou Hampâté. **A tradição viva.** In: ZERBO, Joseph Ki (org). *História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África.* Brasília: UNESCO, 2010.

BARBOSA, Marcio. **Questões sobre literatura negra.** In: *Vários Autores, Reflexões sobre a literatura afro-brasileira.* São Paulo: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1985.

BARRETO, Lima. **Diário Íntimo** - Fragmentos. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

BAZILLI, Chirley. **Discriminação contra personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

BEKOO DAS PRETAS. **Sobre nós.** Disponível em:<<https://www.bekoodaspretas.com.br/>>. Acesso em: 21 de mai.2021.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil.** In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988a.

BERND, Zilá. **O que é Negritude.** São Paulo: Brasiliense, 1988b.

BERND, Zila. **Da voz à letra: itinerários da literatura afro-brasileira.** Revista Via Atlântica, n°18, dez., p.29-41, 2010. Disponível em:<<https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50737>>. Acesso em: 21 mai.2021.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 29 jan.2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Institui as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 29 jan.2020.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 2004. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf>. Acesso em: 29 jan.2020.

CÂNDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: CÂNDIDO, A. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

CADERNOS NEGROS 1. **Prefácio**. Poesia. Org. Quilombhoje. São Paulo: Ed. dos Autores, pp. 2-3, 1978.

CARDOSO, Lavínia Coutinho. **Revolta negra na freguesia de São José do Queimado: escravidão, resistência e liberdade no século XIX na província do Espírito Santo (1845-1850)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p.107, 2008.

CARIACICA. **Agenda Cariaciaca - Planejamento Sustentável da Cidade: 2010-2030**. Ed.1, vol.Único.Cariacica:PMC.2012.

CARIACICA. (Município). **Lei nº. 4.368, de 29 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a criação do Projeto Cultural "João Bananeira". Cariacica.2014.

CARIACICA (Município). **Decreto nº. 91, de 20 de novembro de 2007**. Regulamenta a concessão de incentivo prevista na Lei Municipal de nº. 4.368/05, que dispõe sobre o Projeto Cultural João Bananeira. Cariacica, 2007.

CARIACICA (Município). **Resultado Final da Seleção de Projetos Culturais – Edital VII – 2013**. Disponível em: <<https://www.cariacica.es.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/RESULTADO-FINAL-DA-SELE%C3%87%C3%83O-DE-PROJETOS-LEI-JB.pdf>>. Acesso em: 21 mai.2021.

CARIACICA. (Município). **Lei nº5.477, de 13 de outubro de 2015**. Dispõe sobre a criação da Lei Municipal de Incentivo Financeiro à Cultura - Lei João Bananeira, Cariacica/ES, e dá

outras providências. Cariacica, 2015.

CARIACICA.(Município). **Decreto nº 197, de 12 de novembro de 2015**. Regulamenta a Lei Municipal nº 5.477/2015, de 13 de outubro de 2015 - Lei João Bananeira, e dá outras providências. Cariacica, 2015.

CARIACICA. (Município). **Sai resultado da Lei João Bananeira (2015)**.Disponível em:<<https://www.cariacica.es.gov.br/noticias/39786/sai-resultado-final-da-lei-joao-bananeira>>. Acesso em: 21 mai.2021.

CARIACICA. (Município).**Sai resultado da Lei João Bananeira (2016)**. Disponível em: <<https://www.cariacica.es.gov.br/noticias/49958/sai-resultado-da-lei-joao-bananeira>>. Acesso em: 21 mai.2021.

CARIACICA. (Município). **Projetos Aprovados no Edital III - 2017 LJB** . Disponível em:<<https://www.cariacica.es.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/DIARIO-OFICIAL-MUNICIPAL-13-06-2018-MLCOELHO-1902assinado.pdf>>. Acesso em: 21 mai.2021.

CARIACICA. (Município). **Projetos Aprovados no Edital IV – 2018 LJB**. Disponível em:<<https://www.cariacica.es.gov.br/static/files/Resultado%20Final%20dos%20Projetos%20Selecionados%20-%20Ed.IV-2019.pdf>>. Acesso em: 21 mai.2021.

CARLOS, Thaiza Cardoso. **Literatura produzida no Espírito Santo: ensino e leitura literária**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, p.73, 2017.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero**. São Paulo: Geledes, 2011. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 20 mai.2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados, [s. l.], v. 17, n. 49, p. 117–132, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em: 20 mai.2020.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, p.339, 2005. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

COLETIVO NEGRADA. **Sobre**. Disponível em: <<https://coletivonegrada.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 21 de mai.2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Revista Sociedade e Estado, v.31, n.1, p.99-127, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 20 mai.2020.

DALCASTAGNÈ, Regina. **A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, n. 26, jul.-dez. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2123/1687>>. Acesso em: 20 mai 2021.

DALCASTAGNÈ, Regina. **A personagem negra na literatura brasileira contemporânea**. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*, v. 4, p.309-337, (História, teoria, polêmica). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DAMASCENO, Josy Karla. Título...**8ª Semana nacional dos museus: S.O.S Museu Capixaba do Negro**. In: CONGRESSO OU SEMANA..., 2010, Vitória - ES. Disponível em: <www.gedeles.org.br>. Acesso em: 27 jun. 2021.

DICIONÁRIO LAROUSSE DA LÍNGUA PORTUESA MINI. [Coordenação Diego Rodrigues e Fernando Nuno]. 1.ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2005.

DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI-GUARANI. **Capixaba**. Disponível em:<<https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/capixaba/#:~:text=Capixaba%20signific,a%2C%20ro%C3%A7a%2C%20ro%C3%A7ado%2C,planta%C3%A7%C3%A3o%20de%20milho%20e%20mandioca.>>. Acesso em: 21 mai. De 2021.

DEBUS, Eliane. **A representação do negro na literatura para crianças e jovens: negação ou construção de uma identidade?** In: *Imaginário, identidades e margens: estudos em torno da literatura infanto-juvenil*. Vila Nova de Gaia : Gailivro, p. 262-269, 2007.

DUARTE, Eduardo de Assis. **O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo**. Revista estudos feministas, v. 14, n. 1, p. 305-308, 2006. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ref/a/g7gPJT4f9yzqMyFyLxR6HBb/?lang=pt>>. Acesso em: 20 abr.2021.

DUARTE, Eduardo de Assis. **O negro na literatura brasileira**. Navegações, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 146-153, jul.-dez. 2013.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação (SEDU). **Currículo Básico Escola Estadual**. Vitória: SEDU, 2009. Disponível em: <<https://selecao.es.gov.br/novo/Arquivo/Download/1210>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Educação (SEDU). **Currículo ES 2020 - Volume 09 - Ensino Fundamental - Anos Finais [Língua Portuguesa]**. Vitória: SEDU, 2020. Disponível em:<<https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2020/05/Curr%C3%ADculo-ES-2020-Vol-09-Ensino-Fundamental-Anos-Finais-%C3%81rea-de-Linguagens-L%C3%ADngua-Portuguesa-Miolo.pdf>>. Acesso em: 20 abr.2021.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

EVARISTO, Conceição. **Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face**. In:

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.) *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. Nadilza Martins de Barros Moreira & Liane Schneider (orgs). João Pessoa: Idéia Editora Universitária, p. 201-212, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

EVARISTO, Conceição. **Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira**. In: Revista Palmares, p. 52-57. 2007a. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf>>. Acesso em: 20 mai.2020.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho da minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007b.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007c.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Scripta, Belo Horizonte, v.13 ,n.25, p. 17-31, 2009a. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>>. Acesso em: 21 de mai.2021.

EVARISTO, Conceição. **Conceição Evaristo por Conceição Evaristo**. Depoimento concedido durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009b, na Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em: <<http://nossaescrivencia.blogspot.com/2012/08/conceicao-evaristo-por-conceicao.html>>. Acesso em: 21 de mai.2021.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira**. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2010.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Canção para ninar menino grande**. São Paulo: Unipalmares, 2018.

EVARISTO, Conceição. **A Escrivência e seus subtextos**. In.: Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes (Orgs.). *Escrivência: a escrita de nós : reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* - 1. ed. – Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, p.26-47, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** ; Tradução de Renato da Silveira. Salvador : EDUFBA, 2008.

FERNANDO, Rafael. **Narrar Afetos: Encruzilhadas e Encontros**. Barcarena (Pará): Editora Áurea, 2021.

FORDE, Gustavo Henrique. **“Vozes negras” na história da educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p.260,2016a.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. **Movimento Negro e Educação no Espírito Santo**. In:*Negros no Espírito Santo*. Organização por Osvaldo Martins de Oliveira. –2ª ed. – Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016b.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literatura Negra: sentidos e ramificações**. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Vol. 4, p. 245-278, Belo Horizonte: UFMG, 2011.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não formal**. Sion: Institut International Detroit de 1º Enfant, 2005.

GAMA FILHO, Oscar. **Espírito Santo**. In: COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Gallante de Sousa. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. v. 1. Rio de Janeiro: Oficina Literária Afrânio Coutinho, 1990.

GELEDÉS. **Elisa Lucinda**. (2010). Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/elisa-lucinda/>>. Acesso em:15.abr.2021.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,2002.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as Rosas Negras**. [Coletânea organizada e editada pela UCPA - União dos Coletivos Pan-Africanistas]. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. 2018.

GONZALEZ, Lélia.**Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora:Editora UFJF, 2005.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. – Petrópolis: Vozes, 2013.

GUEDES, Lino. **Negro Preto Cor da Noite**.São Paulo:Cruzeiro do Sul, 1936.

GURGEL, Mario. **Do Meio da Noite**. In:*Crônicas de Vitória*, Vitória, 1991.

- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo:Editoria Vértice,1990.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik [org.]. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. **A Identidade cultural na Pós-Modernidade**.Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de janeiro:DP&A,2006.
- IBGE. **Panorama e Estimativas Populacionais do Espírito Santo de 2021**.Rio de Janeiro:IBGE, 2021.Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>>. Acesso em: 21 de mai.2021.
- IBGE. **Estimativa Populacional de Serra de 2021**. Rio de Janeiro:IBGE, 2021. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/serra/panorama>>. Acesso em: 21 de mai.2021.
- IBGE. **Estimativa Populacional de Cariacica de 2021**. Rio de Janeiro:IBGE, 2021. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/cariacica/panorama>>. Acesso em: 21 de mai.2021.
- IBGE. **Estimativa Populacional de São Mateus de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/sao-mateus/panorama>>. Acesso em:21 de mai.2021.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.
- JESUS, Carolina Maria de. **Antologia pessoal**. José Carlos Sebe Bom Meihy (Org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- JOVINO, Ione da Silva. **Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil**. In. SOUZA,Florentina e LIMA, Maria Nazaré (Org). *Literatura Afro-Brasileira*. Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação - Episódios de racismo cotidiano**. Tradução:Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN,Regina. **Literatura infantil brasileira: história & histórias**. São Paulo:Ática, 1984.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LIMA, Heloísa Pires. **Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil**. In: MUNANGA, Kabengele (Org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- LIMA, Omar da Silva. **O Comprometimento Etnográfico Afro-descendente das Escritoras Negras – Conceição Evaristo & Geni Guimarães**. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-graduação em Literatura, Universidade de Brasília, Distrito

Federal, p.172, 2009.

LOBO, Luiza Leite Bruno. *Negritude e Literatura*. In: **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 161-259, 1993.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução Stefanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOPES, Marcia Cristina Fajardo. **Cidade e Restauo: Gestão e Sustentabilidade do Sítio Histórico de São José do Queimado – ES**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p.173, 2017.

LOPES, Nei. **Novo Dicionário banto do Brasil: cotnendo mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo Dicionário Houaiss**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LOURENÇO, Suéllen Pereira Miotto. **A Formação do Leitor Literário no Ensino Fundamental II por meio da Literatura produzida no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação Profissional em Letras, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, p.131, 2016.

LUCINDA, Elisa. **O semelhante**. Rio de Janeiro: Autor, 1994.

MACHADO, Bárbara Araújo. **“Recordar é preciso”: Conceição Evaristo e a intelectualidade negra no contexto do movimento negro brasileiro contemporâneo (1982 – 2008)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p.130, 2014.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Organização por Osvaldo Martins de Oliveira. –2ª ed. – Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, p. 282, (Coleção Canaã, v.22), 2016.

MARTINS, Leda Maria. **Performances da oralitura: corpo, lugar da memória**. Letras – Revista do programa de pós-graduação em Letras, Santa Maria, v. 26, p. 63-81, jun., 2003.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. 1.ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MELO, Henrique F.; GODOY, Maria C. **Escrevivência e produção de subjetividades: reflexões em torno de “olhos d’água”, de Conceição Evaristo**. Signótica, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 23-42, jan./jun, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/38912/22141>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MIRANDA, Antonio. **Poesia dos Brasis: Narciso Araújo**. Disponível em:<http://www.antonimiranda.com.br/poesia_brasis/espírito_santo/naciso_araujo.html>. Acesso em: 21 de mai.2021.

MORAIS, Érica Renata Vilela de. **Educação e cidade: diálogos possíveis para explorar a temática afro-brasileira na EJA**. Dissertação (Mestrado em Humanidades) - Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, p. 183, 2018.

- MOTTA, Waldo. **O signo na pele**. Vitória: Edição alternativa, 1981.
- MOTTA, Waldo. **Salário da loucura**. Vitória: 1984. Mimeo.
- MOTTA, Waldo. **Um pouco de mim**. Disponível em :< <http://waldomotta.blogspot.com/>>. Acesso em: 15. abr.2021.
- MUNANGA, Kabenguele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/Secad,2005.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (Org). **Escritoras brasileiras do século XIX:antologia** (Vol.1). Florianópolis:Editora Mulheres/Santa Cruz do Sul:EDUNISC, 1999.
- NASCIMENTO, Daniela Galdino. **O terceiro espaço: confluências entre a literaturai nfancto-juvenil e a lei 10.639/03**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Afro- Orientais, 2019.
- NEGRÃO, Esmeralda V. **A discriminação racial em livros didáticos e infancto-juvenis**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 63, p.86-87, nov.1987.
- NEGRÃO, Esmeralda V. **Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 65, p. 52-65, maio 1988.
- NEVES, Luiz Guilherme Santos. **Crinquim e o Mestre Álvaro**. Ilustrações:Marcelo Bicalho. Vitória, ES: Formar, 2016.
- NEVES, Reinaldo Santos. **Mapa da Literatura Brasileira feita no Espírito Santo**. 2. ed. – Vila Velha; Vitória; Cariacica: Estação Capixaba; Neples; Cândida, 2019.
- OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Curitiba: Gráfica Popular, 2006.
- OLIVEIRA, Ivana Esteves Passos de. **A Literatura infantil no Espírito Santo no século XXI e o desvelar do autor-distribuidor**. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p.221,2015.
- OLIVEIRA, Kiusam de. **Omo-Oba: histórias de princesas**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.
- OLIVEIRA, Kiusam de. **Literatura negro-brasileira do encantamento infantil e juvenil:reencantando corpos negros**. In.: *Perspectivas na educação em narrativas, memóriase educação popular: psicopedagogia, racismo e cultura*. (Org).SILVA,Maria Eliene Magalhães da.. – Fortaleza: Imprece, 2020.
- OLIVEIRA, Kiusam de. **Pedagogia da Ancestralidade**. Revista e online – SESC São Paulo, 18 de julho de 2019.Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/13431_PEDAGOGIA+DA+> Acesso em: 20 mai.2020.

OLIVEIRA, Kiusam de. Entrevista: **A literatura tem permitido que crianças negras se valorizem como tal**. Site CRB8.org. 27 març.2020. Entrevista para Marília Marasciulo. Disponível em:< <https://www.crb8.org.br/a-literatura-tem-permitido-que-criancas-negras-se-valorizem-como-tal/>>. Acesso em: 21 mai.2021.

OLIVEIRA, Kiusam de.; TRANCOSO, Joelma dos Santos Rocha. **Pedagogia Eco-Ancestral: Caminhos para (R) Existência de Infâncias Negras**. Revista @rquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, v. 8, n. 17,p.10-26,nov, 2020. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/25087>>. Acesso em: 21 mai.2021.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Pedagogia da ancestralidade e práticas ancestrais femininas: Estratégias de ewá, obá e olocum para empoderar as mulheres pretas contemporâneas**. 2019. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/n0c01vv>>. Acesso em: 21 mai.2021.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Literatura negro-brasileira do encantamento e as infâncias: reencantando corpos negros**. Feira Literária Brasil – África. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória - ES, v. 1 n. 3,p.1-14,agost., 2020. Disponível em:< https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:afCat_zN-VMJ:https://periodicos.ufes.br/flibav/article/view/29029/20596+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 21 mai.2021

OLIVEIRA, Maria Anória de J. **Negros personagens nas narrativas literárias infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação da UNEB, Salvador, 2003.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 410, 2005.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Culturas quilombolas do Sapê do Norte: farinha, beiju, reis e bailes dos congos**. (Org.).Vitória, ES:[São Antônio], 2009.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo: Conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural**. RURIS, v. 5, n.2, p. 141- 171, 2011. Disponível em:<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1469>>. Acesso em: 21 de mai.2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6.ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

PALAVRA NEGRA. **About**. (Canal do Youtube). Disponível em:< <https://www.youtube.com/c/PalavraNegra/about>>. Acesso em: 21 de mai.2021.

PEREIRA, Rodrigo da Rosa. **Perspectivas Femininas Afro-brasileiras em Cadernos Negros (contos): Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro e Miriam Alves**. Tese (Doutorado em História da Literatura) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande, p.239, 2016.

PESSOTTI, Selma Nathalie. **A Literatura de autoria Capixaba em livros falados e a Formação do leitor Literário: Diálogos Possíveis**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Mestrado Profissional em Letras, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, p.117, 2020.

PINTO, Regina P. **O livro didático e a democratização da escola**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

PIZA, Edith S. P. **O caminho das águas: estereótipo de personagens femininas negras na obra para jovens de escritoras brancas**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 29 jan.2020.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 29 jan.2020.

PROENÇA, Filho Domício. **A trajetória do negro na literatura brasileira**. Estudos avançados. v. 18, n. 50, São Paulo jan-abr. 2004. Disponível em: <<http://www.Sielo.br/pdf/ea/v,18n.50/a17v1850.pdf>>. Acesso em: 10 mai.2021.

PROJETO CRICARÉ. **Zacimba Gaba, a princesa guerreira do Rio Cricaré**.(2012). Disponível:< <https://projetcricare.blogspot.com/2012/09/zacimba-gaba-princesa-guerreira-do-rio.html>>. Acesso em: 21 mai.2021.

RAMOS, Andreia Teixeira. **Educação ambiental entre os carnavais dos amores com os mascarados do congo de Roda D'Água**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p.142, 2013.

REIS, Roberto. **Canôn**. In: JOBIM, José Luís (Org). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro:Imago, 1992.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **A modernidade das letras capixabas**. Vitória, ES: UFES; FCAA, 1993.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **A literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica**. Vitória: Nemar, 1996.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Ensaio de leitura e literatura infanto-juvenil**. Serra: Formar, 2010.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **O Pestalozzi capixaba: Amâncio Pereira: vida e obra.** (Coleção Roberto Almada, 32, 120p.). Vitória,ES: Secretaria Municipal de Cultura, 2020.

ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. **Insurreição do Queimado.** Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. et al. **Análise dos modelos culturais na literatura infanto-juvenil brasileira.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas,n.1-9,1980.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Literatura infantil e ideologia.** São Paulo: Global, 1985.

ROWELL, Charles H. e ALVES, Miriam. **Miriam Alves: uma entrevista.** Callaloo. Vol. 18, No. 4, *Literatura Afro-Brasileira: Um Número Especial* (Autumn, 1995), pp. 970-972. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3298924>>. Acesso em: 26 out. 2020.

SALETTTO, Nara. **Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre na economia cafeeira do Espírito Santo (1888-1929).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo. 1985.

SANTIAGO, Ana Rita. **Vozes Literárias de Escritoras Negras.** Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2012.

SANTIAGO, Silviano. **O entre-lugar do discurso latino-americano.** In: SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos.* 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice.** São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Suely Maria Bispo dos. **A Importância da Obra de Solano Trindadeno Panorama da Literatura Brasileira: uma reflexão sobre o processo de seleção e exclusão canônicas.** Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória,p.138, 2012.

SÃO MATEUS. (Município). **Lei orgânica 001/90, de 5 de abril de 1990.** Estabelece a criação da Lei de Incentivo Cultural "Graciano Neves".São Mateus, 1990.

SÃO MATEUS. (Município). **Lei Municipal nº825, de 27 de novembro de 2009.** Autoriza o Poder executivo Municipal de São mateus a estabelecer o Programa de Incentivo Fiscal para realização de Projetos Culturais - Lei Graciano Neves e da outras providências. São Mateus, 2009.

SÃO MATEUS (Município). **Decreto nº 10.115/2018.** Institui Comissão Permanente de Estudos Afro-Brasileiros (Ceafro) - da Secretaria Municipal de Educação. São Mateus, 2018.

SÃO MATEUS. **Perfil da Cidade.** Disponível em:<<http://www.saomateus.es.gov.br/sao-mateus/perfil-da-cidade>>. Acesso em: 21 de mai.2021.

SECULT; SEBRAE. **Atlas do Folclore Capixaba.** Vitória: Sebrae, 2009.

SERAFIM, Nadia Juliana Rodrigues. **Cultura Imaterial e Diversidade Étnico-Racial da Serra na Formação Docente: Pelos caminhos do Congo e da Folia de Reis**. Dissertação (Mestrado em Humanidades) – Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, p.136, 2020.

SERRA. (Município). **Lei nº 1937/1996, de 17 de Dezembro de 1996**. Fica criado o Conselho Municipal de Cultura da Serra - CMCS. Serra, 1996.

SERRA. (Município). **Lei Municipal 2.204/99**. Estabelece a criação no Município de Serra, do Projeto Cultural "Chico Prego". Serra, 1999.

SERRA. (Município). **Decreto Municipal nº 11.089/1999**. Regulamenta a concessão de incentivo prevista na Lei Municipal de nº 2.204/99 que dispõe o Projeto Cultural "Chico Prego", Serra, 1999.

SERRA. (Município). **Resolução nº01/2015**. Estabelece normas para o recebimento, análise e concessão de benefício a projetos culturais da Lei Chico Prego, nos termos da Lei Municipal Nº 2.204/1999 e do Decreto Municipal Nº 11.089/1999 e dá outras providências. Serra, 2015.

SILVA, Ana Célia da. **As transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes**. 2001, Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFBA, Salvador, 2001.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático**. In: MUNANGA, Kabengele (Org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SILVA, Luiz (CUTI). **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista. **Relações raciais em livros didáticos de Língua Portuguesa**. Tese (doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

SILVA, Wesley Pereira da. **Leitura e Produção de Textos no Ensino Fundamental de uma Escola do Campo: das vivências comunitárias às experiências escolares**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Mestrado Profissional em Letras, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, p.95, 2019.

SOBRAL, Cristiane. **Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz**. Brasília. Edição do autor, 2014.

SOUSA, Andréia Lisboa de. **Personagens negros na literatura infanto-juvenil: rompendo estereótipos**. In. CAVALEIRO, Eliane (org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.

SOUZA, Edileuza Penha de. **Tamborizar: História e afirmação da auto-estima das crianças e adolescentes negros e negras através dos tambores de Congo**. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Pós-Graduação Mestrado em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, p.190, 2005.

SOUZA, Carmélia Maria de. **Vento sul**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1976.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TRAGINO, Arnon. **Livros, leituras e leitores: a literatura do Espírito Santo no vestibular da UFES**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p.145, 2015.

VILAÇA, Adilson. **A possível fuga de Ana dos Arcos**. [Prêmio Geraldo Costa Alves]. Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA), 1983.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p.100, 2016.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ANEXOS

ANEXO A – Relação dos livros publicados pela Lei Chico Pregó até o Edital 12**LISTA DE LIVROS PATROCINADOS PELA LEI CHICO PREGO****EDITAL 01**

- 1 “A Insurreição do Queimado em Quadrinhos”, Vera Viana.
- 2- “História da Serra”, Clério José Borges, 2009.
- 3 - Memória Fotográfica da Serra, Paulo de Barros, 2002

EDITAL 02

- 4- “Coração Serrano”, Valdemir de Azeredo.
- 5 - “Profana dor”, Emerson Camilo.
- 6 - “Serra em Prosa e Versos, Poetas e Escritores da Serra”, Clério José Borges, 2006.
- 7 - “O Ursinho Teimoso”, Rosemere Correia, 2005.

EDITAL 03

- 8 - “Espelho Quebrado”, Josiane Kreitlow.
- 9- “Impossibilidades”, Jovany Sales Rey, 2007
- 10- “Memória de Cálculo”, Aline Yasmin, 2006
- 11- “Lobo em Pele de Cordeiro”, Denise Carla G. Coelho, 2007.
- 12 - “Os Amigos de Dona Coelha”, Rosemere de Ameixa F. Correia, 2007
- 13 - “Joãozinho, O Marinheiro”, Marta Samor, 2006
- 14 - “Benedicto”, Paulo de Barros, 2013.
- 15 – “Mini Coletânea do Pintor Assis” Gessimara Sousa, 2011
- 16 – “Encantos da Serra. Marcus Pedrosa e Rodger Savaris, 2009

EDITAL 04

- 17- “Os Argonautas. Epopéia dos primeiros Imigrantes Alemães e seus descendentes no Brasil”, Berenice Heringer, 2007.
- 18- “Mestre. Desmitificando o ensino da língua portuguesa”, Org. Mônica Ferreira de Paula Forde.
- 19- “Livrai-me”, Rosemeire Cruz.
- 20 - “No Escurinho dos Cinemas, A História das salas de exibição na Grande Vitória”, André Malverdes, 2008.
- 21 - “Estradas das Poesias”, Levy Basílio, 2007.
- 22 - “Teclado Eletrônico”, Hannelore Emma Bucher, 2008.
- 23 - “Mariazinha em Verso e Prosa”, Cláudia Gomes e Fábio Turbay, 2008.
- 24- “Crinquim e a puxada do Mastro”, Reinaldo Santos Neves, Renato Pacheco e Luiz Guilherme Santos Neves, 2008.

EDITAL 05

- 25-“Via Láctea e Outros Poemas”, Elizângela Patrocínio, 2008.
- 26 - “O Levante”, Silvio Barbieri Filho, 2011.
- 27 - “O Grande Dia”, Pedro Paulo de Sousa Nunes, 2009
- 28 - “A História de uma Jóia Rara”, Elayne Batista e Tatiana Ribeiro, 2009.
- 29 - “Borbulhar de Cantares”, Teorico Boa Morte, 2010.

- 30 - “Meu Limite”, Marília Carreço, 2009.
 31 - “Pequeno Discurso sobre a Feiura”, Antônio Rocha Neto, 2009.
 32 - “Nós na Corda Bamba”, Felipe Ribeiro Cazelli (não entregou)
 33 - “Mangue. Doc”, Luciano Coutinho Cardoso e Rogério Afonso, 2010.
 34-“História da Serra”, Clério José Borges de Santanna, 3ª Edição, 2009.
 35 - ”O que trago em mim”, Ednéia de Moura Barroca, 2009.
 36 - “Aristeu Borges de Aguiar...”, Flávio Calmom Wanick. (não encontrado)
 37 - “Liberdade atrás das grades, pedagogia social, política pública e cultura da paz”, Dalila Lubiana, 2014.
 38 – “Nós na corda bamba”, Felipe Ribeiro Cazelli, 2015

EDITAL 06

- 39- “Espírito Santo, Aspectos Históricos e Religiosos”, Cláudio Rodrigues.
 40- “História dos Índios do Espírito Santo”, Kalma Mareto Teao e Kilia Loureiro, 2010.
 41 - “Mina”, Renata Oliveira Bonfim, 2010
 42 - “Negro de Fumo: Pó de Sapato”, Valdelino Gonçalves dos Santos Filho, 2311.
 43 - “Palavras de Amor”, Valdemir Ribeiro, 2010.
 44 - “Reverso”, Maria Lopes Costa.
 45 - “Dicionário Regional de Gírias e Jargões”, Clério José Borges, 2010.
 46 - “No Reino das Palavras”, Valsema Rodrigues, 2010.
 47 - “Vozes Reunidas”, Marcos Arrébola, 2010.
 48- “O Amor Humilha, o Ódio Embala”, Josiane Kreitlow, 2010.
 49- “O Amigo José”, Aldo José Barroca, 2010.
 50- “Maomé vai a Montaigne”, Wilson Coelho, 2010.
 51- “Embaralhando as Palavras”, Italo Campos, 2011.
 52- “Hecatombe Hipotética”, Cláudia Gomes, 2014.

EDITAL 07

- 53 - “A Morte o Esqueceu”, Marcos Arrebola, 2011.
 54 - “O Peixe, Zuzu e o Advogado”, Silvana Oliveira.
 55 - “Grandes Episódios Ocorridos no Espírito Santo”, Kátia Maria Bobbio, 2010.
 56 - “Áurea”, Edneia de Moura Barroca, 2011.
 57 - “Liberdade”, Izaías Inocente, 2012.
 58- “Tony: O Salva-Peixes do Fundo do Mar”, Célia Mara Rangel Nunes, 2007.
 59 - “Salada Literária de um Carteiro Poeta”, Adiel Silva Santos, 2012.
 60 - “Queda Livre”, Sebastião Pedro Filho, 2013.
 61 - “Ecoternura”, Dorilda Áurea M. Tomé, 2014.

EDITAL 08

- 62- “Igreja e Residência de Reis Magos: Obra Jesuítica em Nova Almeida”, Pedro Jose Nunes, 2012.
 63 - “Luiz Gama e André Rebouças: Negros Livres no Brasil Imperial”, Hileia Araujo de Castro, 2012.
 64- “Artes Plásticas e Lenda Capixaba”, Maria do Rosário Silva Santos, 2012.
 65- “Queimado: A Insurreição que Virou Mito”, Luiz Guilherme Santos Neves, 2012.
 66- “Lençol de Ilusão”, Marcos Marcelo Lírio, 2012.
 67- “O Tempo e a Força: A História de uma Insurreição Imaginada”, Isabela Basílio de Souza Zon. 2013
 68- “Culinária dos Deuses Encantados”, Orlando Costa Santos, 2013.

- 69- “Se as Flores pudessem falar”, Adonias Baldan, 2012.
70- “Meus Pensamentos”, Angelina Francisca dos Reis, 2015.

EDITAL 09

- 71 - “Patronos Acadêmicos”, Academia Espírito Santense de Letras, 2014..
72 - “Insurreição de Queimado em Poesia de Cordel”, Teodorico Boa Morte, 2013.
73- “Presença de Judith Leão Castello Ribeiro”, Ester Abreu Vieira de Oliveira, 2014.
74 - “Recriando as trilhas de Anchieta”, Gabriel Augusto De Mello Bittencourt, 2013.
75 - “Nos Caminhos da Vida. Em Delírios”, Odicéia Almeida de Oliveira.2014
76- “Verdades de uma Vida”, Luiz Ferraço. 2014
77- “Acrósticos”, Margareth Patrocínio.
78- “Corda Bamba”, Pedro Paulo Nunes. 2013
79- “Do Lírio ao Lirismo”, Marcos Bubach. 2014
80- “Construções e Desconstruções do Sagrado”, Cláudio Rodrigues. 2014
81- “Totó e o Burrico no Sítio”, Norma Helena da Silva Agrizzi. 2014
82- “A marcha dos Fragmentados”, Marconi Fonseca de Almeida. 2014

EDITAL 10

- 83 - “Diário de um Sonhador”, Valdemir Ribeiro de Azeredo. 2014
84- “Diário de Sonhos”, Maria Immaculada T. Schirmer. 2015
85- “Contos Escolhidos”, Charles Araújo. 2014
86- “Destaque de um Trovador”, Ananias Novais. 2015
87- “Serra, colonização de uma cidade”, Clério José Borges. 2015
88- “A Serpente Sinistra da Lagoa Jacuném”, Clemir Antônio Martins. 2015
89- “Infância, Arte e Cultura. Experiências em (com)textos educativos”. Maria Angélica Vago Soares. 2015
90- “Eu sou Momentos”. Euda Batista de Barros. 2014
91- “O Congo Capixaba”, Marcia Couto Zanandrea. 2015
92 – “Refugiados”, Adonias Baldan, 2016
93 – “No Escuro, Armados”. (Contos). Marcos Tavares. 2017
94 – “André Carloni”. Bartolomeu Boeno. 2014
95 – “A cidade em pedaços. A dinâmica imobiliária em Serra/ES”. Thalimar Gonçalves. 2016

EDITAL 11

- 96- “Escritos Reunidos – Contos e Poemas”, Marcos Arrébola, 2016
97- “Deixa meu Canto Voar”, Teodorico Boa Morte, 2016
98 – “Os mistérios do Casarão em Carapebus e a fuga de Berlim.” Marcos José Bubach, 2016
99 – “ A Dança das Borboletas”, Sônia Rojas, 2016.
100 – “O Tapete de Zezé. Pedro José Nunes, 2016.
101– “Crinquim e o Mestre Álvaro”. Luiz Guilherme Santos Neves, 2016.

EDITAL 12

- 102 - “As Aventuras dos Meninos do Brasil e do Capitão Caveira”. Charles Araújo, 2016
103 – “Contos e Encantos Serranos”. Valdemir Ribeiro, 2017

ANEXO B – Relação dos livros infantis e juvenis publicados pela Lei Chico Prego

Livros da Lei Chico Prego

Olá, bom dia.

Me chamo Milla Bastos, eu estava coordenando a Lei Chico Prego de 2015 até o ano passado, então vou tentar responder às suas perguntas.

Em 2016, apesar do edital ter sido lançado e ter havido projetos aprovados, o mesmo foi cancelado porque houve uma mudança na regra de pagamento aos proponentes proposta pelo Poder Legislativo durante a vigência do edital, porém, essa mudança foi considerada ilegal pela Procuradoria Geral Municipal, havendo a suspensão da regra, não permitindo, dessa forma, a continuidade do processo. Portanto, a lista que vou te passar refere-se a títulos literários publicados até o edital 12, no ano de 2015.

Em geral, temos 122 projetos de literatura aprovados, entendendo como estes a publicação de livros. Porém, dos aprovados, 103 títulos foram de fato publicados, pois alguns proponentes não prestaram contas. Nas categorias infantil e juvenil temos 16 títulos publicados, conforme a lista abaixo. Está em anexo a lista completa de livros publicados, caso queira verificar.

- 1 - "A Insurreição do Queimado em Quadrinhos", Vera Viana.
- 2 - "O Ursinho Teimoso", Rosemere Correia, 2005.
- 3 - "Os Amigos de Dona Coelha", Rosemere de Ameixa F. Correia, 2007.
- 4 - "Joãozinho, O Marinheiro", Marta Samor, 2006.
- 5 - "Mariazinha em Verso e Prosa", Cláudia Gomes e Fábio Turbay, 2008.
- 6 - "Crinquim e a puxada do Mastro", Reinaldo Santos Neves, Renato Pacheco e Luiz Guilherme Santos Neves, 2008.
- 7 - "No Reino das Palavras", Valsema Rodrigues, 2010.
- 8 - "Tony: O Salva-Peixes do Fundo do Mar", Célia Mara Rangel Nunes, 2007.
- 9 - "Artes Plásticas e Lenda Capixaba", Maria do Rosário Silva Santos, 2012.

- 10 - "Totó e o Burrico no Sítio", Norma Helena da Silva Agrizzi. 2014
- 11 - "O Congo Capixaba", Marcia Couto Zanandrea. 2015
- 12 - O Tapete de Zezé. Pedro José Nunes, 2016.
- 13 - "Crinquim e o Mestre Álvaro". Luiz Guilherme Santos Neves, 2016.
- 14 - "As Aventuras dos Meninos do Brasil e do Capitão Caveira". Charles Araújo, 2016.
- 15 - "Embaralhando as Palavras", Italo Campos, 2011.
- 16 - "Contos Escolhidos", Charles Araújo. 2014

Milla Bastos.

ANEXO C – Lei de Incentivo Fiscal Graciano Neves



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

LEI Nº. 825/2009

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO MATEUS A ESTABELECEER PROGRAMA DE INCENTIVO FISCAL PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS – LEI GRACIANO NEVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de São Mateus, Estado do Espírito Santo, **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de São Mateus aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de São Mateus, o Projeto Cultural "**GRACIANO NEVES**".

Art. 2º. O Projeto Cultural "**GRACIANO NEVES**" consiste na concessão de incentivo fiscal para a realização de Projetos Culturais, a ser concedida a pessoa física ou jurídica domiciliada no Município no mínimo há cinco anos.

§1º. O incentivo fiscal a que se refere o "caput" deste artigo, corresponderá ao recebimento, por parte do empreendedor de qualquer Projeto Cultural do Município, seja através da doação, patrocínio ou investimento, de certificados expedidos pelo Poder Executivo, correspondentes ao valor do incentivo autorizado.

§2º. Os Portadores dos certificados poderão utilizá-los para pagamentos dos Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU - até o limite de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada incidência dos tributos, observado o cronograma financeiro do projeto aprovado pela Comissão.

§3º. O valor que deverá ser usado como incentivo cultural anualmente, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento), nem superior a 5% (cinco por cento) da receita proveniente do ISSQN e do IPTU, será fixado na Lei Orçamentária.

§4º. Para o exercício financeiro de 2009, fica estipulado que o valor do incentivo cultural corresponderá 5% (cinco por cento) do ISSQN e do IPTU.

§5º. O incentivo fiscal para a realização dos Projetos Culturais a que faz alusão ao Art. 2º desta Lei, somente será concedido a pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no Município, com prioridade para os trabalhos que tenham sido compostos, produzidos, ou que retratem ou abranjam situações alusivas à cultura regional do Estado do Espírito Santo, ocorridas nas áreas descritas no Art. 3º da mesma Lei.

Continua...

Obs: Optei por disponibilizar a Lei, pois ela não está disponível na internet e só a obtive, após solicitar a Secretária de Cultura de São Mateus (ES)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

... continuação da Lei nº. 825/05.

Art. 3º. São abrangidas por esta Lei as seguintes áreas:

- I - Música e dança;
- II - Teatro, circo e ópera;
- III - Cinema, Fotografia e vídeo;
- IV - Literatura;
- V - Artes plásticas, artes gráficas e filatelia;
- VI - Folclore, capoeira e artesanato;
- VII - História;
- VIII - Acervo e patrimônio Histórico e cultural de museus e centros culturais.

Art. 4º. Fica constituída uma Comissão Normativa composta por membros das áreas culturais ligadas ao projeto.

§1º. São membros natos da Comissão de que trata o "caput" deste artigo, os Secretários Municipais - ou os que lhe fizerem a vez - de Fazenda, Planejamento e Cultura e os membros do Conselho Municipal de Cultura.

§2º. O Secretário Municipal de Cultura, ou quem lhe fizer a vez, será o Presidente nato da Comissão Normativa de que se trata este artigo.

Art. 5º. Fica autorizada a criação de uma Comissão Móvel, independente e autônoma, formada pelos representantes das áreas culturais listadas no artigo 3º desta Lei, cujos nomes serão encaminhados pelas respectivas entidades representativas, para sorteio, para análise e apreciação dos projetos encaminhados.

§1º. Os componentes da Comissão de que trata o "caput" deste artigo, deverão ser pessoas de reconhecida notoriedade na área cultural.

§2º. Compete à Comissão Normativa fixação do limite máximo de incentivo a ser concedido por projeto, individualmente.

§3º. Para a obtenção do incentivo referido no artigo 2º desta Lei, deverá o interessado apresentar à Comissão Normativa, cópia do Projeto Cultural, explicitando objetivos, recursos financeiros e humanos envolvidos, para fim de fixação do valor do incentivo e fiscalização posterior.

§4º. Fixado o valor do incentivo a ser concedido a Comissão Normativa providenciará o sorteio dos integrantes da Comissão Móvel para análise e apreciação do mérito do projeto apresentado.

Continua...



3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

...confirmação da Lei nº. 825/09.

Art. 6º. Os Certificados referidos no Artigo 2º, parágrafo primeiro desta Lei terão prazo de utilização de até 12 (doze) meses após a sua emissão, corrigidos mensalmente, pelos mesmos índices da correção dos impostos.

Art. 7º. Independentemente de poder o Município ajuizar a competente ação penal, este poderá, ainda, aplicar ao empreendedor que não comprovar a correta aplicação da Lei, por dolo, desvio de objetos e/ou de recursos, multa igual ao valor do incentivo, ficando ele ainda excluído de participar de quaisquer projetos culturais abrangidos por esta Lei.

Art. 8º. As entidades representativas dos diversos segmentos da Cultura e da Câmara Municipal podem ter acesso, em todos os níveis, a toda documentação referente aos projetos culturais alcançados por esta Lei.

Art. 9º. O gerenciamento e fiscalização do projeto ficarão sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 10. As obras resultantes dos projetos culturais beneficiados por esta Lei, serão apresentadas, prioritariamente, no âmbito territorial do Município devendo mostrar, obrigatoriamente, a divulgação do apoio Institucional do Município de Vitória.

Art. 11. A presente Lei será regulamentada no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Mateus, Estado do Espírito Santo, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e nove (2009).

na data supra.

AMADEU BORGATO
 Prefeito Municipal

Registado e publicado neste Gabinete desta Prefeitura,

MATEUS ROSSINI SANTOS
 Agente Administrativo III
 Decreto nº. 4.169/09